

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

HIGOR SOARES DE MELO

**Representações: Projeto Político, Identidade e Alteridade na *Crónica de Castilla* (Séculos
XIII – XIV)**

Maceió
2022

HIGOR SOARES DE MELO

Representações: Projeto Político, Identidade e Alteridade na *Crónica de Castilla* (Séculos XIII – XIV)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Raquel de Fátima Parmegiani

Maceió
2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

M528r Melo, Higor Soares de.

Representações : projeto político, identidade e alteridade na *Crónica de Castilla* (séculos XII - XIV) / Higor Soares de Melo. – 2023.
140 f. : il.

Orientadora: Raquel de Fátima Parmegiani.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 138-140.

1. Representações identitárias. 2. Alteridade. 3. Reconquista –
Historiografia. I. Título.

CDU : 94



PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA – UFAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Nº 05/2022

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 09:00 horas, no Centro de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, reuniu-se a Banca Examinadora designada para arguir a **Dissertação de Mestrado** de **HIGOR SOARES DE MELO**, Sob o Título “**Representações: projeto político, identidade e alteridade na crônica de Castilha (Século XIII - XIV)**”, Sendo a referida banca constituída pelos Professores: Dr^a. Raquel de Fátima Parmegiani – Orientadora (UFAL), Dr. **Pedro Lima Vasconcellos** – Avaliador Interno (UFAL) e Dr^a. **Renata Vereza** - Avaliadora Externa (UFF).

Após a avaliação, a Banca deliberou pela:

Aprovação

Reprovação

Documento assinado digitalmente

gov.br

RAQUEL DE FATIMA PARMEGIANI

Data: 10/03/2023 08:50:04-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professor(a) Orientador(a): _____

Documento assinado digitalmente

gov.br

PEDRO LIMA VASCONCELLOS

Data: 01/03/2023 16:32:02-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Avaliador(a) Interno(a): _____

Documento assinado digitalmente

gov.br

RENATA RODRIGUES VEREZA

Data: 07/03/2023 15:05:48-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Avaliador(a) Externo(a): _____

Maceió, 15 de dezembro de 2022

*UFAL - Campus A.C. Simões, ICHCA, PPGH
Av. Lourival Melo Mota, s/nº, Cidade Universitária, Maceió-AL, CEP: 57072-970
Telefone: +55 (82) 3214-1340
E-mail: ufal.ppgh@gmail.com*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família, sem a qual nem este trabalho, nem qualquer outra de minhas conquistas, jamais se concretizariam.

A minha saudosa e amada mãe, Izabel, cuja partida prematura ainda me dói profundamente, agradeço o amor incondicional, o apoio constante e os valiosíssimos conselhos. Se hoje sou um cidadão consciente e preocupado com as necessidades e o bem-estar dos meus semelhantes, é por que ela me ensinou a ser sempre justo e abnegado. Muito obrigado!

Ao meu pai, Aristan, agradeço por sempre me ter incentivado nos estudos, de quem orgulhosamente herdei o gosto pelos livros e a profissão de docente. Agradeço também por todo o suporte material que me tem proporcionado por todos esses anos de vida acadêmica. Se de alguma forma este trabalho pôde alcançar seus objetivos, foi graças as condições garantidas por ele.

Ao meu irmão, Hugor, agradeço o companheirismo de todos os dias. É ele quem está do meu lado cotidianamente, refreando meus descompensamentos com sua tranquilidade, melhorando meu humor frequentemente soturno com seu jeito descontraído, e sempre me lembrando que sou capaz de qualquer coisa. Muito obrigado!

Agradeço a todos mestres com os quais tive o privilégio de aprender o ofício historiográfico e a prática docente no curso de História – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e no Programa de Pós-Graduação em História. Minha gratidão em especial vai para minha orientadora, Profa. Dra. Raquel de Fátima Parmegiani, que tem me acompanhado desde a graduação e norteado minhas pesquisas já há cerca de seis anos. Serei sempre grato por toda paciência que ela sempre me concedeu, mesmo diante de meus desaparecimentos súbitos, de minhas crises de insegurança e ansiedade, e do meu péssimo hábito de só avisar sobre os problemas muito tarde. Muito obrigado pelas dicas e pelos merecidos puxões de orelha, que tornaram esta dissertação uma realidade. Aproveito para agradecer também aos professores que compuseram minha banca de qualificação e defesa, Prof. Dr. Pedro Vasconcellos, do PPGH – UFAL e Profa. Dra. Renata Vereza da UFF pelas sugestões que certamente abrilhantaram o conteúdo deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos, que caminharam comigo nesta jornada. Aos meus colegas de graduação e de mestrado, pelo companheirismo e pelo intercâmbio realizado nas discussões em sala de aula. Agradeço especialmente ao meu irmão, que tem sido meu colega

desde que me conheço por gente, ao meu camarada Matheus, ao José Augusto, a Adrícia e ao Bernardo. Agradeço aos meus velhos colegas do IFAL, por mais de uma década de amizade e por dezenas de campanhas de RPG.

Agradeço aos companheiros da ANPG e de outras instâncias do movimento estudantil por lutarem ao meu lado cotidianamente por uma universidade gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e popular.

Agradeço aos meus camaradas da União da Juventude Comunista e do Partido Comunista Brasileiro, com quem aprendo diariamente a lutar por uma sociedade verdadeiramente igualitária, livre das opressões e da exploração. Ousar lutar, ousar vencer!

Agradeço a meu terapeuta, amigo e camarada, Jefferson, por me ajudar na luta contra minha ansiedade e insegurança. Um passo de cada vez, temos aprendido os fatores que tornaram minha personalidade como ela é, bem como o que podemos fazer para melhorar e caminhar para uma mente mais saudável. Muito obrigado!

Agradeço aos inúmeros artistas e bandas de Heavy Metal que têm me inspirado diariamente. Eles provavelmente jamais saberão do impacto decisivo que sua música furiosa tem em minha vida, mas sua arte me permite extravasar as frustrações cotidianas, transformando toda a raiva e indignação que a vida moderna nos traz em algo útil e belo.

Agradeço aos meus alunos e colegas de docência da Escola Estadual Dr. Paulo de Castro Sarmiento, em União dos Palmares, que, mesmo inadvertidamente, me desafiam a tornar a História algo compreensível, interessante e útil. Por mais complicada que minha adaptação à realidade da educação básica esteja se mostrando, sigo perseverando e me esforçando para mostrar qual é o tipo de educação no qual acredito.

Agradeço à CAPES, que resiste, mesmo com todas as dificuldades trazidas e todos os ataques perpetrados pelo recrudescimento do neoliberalismo, expresso da forma mais brutal no Brasil pelo desastroso governo dos últimos quatro anos, cuja sanha se esforçou em dismantelar a educação superior em nosso país. Mesmo com orçamentos cada vez mais pífijs, a agência de fomento a pesquisa científica encontrou meios de me conceder uma bolsa de mestrado, a qual usufruí entre setembro de 2021 e maio de 2022, e que teve papel fundamental na materialização desta dissertação.

Por fim, agradeço a você, que está lendo este trabalho. Se, de alguma forma, esta dissertação contribuir em expandir sua compreensão de nossa sociedade, no sentido da superação dos preconceitos e dos maniqueísmos, já me sinto muito feliz e realizado!

Credo in Deum Patrem Omnipotentem
Creatorem caeli et terrae
Et in Iesum Christum, Filium Eius unicum
Dominum nostrum
Qui conceptus est de Spiritu Sancto

In the night came the killers with the cross

From the land of war and plague
Came the prophecies of fate
And the word of God was long forsaken

On the stone upon the grave
Told the glory of the brave
And their legacy was all forgotten

In the hands of Heaven sent
Come to fight and to defend
By the word we praise the holy name

Ereum Dominae

In the night came the killers with the cross
In the light of the Moon when our lives are lost
In the dark when your blood is calling
In the dusk when the fever's crawling
In the night came the killers with the cross

From their destiny they wake
Bring hypocrisy and hate
And the land of God had long been parted

Stand our ground for heaven's name
Out for mercy and for pain

By the dawn, we raise the glory flame

Ereum Dominae

Lost a life to the killers with the cross
In the light of the Moon when our lives are lost
In the dark when your blood is calling
In the dusk when the fever's crawling
In the night came the killers with the cross

KILLERS WITH THE CROSS, de Matthew Greywolf

RESUMO

Este trabalho se ocupa em investigar as *representações* identitárias e de alteridade que são tecidas na *Crónica de Castilla*, bem como as consequências sociais que tais representações suscitam, entendendo-as assim como CHARTIER (1991, 2002) as concebe. Essas representações, que são *classificações, divisões e delimitações* organizadoras das apreensões possíveis do real, nunca são neutras e são responsáveis por justificar um determinado projeto de sociedade: neste caso, o de uma sociedade cristã e castelhana harmônica. Nossa escolha pela *Crónica de Castilla*, obra historiográfica composta por ordem da rainha regente Maria de Molina na virada dos séculos XIII e XIV, se explica por esta crônica ter revolucionado, a seu tempo, a tradição historiográfica vigente até então. A *Crónica* constitui uma ruptura com o modelo alfonsino, reconhecido por suas pretensões de fortalecimento do poder régio e da figura do monarca, por ceder um espaço considerável em sua narrativa aos feitos de outros grupos sociais que não exclusivamente a realeza. Nosso objetivo é apreender, dentro deste universo de representações que é construído na *Crónica*, o que os grupos dominantes em Castela e Leão dos séculos XIII e XIV, responsáveis por encomendar a obra, diziam sobre si mesmos, como se viam e como gostariam de ser vistos por seus pares. Contudo, como SILVA (2014) explica, este processo de formação identitária só se constrói em oposição a outras identidades: identidade se constrói necessariamente ao mesmo tempo que a alteridade. Portanto nos interessa também entender como esses grupos privilegiados da sociedade castelhana representaram o mouros, o grande *Outro* histórico, contra quem combateram por séculos, que vivia ao sul, e quais as relações entre essas duas construções identitárias.

Palavras-chave: Representações, “Reconquista”, Identidade, Alteridade.

Representations: Political Project, Identity and Alterity in the *Crónica de Castilla* (13th and 14th centuries)

ABSTRACT

This work is concerned on investigating the identity and alterity representations woven in the *Crónica de Castilla*, as well as the social consequences that these representations can raise up, understanding them as CHARTIER (1991, 2002) conceives them. These representations, which are *classifications*, *divisions* and *delimitations* that organize the possible apprehensions of what is real, are never neutral and are responsible for justifying a particular project of society: in this case, a Christian and harmonic Castilian society. Our choice for *Crónica de Castilla* – a historiographical opus composed by order of the queen regent, Maria de Molina, at the turn of the thirteenth and fourteenth centuries – is explained by the fact that this chronicle revolutionized the historiographical tradition in force until that time. The *Crónica* consists in a rupture with the alfonsine model, renowned for its claims to strengthen the royal power and the monarch's figure, by giving up a considerable amount of space in its narrative to the achievements of social groups other than the royalty. Our objective is to apprehend, within this universe of representations that is built in the *Crónica*, what the dominant groups in Castile and Leon of the 13th and 14th centuries, who were responsible for ordering the work, said about themselves, how they saw themselves and how they would like to be seen by their peers. However, as SILVA (2014) explains, this process of identity formulation can only be built in direct opposition to other identities: identity is necessarily built at the same time as alterity. Therefore, we are also interested in understanding how these privileged groups in Castilian society represented the Moors – the great historical *Other* that lived to the south, against who they fought for centuries – and what were the relations nurtured between these two identity constructions.

Keywords: Representations, “Reconquest”, Identity, Alterity.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Historiografia Medieval Castelhana: a legitimação de um projeto político através de narrativas sobre o passado mítico.....	21
2.1 Contexto Histórico: panorama geral.....	21
2.1.1 Contexto Histórico: a atuação política de Maria de Molina.....	26
2.2 Surgimento e características da historiografia medieval.....	36
2.3 A oficina historiográfica alfonsina.....	43
2.4 A <i>Crónica de Castilla</i> : ruptura com o modelo alfonsino.....	55
3. <i>El rey y sus vasallos</i> : representações de uma monarquia cavaleiresca e de uma cavalaria leal na construção de uma “castelhanidade”.....	61
3.1 Espaço para outras jurisdições.....	61
3.2 Representações da monarquia cavaleiresca.....	62
3.2.1 Monarcas desejados por Deus.....	63
3.2.2 Monarcas guerreiros.....	72
3.2.3 O fazer da guerra na <i>Crónica de Castilla</i>	76
3.3 Representações de uma cavalaria leal.....	83
3.3.1 A voz dos <i>fijosdalgo</i>	85
3.3.2 Excelência cavaleiresca e serviço.....	87
3.3.3 Uma cavalaria cristã.....	88
3.3.4 A <i>Tierra de Campos</i>	89
3.4 Representações das rainhas: mulheres de bom entendimento.....	91
3.5 Considerações parciais.....	95
4. <i>Que nos syruamos d’ellos</i> : representações de alteridade e construção do lugar social do mouro.....	96
4.1 Considerações para o estudo da alteridade.....	96
4.2 Representações do Islã: dos testemunhos das primeiras conquistas à historiografia alfonsina.....	100
4.3 Os mouros na <i>Crónica de Castilla</i>	124
5. Considerações Finais.....	134
6. Referências.....	139

1. Introdução

Esta dissertação surge a partir de um projeto de expansão cronológica e espacial de outra pesquisa, desenvolvida durante a graduação, quando investigamos os processos de construção e significação de identidade e alteridade na carta *De Expugnatione Lyxbonensi*, de 1147, que tratava da conquista de Lisboa por cruzados que partiam rumo a Terra Santa para lutar na Segunda Cruzada, mas que também se inseria no contexto da “Reconquista”.¹ Desde então, tem sido nosso objeto de maior interesse compreender tais processos em outros momentos e espacialidades da península ibérica medieval.

Tendo mencionado o conceito de “Reconquista,” torna-se imprescindível discorrer um pouco sobre as problemáticas que se constroem ao seu redor e das mudanças na forma como a historiografia o abordou.

O conceito de “Reconquista” é bastante discutido pela historiografia por pelo menos dois motivos principais. Primeiro, trata-se de uma “invenção” recente dos historiadores, no sentido de que nunca foi utilizado propriamente pelos contemporâneos ao conflito (711 – 1492). O termo aparece pela primeira vez no século XIX e está profundamente ligado a valores nacionalistas subjetivos defendidos pelos autores² que o cunharam. Esse conceito foi também utilizado de forma pejorativa em embates ideológicos ainda mais recentes, como em sua instrumentalização pelos ideólogos do regime fascista de Francisco Franco, na Espanha, em meados do século passado. Em segundo lugar, é um termo de difícil classificação por ter sido ressignificado várias vezes pela historiografia que trata do tema³.

Na segunda metade do século XIX, o conceito de “Reconquista” aparece como uma noção essencial à formação da identidade nacional espanhola⁴, sendo usado para garantir uma

¹ Sempre que utilizarmos este termo neste trabalho, nos referimos ao processo violento de passagem do poder empreendido pelos reinos cristãos nortenhos contra os domínios muçulmanos ao sul, executado com base numa série de justificativas simbólicas. Convencionamos usar este termo sempre entre aspas devido às diversas polémicas historiográficas que cercam o conceito. Aqui traremos apenas um breve panorama das discussões em torno do termo. No entanto, há farta reflexão sobre o conceito disponível em ALVARO, Bruno Gonçalves e PRATA, Rafael Costa. *Guerras rendilhadas da erudição: um breve panorama dos combates e debates em torno do conceito de reconquista. SIGNUM-Revista da ABREM*, v. 15, n. 2, p. 104-126, 2014; e GARCÍA FITZ, Francisco. *La Reconquista: un estado de la cuestión. Clio & Crimen*, v. 6, p. 142 – 215, 2009. Em escopo mais reduzido, ver também MELO, Higor Soares de. **Tal como Saulo e Paulo: cristandade, guerra santa e alteridade em: *De expugnatione lyxbonensi* (século XII)**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2020.

² Como SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio. **Espanña, un enigma histórico**. Barcelona: 2000, e MENENDÉZ PIDAL, Ramón. **Los españoles en la História**. Madrid: 1991, por exemplo.

³ Aparecendo como mito fundador da Espanha, como forma de periodização histórica ou para definir o processo de expansão territorial dos reinos cristãos do norte da península. Discussão minuciosa em GARCÍA FITZ, Francisco. Op. Cit.

⁴ Neste mesmo viés segue um importante mito fundador de Portugal, que afirma ser a “Cruzada” – entendida quase nos mesmos termos que a “Reconquista”, para o caso espanhol – o alicerce de criação do país. Mais a

uniformidade no imaginário de seu povo em todo seu território e para singularizar a experiência da Espanha entre as demais nações europeias medievais. O termo era entendido, neste contexto, como uma luta armada empreendida pelos “espanhóis” contra os muçulmanos ao longo de oito séculos com o objetivo de “recuperar sua pátria dos estrangeiros”. É possível perceber em obras como *España, un enigma histórico* e *Los españoles en la Historia* uma pesada carga nacionalista e romântica⁵, e em boa medida colonialista, condizentes com o período no qual foram escritas⁶.

Esta concepção se insere num contexto historiográfico maior, visto que, no século XIX, as correntes historiográficas positivistas ou historicistas – ao construir os rudimentos do que seria conhecido como ciência histórica – buscaram em mitos fundadores de seus países, as bases para legitimar os regimes imperiais europeus e seu crescente nacionalismo. Um exemplo deste movimento encontra-se na obra de Leopold von Ranke, na Alemanha, e sua busca pela fórmula criadora da civilização europeia, postulando seu nascimento já na Antiguidade como uma síntese entre os melhores aspectos dos romanos, dos povos germânicos e do cristianismo; outro exemplo disso são as primeiras obras a se debruçar sobre a história do Brasil, como no caso de Varnhagen e sua supervalorização do processo colonização empreendido pelos portugueses. Não podemos deixar de observar que há nestes trabalhos uma defesa intransigente de uma imparcialidade que eles próprios, inconscientemente, não eram capazes de atingir, ao julgar os fatos do passado sustentados por valores caros às sociedades na quais se inseriam⁷.

Para Ramón Menéndez Pidal a discussão sobre a “Reconquista” se pauta em alguns pontos principais que evidenciam o ímpeto nacionalista daqueles historiadores: na ideia de uma *Espanha unida* na figura dos reinos cristãos; da ideia da recuperação de um *território usurpado por mãos estrangeiras*, ou de uma guerra de libertação; da *participação de todos os espanhóis* neste empreendimento; e da presença de um *catolicismo militante e transcendente* no processo de estabelecimento do país. Na mesma linha, mas mais recentemente, segue Claudio Sánchez Albornoz. Para ele: a “Reconquista” teve influência decisiva para a formação da realidade espanhola, praticamente sendo responsável por sua gestação como nação; Castela foi o reino que mais se utilizou desse conceito, o que nos leva num movimento

respeito dessa construção da identidade nacional portuguesa em MATTOSO, José. *A Identidade Nacional, Cadernos Democráticos*. Gradiva Publicações, 1998.

⁵ Referente aos valores caros ao romantismo como movimento artístico, filosófico e político, que contrapunha-se ao racionalismo iluminista e contribuiu na consolidação dos estados nacionais europeus.

⁶ GARCÍA FITZ. Op. Cit., pp. 144 - 145. É por este motivo que convencionamos aqui sempre utilizar o termo entre aspas.

⁷ Discussão muito proveitosa em BARROS, José D.'Assunção. *Teoria da História*, volume II. **Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo**, v. 1, 2011.

lógico a deduzir que a Espanha de seu período é sua descendente direta, se não é ela mesma a própria Castela daquele momento; aponta também uma total singularidade no processo de formação da Espanha, sendo *un caso único em la historia de los pueblos europeos*⁸.

Os postulados de historiadores positivistas sobre o tema foram facilmente assimilados pelas doutrinas Nacional-católica e Nacionalista, das ditaduras franquista na Espanha (1939 – 1975) e salazarista em Portugal (1933 – 1974), sendo utilizados como uma importante base de sustentação simbólica, muito embora isso não signifique um alinhamento ideológico entre esses autores e os regimes fascistas ibéricos. No entanto, tal relação foi responsável por uma *estigmatização* do termo. De fato, a ditadura de Franco pode ser tida como instauradora da “Reconquista” como principal mito de origem espanhol até os dias atuais⁹.

A ruptura com as concepções nacionalistas vai se realizar a partir do final da década de 1960 com a contribuição de Abilio Barbero de Aguilera (1931 – 1990) e Marcelo Vigil (1930 – 1987). Os autores levantaram, na coletânea *Sobre los orígenes sociales de la Reconquista*, problemas centrais que solapavam toda a ideia de “Reconquista” que se tinha até então.

Eles mostraram que cântabros, bascos e ástures, povos autóctones do norte da Península Ibérica, habitantes da região entre os Pirineus e as Astúrias, e antepassados dos primeiros reinos cristãos tiveram um desenvolvimento muito peculiar, sendo fracamente romanizados e cristianizados muito tardiamente. Mantiveram sua língua e sua religião nativa mesmo contra as tentativas de conversão pelo Império. Sua relação com os romanos era de hostilidade, frequentemente desrespeitando a *autoritas* de seus dignitários e realizando frequentes incursões de rapina às povoações romanas. Esses povos autóctones se mostraram intransigentes em não aceitar os padrões de sociabilidade romanos e lutaram constantemente contra os conquistadores para manter seus costumes intocados¹⁰.

Com o enfraquecimento do Império e sua posterior queda, vieram vários povos germânicos para ocupar a *Hispania*: primeiro os suevos e depois os visigodos e francos – estes últimos apenas na região dos Pirineus. Esses grupos, também estrangeiros à região, levantaram, cada um a seu momento, um reino que se pôs a buscar a hegemonia e a unificação da região. Nenhum deles foi aceito pelos povos nativos da região, que os combateram com o mesmo vigor com o qual o fizeram contra os romanos¹¹.

⁸ GARCÍA FITZ. Op. Cit. pp. 145 – 146.

⁹ Idem, pp. 146 – 147.

¹⁰ VIGIL, Marcelo; DE AGUILERA, Abilio Barbero. **Sobre los orígenes sociales de la Reconquista**. Editorial Ariel: Barcelona, 1984. pp. 13 – 98.

¹¹ Idem, ibidem.

Na verdade, os nativos enfrentaram as forças do reino visigótico de Toledo em guerrilhas e incursões até meses antes de sua queda pelos bérberes de Tarik Ibn-Ziyad, na conquista islâmica de 711. Independente da passagem do poder aos muçulmanos no sul, os nativos continuaram a combater os invasores que tentavam lhes impor sua forma de se organizar social ou economicamente, quaisquer fossem as suas proveniências ou crenças.¹²

Esse quadro de não identificação entre os ástures e os visigodos apontado por Barbero e Vigil tornava sem significado a proposição de que eles estariam a combater com o intuito de reaverem algo que lhes pertencera, já que estes, de fato, nunca tiveram laços de pertencimento *reais* para com os germanos de Toledo. Em suma, a Península nunca os pertencera para que a reconquistassem.

Disso resulta que todos os aspectos marcantes do processo conhecido por “Reconquista”, como elencados por Menéndez Pidal ou Sánchez Albornoz não se sustentam: a) a “Espanha” não se identifica automaticamente com os reinos cristãos, pois os ástures no século VIII ainda não haviam sido completamente cristianizados e nem se organizavam como um reino, diferente dos visigodos àquela altura; b) não há recuperação de terras, já que os territórios tomados pelos muçulmanos eram ocupados pelos visigodos e não pelos ástures; c) não há participação de todos os espanhóis, pois nesta altura este grupo não se reconhecia como tal, havia ástures, bascos, cántabros, visigodos, e não espanhóis; e d) o espírito católico militante não é ontológico daquelas populações, visto que seus costumes eram notadamente “pagãos”, e seu combate, a princípio, não tinha motivos religiosos, sua recusa era em relação à dominação estrangeira e aos modos de sociabilidade diferentes dos seus, fossem eles romanos, germânicos, ou muçulmanos¹³.

O impacto das teses de Barbero e Vigil foi imediato, atingindo toda a comunidade acadêmica espanhola e reverberando em outras instâncias, como na educação básica. Outras vozes da historiografia espanhola de meados do século XX se juntaram ao coro contribuindo com novos estudos que confirmavam as propostas. José Luiz Martín, por exemplo, afirmou que a noção de “Reconquista” teria surgido pelo menos um século depois dos primeiros embates entre ástures e muçulmanos, sendo uma criação de clérigos moçárabes do século IX que combinou com as necessidades imediatas de legitimação e expansão da nascente monarquia asturiana¹⁴. Este pesado golpe contra as bases de sustentação da propaganda do ideário nacional-católico coincidiu com o declínio da ditadura franquista. Neste contexto, o

¹² VIGIL, Marcelo; DE AGUILERA, Abilio Barbero. Op. Cit., pp. 13 – 98.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ MARTÍN, José Luiz. **La Península en la Edad Media**. Barcelona: 1975.

termo “Reconquista” adquiriu um aspecto pejorativo, sendo frequentemente relacionado a ações de extremismo e intolerância¹⁵.

No entanto, seu uso persiste, seja por comodidade ou por convenção. Atualmente, o conceito de “Reconquista” entre a historiografia pode ser compreendido de duas formas principais: como sinônimo do processo de expansão territorial dos reinos cristãos peninsulares ou como forma de periodização histórica (711 – 1492)¹⁶.

Devido a progressiva perda do teor nacionalista do termo, muitos historiadores o tem utilizado para designar o violento processo de mudança do poder na Península, indo de mãos muçulmanas a mãos cristãs através da guerra. Nesta acepção, o foco das interpretações da “Reconquista” persiste no processo enquanto realização militar decorrente de fatores sociais e/ou econômicos, como movimento de expansão do modo de produção feudal ou como choque entre o modelo econômico senhorial agrário europeu e o modelo mercantil tributário árabe. Tais questões poderiam estar diretamente relacionadas com um crescimento geral, econômico, demográfico e tecnológico atravessado pela cristandade ocidental, que a impeliu a se expandir rumo a suas fronteiras pagãs: no báltico contra os povos eslavos, no leste europeu contra os húngaros, e no Oriente contra os sarracenos, etc¹⁷.

A outra forma lógica de compreender o conceito Reconquista na atualidade é como uma periodização histórica de longa duração¹⁸. Assim, ao empregar o termo, muitos historiadores se referem a um corte cronológico que quase esgota a “Idade Média” na Península Ibérica, indo de 711 a 1492. Alguns impõem ressalvas ao inserir os primeiros dois séculos nesta cronologia, justamente pela fragilidade da dimensão simbólica dos embates, que ainda não se encontrava solidamente edificada entre os reinos nortenhos. Outros atentam para as especificidades locais de algumas regiões da Península, onde o processo teria findado antes, como em Portugal e Aragão, em meados do século XIII. O fato é que a ideia de Reconquista por vezes se funde ao todo do processo histórico medieval ibérico. Não se pode negar o impacto que o conflito causou na formação daquelas sociedades, mas é aconselhável ter cautela no emprego do termo de forma tão ampla, frente ao risco de incorrer em reducionismos graves, afinal, entre esses séculos outras coisas aconteceram na Península, muitas vezes sem relações diretas com o conflito¹⁹.

¹⁵ GARCÍA FITZ. Op. Cit. pp. 149 – 152.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ Idem, pp. 152 – 157.

¹⁸ BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

¹⁹ GARCÍA FITZ. Op. Cit., pp. 158 – 160.

Outrossim, ao utilizarmos o termo “Reconquista” nesta dissertação, nos referimos a uma terceira forma, mais específica, de compreender o fenômeno entre a historiografia: como o conjunto das guerras de expansão executada pelos reinos cristãos peninsulares que se embasavam numa série de justificativas simbólicas. Mesmo que de um ponto de vista prático uma “Reconquista” nunca tenha existido e que tal termo nunca tenha sido mencionado *ipsis literis* pelos contemporâneos ao conflito, as elites guerreiras cristãs ibéricas utilizaram de forma bem sucedida *representações*²⁰ - atualmente atribuídas ao conceito - como suporte ideológico para a expansão de seu território e de sua forma de sociabilidade desde pelo menos o século IX²¹.

Ora, tendo nos interessado por todo o contexto da chamada “Reconquista,” nossos estudos nos levaram a descobrir o riquíssimo arcabouço documental das *crônicas gerais*, obras monumentais de natureza histórica, seguidoras de uma tradição historiográfica que se impôs em Castela e Leão por todo o século XIII. Essas narrativas consistem em conjuntos de textos que pretendem dar conta, através do entrelaçamento de fontes mais antigas de vários tipos, de todos os eventos dignos de nota que ocorreram sob o reinado de sucessivos monarcas.

Pelo tamanho e diversidade dessas fontes, havendo uma pluralidade de versões dos mesmos textos, com pequenas alterações entre si, contidos em dezenas de manuscritos copiados em momentos diversos, seria humanamente impossível pesquisar todo o material disponível dentro de todo o imenso *corpus* documental das crônicas. Assim sendo, selecionamos a *Crónica de Castilla* como nossa fonte de investigação principal. Esta escolha se justifica por esta crônica ter revolucionado, a seu tempo, a tradição historiográfica à qual se inseria devido ao espaço que cede, no decorrer de sua narrativa, aos feitos de outros grupos sociais que não exclusivamente a realeza.

A edição da fonte utilizada neste trabalho é a primeira de uma versão completa da *Crónica*, editada em 2010 por Patricia Rochwert-Zuili a partir dos manuscritos Esp. 12 da Biblioteca Nacional da França e X-I-11 da Biblioteca do Escorial, disponível online. Relativamente pouco estudada, a *Crónica de Castilla*²², dos primeiros anos do século XIV,

²⁰ Tal como entendido por CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002; Idem. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173 – 191, 1991.

²¹ GARCÍA FITZ. Op. Cit. pp. 160 – 165.

²² ROCHWERT-ZUILI, Patricia. **Crónica de Castilla**. Paris: Les Livres d’e-Spania, 2010. Disponível em <<https://books.openedition.org/esb/63>> Para poupar espaço, convencionaremos aqui sempre utilizar CC e o número do fólio correspondente no manuscrito original quando citarmos diretamente o conteúdo da fonte. Da mesma forma, em citações diretas optaremos por reproduzir trechos da fonte como transcritos pela editora, em castelhano medieval, disponibilizando uma tradução livre nas notas de rodapé. Quando citarmos as contribuições

narra os acontecimentos do reinado de Fernando I a Fernando III, mas concede também muito espaço para os feitos e a vida do famoso cavaleiro El Cid. Esta crônica alcançou um sucesso considerável, conquistando o interesse de um grande público, sendo copiada em dezenas de manuscritos e preservada por toda a Idade Média. A editora compreende que a principal função da *Crónica* foi celebrar as alianças que a rainha regente, María de Molina, responsável por encomendar a obra, selou com as cavalaria urbanas e *omnes buenos* das cidades para assegurar o trono para seu filho, Fernando IV. O jovem monarca, então menor de idade, se via diante de um contexto de rebeliões e sérios conflitos internos, enfrentando as pretensões ao trono de alguns parentes rivais, que levantavam constantes questionamentos quanto a sua legitimidade como herdeiro da coroa.²³

Pela pretensão monumental das crônicas de contar toda a história do reino no curso de longos períodos, essas narrativas articulam e mobilizam uma fatura de *representações* que apoiam determinado modelo de sociedade e comunidade.

Este conceito é especialmente caro a este trabalho, compreendido como proposto por Roger Chartier, primeiro em *O Mundo Como Representação* e depois em *A História Cultural: Entre práticas e representações* (1991, 2002). Para ele,

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às *classificações, divisões e delimitações* que organizam a apreensão do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. [...]

As *percepções do social não são de forma alguma discursos neutros*: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 2002, p. 16 – 17).

São essas *classificações, divisões e delimitações* organizadoras das apreensões possíveis do real, responsáveis por atribuir sentido ao mundo social em Castela e Leão dos séculos XIII e XIV que procuramos analisar.

Nestes termos, entendemos que a “Reconquista” se desenvolve amparada por um conjunto de representações responsáveis por atribuir sentidos simbólicos multitemporais aos

específicas da editora utilizaremos ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Introduction. In: Op. Cit., e, devido a apresentação do texto em formato HTML, sem indicativo de página, apontaremos também qual o parágrafo.

²³ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Introduction. In: *Crónica de Castilla*. Paris: Les Livres d’E-Spania, 2010, parágrafos 1 e 2.

povos cristãos da península, formadores de sua *identidade* e estruturantes em seu arcabouço referencial de conduta entre si e para com o outro.

Assim sendo, não pretendemos nos deter, particularmente, aos acontecimentos do período, mas o que nos interessa é entender como os discursos apresentados na crônicas, e mais especificamente na *Crónica de Castilla*, criam e se apropriam destas *classificações, divisões e delimitações* sobre a realidade contemporâneas a seu período de produção, e como buscam representar, ativamente, grupos antagônicos numa sociedade que se estruturou ao redor de um perpétuo conflito, dotando de significado simbólico o mundo no qual se inserem e suscitando uma série de práticas sociais, consonantes ao discurso construído, no sentido de legitimar determinado projeto de sociedade propriamente *castelhana e cristã*.

Ainda quanto a esta questão de formação da identidade, compreendemos que este processo, inerente a todas as sociedades humanas de que se tem notícia, constitui uma *relação de poder* e se estabelece de forma negativa, isto é, para afirmar aquilo que se é, é necessário negar aquilo que não se é. Identidade e alteridade são processos de significação necessariamente relacionados, imbricados.²⁴ Para podermos nos apreender de fato deste processo, torna-se importante não apenas entender o que os cristãos ibéricos medievais diziam sobre si mesmos, mas também o que diziam sobre o *Outro* muçulmano, e quais as relações discursivas que essas representações opostas e antagônicas suscitam.

Desta forma, esta dissertação se ocupa de investigar essas representações para responder algumas perguntas como: Quais eram os grupos sociais que, em Castela e Leão, nos séculos XIII e XIV, detinham o poder de construir grandes narrativas históricas como as crônicas e, nestes meios, formular representações sociais sobre indivíduos ou grupos? Como, efetivamente, se representavam os castelhanos capazes de construir essas narrativas naquele contexto? Como representaram seus inimigos, o *Outro* histórico contra quem combateram por séculos, os “mouros”? Como os discursos cunhados por estes grupos suscitaram práticas sociais, em especial a da guerra e da sujeição desse *Outro*?

Em suma, a pesquisa tem por objetivo principal compreender, a partir das representações cunhadas pelos castelhanos e leoneses entre os séculos XIII e XIV, o que significava ser castelhano, ou ser cristão, ou ser “mouro”, bem como as implicações sociais práticas de tais construções identitárias.

Acreditamos que estes questionamentos sobre identidade e alteridade são excepcionalmente relevantes diante da conjuntura geopolítica mundial, de crescimento da

²⁴ SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 91 – 129.

xenofobia, na política e na opinião pública em geral, que pode ser observado em várias partes do Ocidente desenvolvido como reação às sucessivas crises de refugiados geradas pelos conflitos no Oriente Médio. Neste contexto, diariamente são exaltadas as qualidades tidas como inerentes às nacionalidades europeias, enquanto se formulam novas *representações* depreciativas e preconceituosas sobre mulçumanos e árabes em geral. Torna-se necessária a discussão sobre a historicidade destes discursos nas mais diversas temporalidades, apontando possíveis continuidades e rupturas num esforço de evidenciar o anacronismo dessas práticas segregacionistas.

Por outro lado, é de suma importância à academia brasileira inverter os papéis historicamente construídos no âmago da intelectualidade internacional. Diversos historiadores estrangeiros construíram toda uma carreira estudando o Brasil, mas o contrário pouco se observa. Tal cultura acadêmica tem sido problematizada a partir das experiências diaspóricas de pesquisadores pós-coloniais como Edward Said, cujo conceito de *Orientalismo* nos ajudará a compreender a maneira como a Europa representa o *Outro* e como utiliza essa representação do *Outro* para se estabelecer como superior. Outro pesquisador que traz contribuições especialmente importantes nesta discussão é Dipesh Chakrabarty, com seu projeto de “provincializar a Europa”²⁵. Estas experiências propõem versões de História um pouco diferentes dos cânones dos grandes centros intelectuais em prol de novas interpretações, partindo dos povos que vivenciaram a dominação imperialista europeia. As diferenças destas perspectivas se dão pelas discrepâncias nos lugares sociais de sua produção e, como Michel de Certeau demonstra, determinam os resultados dos trabalhos historiográficos independentemente da intencionalidade ou da consciência do pesquisador que os elabora.²⁶

Metodologicamente, nos aproximamos da análise do discurso, numa vertente de certa maneira foucaultiana, com base nos enfoques propostos por Said. A metodologia desenvolvida por este pesquisador gira em torno da análise da autoridade intelectual no discurso orientalista. Como veremos, a questão da autoridade é central na discussão sobre o processo de produção das crônicas em Castela e Leão a partir do século XIII.

Portanto, na nossa próxima seção, empreenderemos o método que Said denomina *formação estratégica*, que é uma maneira de analisar a relação entre os textos e o modo como grupos, tipos e gêneros textuais adquirem peso e poder referencial entre si, e com a cultura em geral. Basicamente, devido a impossibilidade já mencionada de nos debruçarmos, no espaço

²⁵ CHAKRABARTY, Dipesh. **A pós-colonialidade e o artefato da história:** quem fala em nome dos passados indianos? Tradução de Erahsto Felício

²⁶ DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Forense Universitária, 2011, p. 65 – 77.

de uma dissertação de mestrado, sobre todo o arcabouço documental das crônicas e de outras obras de natureza histórica em toda a Idade Média, acederemos às condições de produção da *Crónica de Castilla* através de uma discussão historiográfica, dialogando com o trabalho de vários outros pesquisadores. Em primeiro lugar, realizaremos um apanhado geral do contexto histórico do momento de escrita da obra, e depois contemplaremos os aspectos formais e intencionais, as mudanças e influências das oficinas de produção dos diversos gêneros históricos na Europa medieval, e em Castela e Leão, mais especificamente, até a constituição da chamada “historiografia alfonsina” e de sua subversão, da qual a *Crónica de Castilla* é um dos principais expoentes.

Esta discussão é essencial uma vez que entendemos, na análise de discurso, que nenhum discurso existe sozinho, mas sempre está em diálogo com outros discursos mais antigos, e que nenhum texto subsiste por si só, estando sempre em contato com um intertextualidade muito mais ampla, da qual surge e com a qual interage.²⁷ O caso das crônicas não é diferente, elas estão imersas numa teia de outros textos de natureza histórica, como as genealogias, os poemas épicos e as canções de gesta, assim como de outras naturezas que empregam formações discursivas semelhantes.

O interesse de Said pela autoridade que mencionamos acima nos leva, nas duas seções seguintes, quando nos debruçaremos diretamente sobre a fonte, a um caminho quase oposto ao da análise do discurso tradicional, que normalmente está muito interessada nas operações ideológicas, naquilo que está oculto no discurso. Esse interesse engeja um enfoque na *superfície*, naquilo que salta do texto, e não naquilo está nas entrelinhas.

Da mesma forma, ao final do trabalho, quando nos colocamos a analisar as representações do *Outro*, são as considerações de Said que nos levam a focar na condição de *exterioridade* do autor em relação a matéria orientalista que descreve no texto. A análise de Said, portanto, põe ênfase na evidência, que por vezes passa despercebida, do status de tais *representações enquanto representações*, e não como descrições reais, seja da Europa, seja do Oriente. Os dados a se observar são o estilo, as figuras retóricas, os cenários, os esquemas narrativos, e as circunstâncias sociais e históricas de sua produção,²⁸ sendo que estes três últimos fatores já ficarão explicitados no próxima sessão.

Assim, investigaremos na terceira seção as representações identitárias e as estratégias discursivas que sustentam o projeto político de uma Castela e Leão cristã, unificada e

²⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2012, p. 25 – 53.

²⁸ SAID, Edward W. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 51.

harmônica, diferente daquela fragmentada e conflituosa do momento de escrita da *Crónica*, e que lançam os germes de uma “identidade castelhana”, como aponta Rochwert-Zuili. As representações que nos chamaram a atenção, até aqui, são as de uma *realeza* profundamente cavalheiresca e religiosa, e a de uma *cavalaria* extremamente leal e justa, descritos como os cabeças políticos, militares e econômicos da sociedade castelhano-leonesa que cooperam pelo bom funcionamento do reino como um todo. Retratados como grandes guerreiros, corajosos, fortes e valorosos, assim como homens muito devotos e justos, a crônica passa a imagem de líderes conscientes da posição que deveriam ocupar na hierarquia social castelhana e dos deveres inerentes a suas funções.

E, finalmente, na quarta seção, nos colocaremos a analisar as representações históricas do *Outro* muçulmano, em oposição a essas representações de realeza e cavalaria que apoiam a “identidade castelhana”. Nosso foco será revelar a forma como a *Crónica* representa os mouros de al-Andalus como meros *coadjuvantes* servis da história da Espanha, ou como vilões mentirosos, traiçoeiros e invejosos. Essas representações se encaixam num longo desenvolvimento da forma como o Ocidente via e se relacionava com o Oriente, como descrito brilhantemente por Said em *Orientalismo*. Depois de passados cinco séculos do choque da conquista islâmica de 711 e pelo menos três séculos de constantes expansões cristãs rumo ao sul, castelhanos, leoneses, portugueses e catalães se acostumaram com a presença desse *Outro* assustador ao sul e começaram a *domesticar* seu pavor inicial, transformando aqueles que a princípio eram representados como bárbaros sanguinolentos em vizinhos inferiores e fracos, mas, ainda assim, perigosos.

Ao cabo da discussão, esperamos poder também ter demonstrado como esses discursos se materializam em ações concretas, sobretudo as que envolvem os empreendimentos guerreiros contra al-Andalus, e a sujeição dos mouros ao jugo castelhano.

2. Historiografia Medieval Castelhana: a legitimação de um projeto político através de narrativas sobre o passado mítico

2.1 Contexto histórico: panorama geral

O século XIII foi um período de vicissitudes e instabilidades políticas na península ibérica. Este foi o período decisivo e mais eficiente da chamada “Reconquista”. É neste século que Portugal e Aragão concluem seu movimento de expansão militar rumo ao sul, adquirindo contornos mais parecidos com os que observamos atualmente. Castela e Leão, que já vinham num processo de aproximação e afastamento desde o século XI, se tornam definitivamente um só reino que se esforça ativamente para alcançar a hegemonia política na península²⁹.

Em 1224, depois de atravessar uma série de crises políticas internas e de amargar a desastrosa derrota contra uma coalizão das potestades cristãs nortenhas e de cruzados estrangeiros na batalha de Las Navas de Tolosa, de 1212, mas principalmente devido a conturbações políticas entre suas elites e guerras intestinas, o império Almóada, uma das últimas grandes potências muçulmanas a unificar al-Andalus, se esfacelou. A esta altura, os reis Alfonso IX de Leão (1171 – 1230) e Fernando III de Castela (1199 ~ 1201 – 1252) tinham poder econômico, político e militar o suficiente para se estabelecerem como grandes conquistadores, realizando várias campanhas de anexação e povoamento dos territórios da atual Extremadura e do vale do Guadalquivir. Quando da morte de Alfonso IX, em 1230, seu filho, Fernando III, dito o Santo, foi reconhecido como rei também em Leão, terminando por marcar a unificação definitiva dos dois reinos. Devido a seus extraordinários sucessos militares, se apoderando de boa parte de al-Andalus e basicamente estabelecendo as fronteiras entre Castela e Granada que perdurariam até o século XV, acabou sendo conhecido, nos séculos seguintes, como o conquistador da Andaluzia e reunificador da “*España*”.³⁰

²⁹ RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. pp. 174 – 185.

³⁰ GARCÍA FITZ, Francisco; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; & ALVIRA CABRER, Martín. Early and high middle ages (8th to 13th centuries). In: GARCÍA FITZ, Francisco; MONTEIRO, João Gouveia (Org.). **War in the Iberian Peninsula, 700–1600**. Routledge, 2018, p. 58.

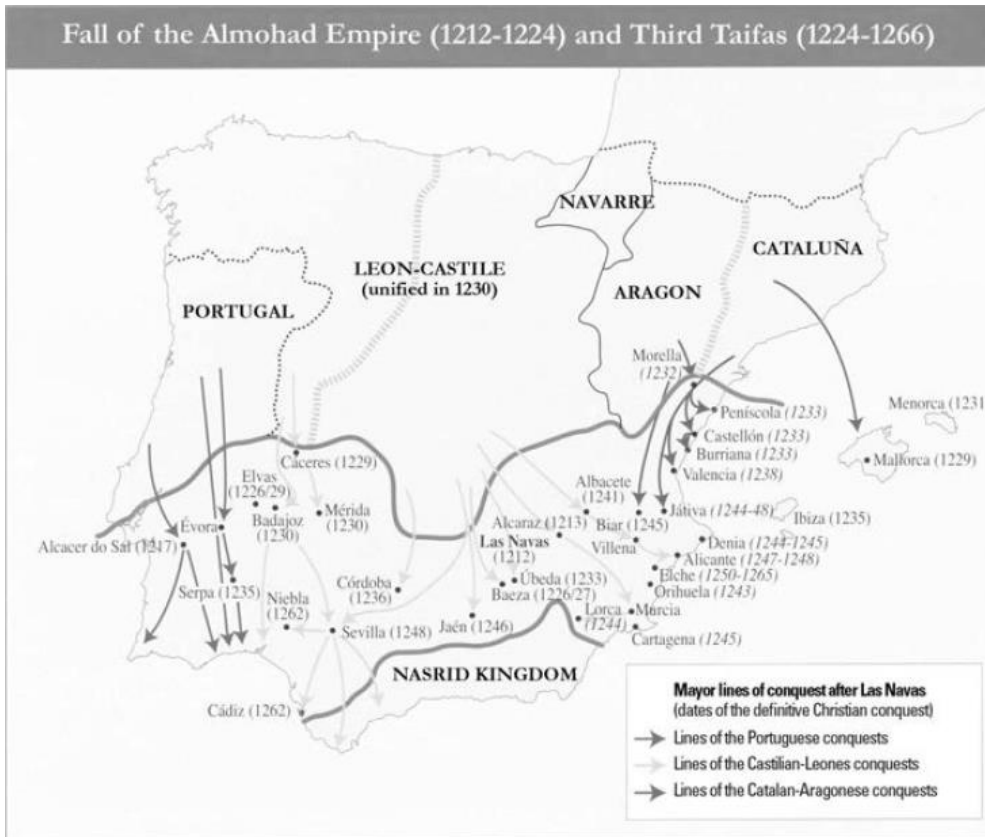


Figura 1: Queda do Império Almóada (1212–1224) e dos Terceiros Reinos Taifas (1224–1266). In: MONSALVO ANTÓN, José María. Atlas Histórico de la España Medieval, Editorial Síntesis, Madrid, 2010.

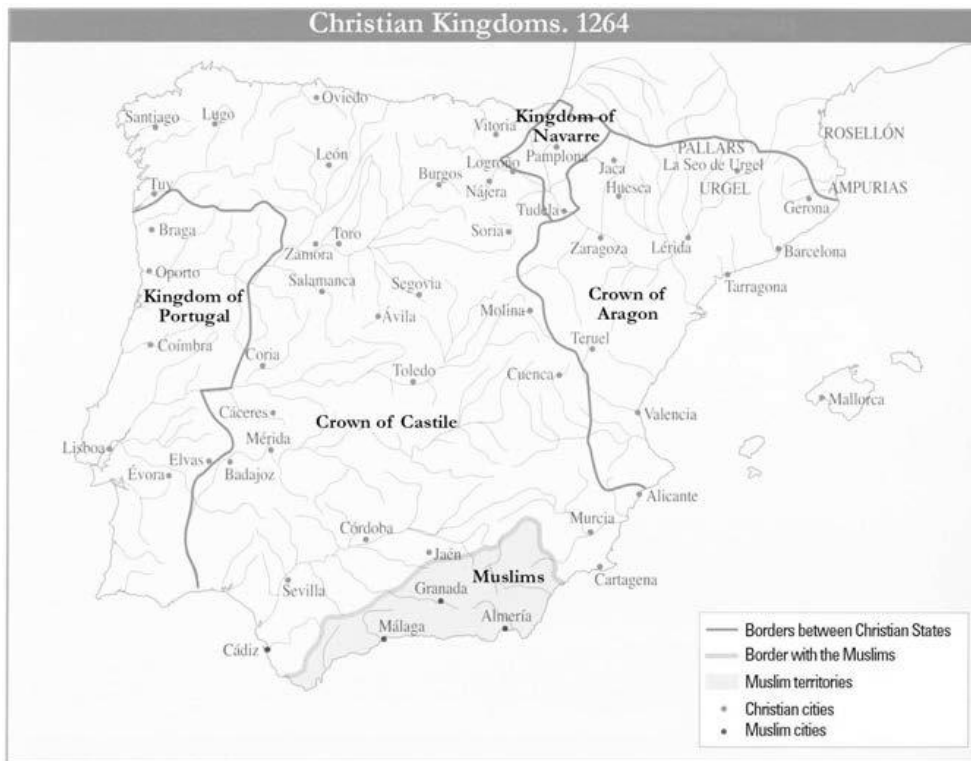


Figura 2: Reinos Cristãos 1264. In: MONSALVO ANTÓN, José María. Atlas Histórico de la España Medieval, Editorial Síntesis, Madrid, 2010.

Seu herdeiro, Alfonso X (1221 – 1284), que ganhou o epíteto de O Sábio, ficou conhecido por sua política de centralização e suas sucessivas tentativas de fortalecer o poder monárquico baseado no Direito Romano, mandando compor as famosas *Siete Partidas*, estudos políticos e legislativos que contavam como um reino ideal deveria ser, e como seu governante deveria agir. Seu esforço, contudo, se mostrou pouco exitoso e trouxe uma oposição ferrenha da nobreza – ciosa de seus poderes jurisdicionais, ameaçados pelo projeto jurídico centralizador das Partidas, que buscava homogeneizar os usos do direito consuetudinário em todo o reino, e nas cidades, que temiam perder sua relativa autonomia frente aos poderes da grande aristocracia guerreira rural. O resultado de suas empreitadas legislativas foi uma série de rebeliões de várias facções da nobreza, em diferentes ocasiões³¹.

Alfonso X, que era filho de Beatriz da Suábia, prima do imperador germânico, aspirava também ser eleito como imperador do Sacro Império Romano-Germânico, chegando a reivindicar o ducado da Suábia em 1255, e negociar sua eleição ao trono dos romanos com os concelhos das cidades de Piza e Marselha. Essa sua outra ambição, contudo, também não trouxe frutos.³²

Contra os muçulmanos de al-Andalus, conseguiu anexar pequenas cidades próximas a Sevilha, e liderou, com certo sucesso, uma cruzada no norte da África. Sua política pressionou também os muçulmanos que viviam em seus próprios domínios, causando uma grande rebelião de mudéjares por todo o reino, em 1264, e dez anos depois forçando o emir de Granada, Muhammad II, a convocar a ajuda de uma nova dinastia bérbere do Magrebe, os Merínidas.³³

Sobre este outro muçulmano ao sul, convém explicar também seu contexto sócio-político. Do que restou do império Almóada e dos pequeninos reinos taifas que o prosseguiram nos anos imediatos após seu esfacelamento, ergueu-se o Emirado Nacérida de Granada, o último estado islâmico formado na península, estabelecido por Muhammad I (1194 - 1273) em 1232 e que perseverou por 260 anos até a rendição de Granada frente aos Reis Católicos, Fernando e Isabel³⁴.

Sua longevidade chama a atenção dos pesquisadores, uma vez que, durante o século XIII, mais da metade de al-Andalus foi conquistada por Fernando III num intervalo de apenas três décadas. Acredita-se que isto só foi possível graças ao pragmatismo político que guiava

³¹ GARCÍA FITZ, Francisco; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; & ALVIRA CABRER, Martín. Op. Cit., p. 58 – 59.

³² RUCQUOI, Adeline. Op. Cit., p. 178.

³³ GARCÍA FITZ, Francisco; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; & ALVIRA CABRER, Martín. Op. Cit., p. 59.

³⁴ ALBARRÁN, Javier. Granada. In: GARCÍA FITZ, Francisco; MONTEIRO, João Gouveia (Org.). Op. Cit., p. 36.

as ações de Muhammad I, inclinação que o permitiu negociar com Fernando III e aceitar vassalagem para com o rei castelhano. Esse status permitiu que o Emirado se consolidasse contra seus adversários muçulmanos vizinhos e contra os próprios reinos cristãos nortenhos. Para além da extraordinária habilidade diplomática dos nacéridas, capazes de negociar um equilíbrio com Castela, Aragão, Túnis, Fez e Tlemcen, argumenta-se que também tenham contribuído à sua longevidade: a natureza montanhosa de seu território, reforçado por uma rede bem mantida de fortificações e cidades muradas; suas saídas para o mar, com importantes portos próximos ao Estreito, e a proximidade com o Norte da África, o que permitia a intervenção dos Merínidas; e causas externas, como os diversos conflitos internos em Castela entre o final do século XIII e o XIV, a falta de pressão demográfica castelhana suficiente para que fosse possível povoar todo o território, e os interesses políticos, econômicos e ideológicos em se manter um inimigo muçulmano nas fronteiras.³⁵

Em 1246, Muhammad I assinou o pacto de Jaén, no qual cedia a cidade a Fernando III de Castela e Leão, aceitando se tornar seu vassalo e pagar *parias* estimadas em 150 mil maravedís, valor reduzido para 50 mil em 1252, que equivalia a 50% de toda a renda do emirado. O pacto foi renovado, em 1254, com Alfonso X, mas logo o rei castelhano quebraria o acordo com suas empreitadas cruzadísticas no Norte da África. Isto fez com que os granadinos encorajassem as rebeliões mudéjares em Sevilha e Múrcia. A resposta de Alfonso X foi novamente invadir o território nacérida, forçando o emir a assinar outro pacto de tributos em 1265.³⁶

Muhammad II (1235 - 1302), filho e sucessor do primeiro, renovou as tréguas com Castela, cada vez mais caras, chegando ao valor insustentável de 300 mil maravedis em 1274³⁷, mas aproveitou o período de tranquilidade para estreitar suas relações com a dinastia marroquina dos merínidas e requisitar sua ajuda em 1275.³⁸

Respondendo ao chamado de Granada, mas também motivado por suas próprias ambições de se estabelecer como a maior potência muçulmana da região, o sultão do Marrocos Abu Yusuf Yaqub ibn Abd al-Haqq (~1212 – 1286) liderou os merínidas através do Estreito de Gibraltar e adentrou a península ibérica em pelo menos quatro ocasiões. A primeira incursão aconteceu ainda em 1275, quando os marroquinos pilharam o vale do

³⁵ ALBARRÁN, Javier. Op. Cit., p. 36 – 37.

³⁶ Idem, p. 37.

³⁷ RUCQUOI, Adeline. Op. Cit., p. 201.

³⁸ ALBARRÁN, Javier. Op. Cit., p. 37.

Guadalquivir e asseguraram bases de operações em cidades estratégicas cedidas pelos nacéridas no Estreito, como Tarifa, Algeciras e Ronda.³⁹

As relações entre nacéridas e merínidas, contudo, acabaram se complicando, surgindo conflitos entre as duas dinastias a respeito da posse dessas cidades, bem como uma série de outros interesses estratégicos que por vezes levaram os granadinos a se aliarem a castelhanos e leoneses contra seus correligionários marroquinos.

Mas o fato mais importante é que a invasão dos merínidas e as importantes derrotas impostas por eles, como a da Batalha de Écija (1275), lançaram Castela e Leão numa séria crise militar que, por sua vez, redundou também numa crise de sucessão da coroa, já que o primogênito de Alfonso X, Fernando de la Cerda, faleceu vítima de uma doença enquanto partia para combater os bérberes recém-chegados na península. Alfonso X, que em suas ordenações jurídicas demonstrava um profundo apreço pela tradição da primogenitura, apoiou em seu testamento seu neto, Alfonso de la Cerda, filho de Fernando, como seu herdeiro, mas precisou lidar com as pretensões de seu segundo filho, Sancho, que se proclamou seu sucessor, mesmo em total desacordo com os desejos de seu pai. A reivindicação de Sancho foi apoiada pelos nobres do reino, ainda descontentes com o projeto centralizador de Alfonso e satisfeitos com a resistência liderada pelo infante contra os invasores marroquinos. Essa querela sucessória levou Castela e Leão a uma guerra civil e a deposição do Rei Sábio, que terminou seus dias exilado em Sevilha – último bastião que se manteve fiel ao rei.⁴⁰

Alfonso X morreu em 1284, passando a coroa, contra a sua vontade, a Sancho IV (1258 – 1295), que foi capaz de reorganizar as defesas castelhanas e parar de uma vez os merínidas, conquistando sua fortaleza de Tarifa. Seu reinado ficou, entretanto, maculado pelas constantes acusações de ilegitimidade por seus sobrinhos, os *infantes de la Cerda*, que continuaram a reivindicar seu direito a coroa, com apoio do rei de Aragão e de parte da nobreza. Quando ele morreu, em 1294, deixou seu filho menor de idade para lidar com as reivindicações dos primos. O papel de proteger o jovem herdeiro das controvérsias políticas ficou com sua mãe e regente, a rainha María de Molina (~1264 – 1321), conhecida por ser uma negociadora hábil, responsável por selar uma série de alianças estratégicas com setores específicos da nobreza, garantindo o apoio que seu filho precisava para manter a coroa.⁴¹

A rainha regente tornou-se uma das personalidades mais influentes na península ibérica entre a virada do século XIII para o século XIV, tendo suas manobras políticas

³⁹ GARCÍA FITZ, Francisco; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; & ALVIRA CABRER, Martín. Op. Cit., p. 59.

⁴⁰ Idem, p. 58 – 59.

⁴¹ Idem, p. 59 – 60.

impacto fundamental na realidade social de Castela e Leão entre o período do qual este trabalho se ocupa. Entre tais manobras, destacando-se no âmbito da produção cultural, está a composição da nossa fonte principal, a *Crónica de Castilla*, escrita a mando de María de Molina nos primeiros anos do século XIV. Convém conhecermos mais a fundo sua atuação e o contexto sócio-político de escrita da *Crónica*.

2.1.1 Contexto histórico: a atuação política de Maria de Molina

A historiografia já discorreu bastante sobre a habilidade política e os sucessos diplomáticos da rainha regente María de Molina, como apontam César González Mínguez (2012), e José Carlos Gimenez e Carlos Eduardo Zlatic (2016).

María Alfonso de Meneses, **nascida provavelmente em 1260**, em algum lugar da *Tierra de Campos*, e falecida em 1321, era filha do infante Alfonso de Molina, irmão de Fernando III de Castela e Leão, e de Mayor Alfonso de Meneses, prima de Alfonso X, e foi a maior articuladora política na passagem do século XIII ao XIV em Castela e Leão,⁴² reagindo às pressões internas de várias facções da nobreza castelhana, desejosas de angariar mais poder e rendas às custas da Coroa, assim como às pressões externas, exercidas por Portugal, Aragão, França, e a Santa Sé, que procuraram se aproveitar do quadro de instabilidade generalizada em Castela para se beneficiar economicamente ou expandir sua influência política sobre a península. Maria foi regente duas vezes, primeiro durante o período de minoridade de seu filho, Fernando IV, e, depois, de seu neto, Alfonso XI.⁴³

Como vimos, o conflito entre monarquia e nobreza que María de Molina teve de enfrentar em favor de seu filho não surgiu com a morte de seu esposo, Sancho IV. Este tensionamento, que já existia e se desenrolava desde o reinado de Alfonso X, apenas se aprofundou quando da morte do rei, propelida pela dupla ilegitimidade de seu herdeiro, Fernando IV.⁴⁴

O centro da controvérsia brotava da política centralizadora monárquica empreendida por Alfonso X de fortalecimento do poder régio. Responsável por mandar compor uma série de obras jurídicas, desde o início de seu governo, seu *Setenario*, *Fuero Real*, *Espéculo* e *Siete Partidas* lançavam as bases de um projeto de homogeneização das legislações castelhanas, até então regidas pelos usos e costumes particulares de cada região e senhorio. Nessas obras, a

⁴² GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. El perfil político de la reina María de Molina. In: **Espacio, Tiempo y Forma**, Série III, t. 25, 2012, p. 239 – 254.

⁴³ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Entre os ataques nobiliárquicos e a coesão do reino: a atuação de María de Molina nas minoridades régias de Fernando IV e Alfonso XI. In: **Diálogos**, v. 22, nº 2, 2016, p. 83.

⁴⁴ Idem, p. 85.

coroa se colocava como o centro unificado de jurisprudência no reino, proveniente tanto do conhecimento do rei sobre toda sorte de ciências, como da providência divina, que o escolhera para governar e julgar o povo.⁴⁵ Assim, é a Coroa que irradiaria todo e qualquer poder de exação e justiça, sendo o rei a cabeça do reino e, os demais, seus membros.⁴⁶

Essas pretensões de unificar juridicamente todos os senhorios em Castela e Leão contrariavam expressa e diretamente direitos e privilégios dos quais gozavam determinados grupos nobiliárquicos. Por isso o projeto jurídico alfonsino rapidamente atraiu o desafeto da nobreza que procurou resistir ao ímpeto centralista. O descontentamento logo alcançou o patamar de rebeliões abertas por todo o reino que só pioraram com o passar dos anos do reinado de Alfonso X. O primeiro momento delicado dessa querela já se observa em 1254, quando boa parte dos vassallos do Rei Sábio abandonam Castela e passam a prestar homenagem ao rei de Aragão.⁴⁷

A maior efervescência, porém, vem a se desenrolar com a morte do primogênito de Alfonso, D. Fernando de la Cerda, em 1275, quando a nobreza castelhana se dividiu em dois grandes grupos opostos, cada um apoiando um dos candidatos à sucessão. De um lado, em acordo com Alfonso X, um grupo defendia a causa de Alfonso de la Cerda, primogênito do herdeiro falecido, neto de Alfonso X. Já outro grupo decidiu apoiar o infante Sancho, segundo filho do rei e irmão do herdeiro morto. É possível imaginar que esta querela poderia ser facilmente resolvida em razão dos direitos de primogenitura, aos quais Alfonso enalteceu e buscou institucionalizar através de sua obra jurídica e legislativa a partir do que dispunha o Direito Romano. No entanto, apesar da inclinação do rei, àquela altura não havia em Castela um consenso a respeito da sucessão monárquica.⁴⁸

De fato, essa questão só veio a ser esclarecida definitivamente no reinado de Alfonso XI, bisneto do Rei Sábio, quando o poder monárquico estava constituído o suficiente para fazer valer o projeto de sociedade que as *Siete Partidas* instituía, tido como uma afronta aos desígnios da nobreza castelhana.

Sancho, entretanto, conseguiu estabelecer-se como sucessor legítimo em 1278, durante as Cortes de Segóvia, ignorando os ordenamentos alfonsinos e restaurando a tradição de

⁴⁵ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 85.

⁴⁶ FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, I. El modelo historiográfico alfonsí y las versiones de la *estoria de españa* en el contexto de las obras jurídicas creadas por el rey sabio. In. MARTIN, Georges (dir.). **La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)**. Nova edição [online]. Madrid: Casa de Velázquez, 2000 (ebook gerado automaticamente em 12 de julho de 2019). Disponível online: <<http://books.openedition.org/cvz/2166>>. ISBN: 9788490961063, p. 46 - 47.

⁴⁷ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 85.

⁴⁸ Idem, p. 86.

herança castelhano-leonesa vigente até então. Contudo, vendo seu pai tratar com o rei Filipe III da França os direitos dinásticos de Alfonso de la Cerda, e temendo que sua Coroa fosse questionada, o infante Sancho, apoiado por todos os poderes do reino, privou Alfonso, em 1282, de suas prerrogativas reais.⁴⁹ De 1282 a 1284 as rebeliões chegaram ao seu ápice, quando Castela foi tomada por uma guerra civil, com a nobreza dividida, ora apoiando Sancho, ora apoiando seu pai, Alfonso X, de acordo com o momento e com as promessas de benesses e privilégios que fossem oferecidas em cada situação específica. As potestades cristãs vizinhas também escolheram lados aos quais ofereceram apoio. Portugal apoiou Sancho, enquanto Aragão e a França defendiam os direitos do infante de la Cerda.⁵⁰

É nesse contexto efervescente que María de Molina se casa com o pretendente Sancho, em 1282, num matrimônio duplamente ilegítimo. Primeiro devido ao fato de que Sancho já era casado, desde 1270, com Guilhermina de Montcada, a quem repudiou⁵¹; e segundo devido ao grau de parentesco que tinha com María de Molina, prima de primeiro grau de seu pai.⁵² O casamento, que foi aceito pelo clero castelhano, aliado de Sancho, foi condenado como ilegítimo e incestuoso pelo papa Martinho IV. O grupo de nobres que defendia o infante de la Cerda aproveitou mais esse argumento para tentar impedir a ascensão de Sancho ao trono, que já vinha sendo oficialmente proibida por Alfonso X, que o deserdava em pelo menos duas versões de seu testamento, e chegando a realizar inclusive uma proclamação solene em que amaldiçoava o filho.⁵³ Entretanto, mesmo apesar dos esforços da oposição, Sancho IV foi coroado em 1284, com o falecimento de seu pai.⁵⁴

As querelas não cessaram com a coroação de Sancho IV. A nobreza continuava em revolta, ora se aproximando do poder real, ora se opondo a ele. Entre os nobres importantes que procuravam extorquir privilégios da coroa estava D. Juan, irmão de Sancho, que, derrotado em várias ocasiões, procurou apoio militar dos merínidas em suas reivindicações, em 1293 e 1294; e D. Enrique, irmão de Alfonso X e tio de Sancho, que se encontrava exilado de Castela, viajando pela Europa e pelo norte da África, em virtude de divergências com o Rei Sábio, e que retornava em 1283 aproveitando a incapacidade de Alfonso X de se defender de

⁴⁹ ROCHWERT-ZUILLI, Patricia. Introduction. In: **Crónica de Castilla**. Paris: Les Livres d'e-Spania, 2010, parágrafo 13.

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁵¹ Idem, parágrafo 14. Sancho seria “verdadeiramente apaixonado” por Maria de Molina, preferindo ela a Guilhermina, sua prometida escolhida por Alfonso X, famosa por sua riqueza, assim como por sua feiura e temperamento irritadiço. GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. Op. Cit., p. 242.

⁵² Este fato teria ultrajado o papa Martinho IV, que escreveu uma carta a Sancho chamando seu matrimônio de *excessus enormitas, incestus nuptias e publica infamia*. Idem, *ibidem*.

⁵³ ROCHWERT-ZUILLI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 13.

⁵⁴ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 86.

seus inimigos. Sancho IV concedeu muitas benesses a determinados setores da nobreza para forjar alianças, procurando se aproximar das Ordens Militares, da Igreja e das irmandades concelhias.⁵⁵ Todas essas negociações, apesar de garantir a proteção militar que a monarquia necessitava, colocavam em risco a saúde financeira da Coroa, que tinha que ceder cada vez mais rendas e senhorios aos seus aliados.⁵⁶

Outro problema que abalava a estabilidade do reinado de Sancho IV era o imbróglio em volta de seu casamento, que só veio a ser validado por Roma em 1301, seis anos depois da sua morte, vítima de tuberculose em 1295,⁵⁷ servindo como pretexto para a sublevação dos grupos apoiadores de Alfonso de la Cerda durante toda a minoridade do filho de Sancho, Fernando IV.⁵⁸

Sancho IV apontou, em seu testamento, Maria de Molina como tutora do jovem herdeiro, que teve de lidar com os velhos problemas sucessórios das últimas décadas. Alfonso de la Cerda mantinha suas reivindicações ao trono, como legítimo herdeiro, usurpado por Sancho, apoiado por boa parte da nobreza e pelos vizinhos, Portugal e Aragão.

Em meio a tanta instabilidade, a “nobreza velha”.⁵⁹ intensificou seus ataques à monarquia, conseguindo importantes vitórias contra a coroa e atingindo o apogeu do poder nobiliárquico em Castela.

Vale ressaltar que esses ataques contra a coroa jamais tiveram como objetivo a aniquilação desta instituição, assim como as medidas centralizadoras não visavam o desaparecimento da nobreza. Não existia, para aquela sociedade, nenhum horizonte político ou sistema de governo alternativo à monarquia. Assim, o máximo que se almejava, para o caso dos apoiadores de Alfonso de la Cerda, por exemplo, era a substituição do titular da coroa em favor de outro que pudesse ser mais facilmente dobrado aos interesses da nobreza.⁶⁰ Como aponta Maria Filomena Coelho, esses tensionamentos e conflitos eram uma característica fundante da política naquela sociedade, que diferia em muito do Estado

⁵⁵ Irmandades de *omnes buenos* de cidades e vilas que se uniam para garantir seus interesses econômicos e de defesa nas imediações da localidade em que viviam.

⁵⁶ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 87.

⁵⁷ MÍNGUEZ, César González et al. Fernando IV de Castilla (1295-1312): Perfil de un reinado. **Espacio Tiempo y Forma. Serie III, Historia Medieval**, n. 17, 2004, p. 226.

⁵⁸ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 87.

⁵⁹ Conceito cunhado por Salvador de Moxó em 1969 para se referir às elites aristocráticas estabelecidas no contexto de expansão da “Reconquista” até o reinado de Fernando III, uma alta nobreza guerreira e rural que atingiu o topo da hierarquia social castelhana entre os séculos XII e XIII. Opõe-se a este grupo uma “nova nobreza”, que se estabelece e ganha força no século seguinte, composta principalmente de cavaleiros de baixa linhagem, e que se aproxima da monarquia com o desejo de ser designada para ocupar os espaços anteriormente pertencentes à “velha nobreza”. SALVADOR DE MOXÓ. De la nobleza vieja a la nobleza nueva: la transformación nobiliaria castellana en la Baja Edad Media. **Cuadernos de Historia**, n. 3, p. 1-210, 1969. Apud GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit.

⁶⁰ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 88.

centralizado que observamos no mundo moderno. Tanto a monarquia procurava seu apoio de sustentação na nobreza, como a nobreza procurava a tutela da monarquia para lhe conceder privilégios e rendas, de maneira que as duas instituições cresciam e se complexificavam através dessas negociações.⁶¹ O conflito armado, neste contexto, era também um fator essencial para o funcionamento da sociedade feudal, que permitia a classe aristocrática se reproduzir, a medida que os louros das vitórias militares concediam prestígio e poder, figurando como importante meio de ascensão social para cavaleiros menores.

Dessa forma, procurando fazer pender a balança do poder em Castela a seu favor, essa “velha nobreza” deflagrou uma guerra civil que durou de 1295 a 1304, mantendo a esfera monárquica num estado de fragilidade. A este respeito, alguns historiadores acrescentam que, naquele contexto, a nobreza encarava uma considerável diminuição nas rendas de suas terras, causada pela chamada “crise da Baixa Idade Média”, o que levaria esses grupos a oferecer sua lealdade como uma moeda de troca que poderiam disponibilizar para uma realeza fraca em troca de mais privilégios.⁶²

Convém também sublinhar o fato de que embora o grosso da nobreza desejasse uma coroa enfraquecida, esse estamento sem dúvida não se organizava em unísono, muito pelo contrário. O que prevalecia era uma pluralidade de interesses particulares de tal ou qual linhagem ou casa, funcionando muito mais como várias *facções* do que como um partido com um projeto político.

É reagindo a essas movimentações da velha nobreza que Maria de Molina envia cartas às cidades e vilas do reino, informando a morte de Sancho IV e exigindo o reconhecimento de seu filho como sucessor. Enquanto dava essas notícias, a regente também já começava a articular as alianças que precisava para garantir o reinado de Fernando. Diante da oposição da velha nobreza, das posições mais elevadas da hierarquia do reino, sua estratégia foi buscar o apoio dos concelhos municipais e dos gentis homens de nascimento mais modesto, que já haviam apoiado as pretensões do finado rei quando este se levantava contra seu pai. Assim, uma das primeiras medidas de Maria de Molina visava justamente agradar esses grupos, ratificando os foros municipais e abolindo impostos que incidiam sobre seus negócios.⁶³

Neste movimento vêm ao centro das disputas de poder no reino as irmandades concelhias, que eram associações de concelhos municipais responsáveis por garantir os interesses econômicos e de defesa de determinadas cidades ou vilarejos, ainda que sua

⁶¹ COELHO, Maria Filomena. A jurisdição da aristocracia cristã: monarquia, nobreza e monacato em Portugal (séculos XII-XIII). **Locus: Revista de História**, v. 22, n. 1, 2016.

⁶² GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 88.

⁶³ Idem, p. 88 – 89.

abrangência territorial variasse bastante. Desde os anos de minoridade de Fernando IV, essas irmandades passaram a se organizar e atuar politicamente no sentido de proteger a coroa do jovem rei, enquanto levantavam junto a rainha regente seus próprios interesses. Em geral, essas irmandades não se mostravam tão volúveis em suas lealdades quanto a velha nobreza, mas também recebiam a outorga de privilégios pela coroa como compensação pelo apoio que ofereciam.⁶⁴

A estratégia de Maria de Molina se efetiva nas cortes de Valladolid, convocadas em 1295. Entretanto, antes de poder de fato negociar com essa base de aliados, a regente precisou debelar a influência de D. Enrique, o tio-avô de seu filho, que desejava assumir a responsabilidade de tutor de Fernando. Para isto, Enrique espalhou boatos de que a rainha poderia aumentar os impostos exigidos das municipalidades. Essa intriga acabou por fazer o concelho de Valladolid não permitir a entrada da rainha para participar da discussão das cortes, barrando-a nos portões da cidade. Maria, contudo, conseguiu desfazer os mal-entendidos provocados por seu parente e teve sua entrada admitida. A partir desse episódio a rainha regente procurou manter D. Enrique próximo e sob vigilância, acordando com ele a tutela compartilhada do reino, delegando-lhe parte das responsabilidades com a defesa do território, mas mantendo só para si a tarefa de educar o jovem monarca.⁶⁵

Segundo as *Crónicas de los reyes de Castilla*, é ainda na ocasião das cortes de Valladolid que a rainha recebe a notícia que seu cunhado, D. Juan, havia partido para negociar uma aliança com o rei de Portugal, D. Dinis, que já o teria reconhecido como rei de Castela e enviado missivas aos concelhos leoneses próximos da fronteira instando-os a também reconhecerem D. Juan como novo rei. Diante deste outro ataque, Maria de Molina agiu no sentido de cooptar para sua esfera de influência justamente os pontos de apoio que D. Juan utilizava para sustentar sua pretensão.⁶⁶

Aproveitando que já estava reunida com os representantes municipais das localidades que D. Juan procurava arregimentar, a regente confirmou novamente todos os foros, privilégios e liberdades das cidades e vilas. Convocou também os representantes dos concelhos para negociarem as demandas específicas de cada um pessoalmente com ela. Ações que os aproximou mais ainda da coroa, isolando D. Juan.

⁶⁴ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 89.

⁶⁵ Idem, ibidem.

⁶⁶ **CRÓNICAS de los reyes de Castilla**, desde Don Alfonso el Sabio hasta los católicos Don Fernando y Doña Isabel. Colección ordenada por Cayetano Rosell. Madrid: M. Rivadeneyra, 1875-1878, p. 95. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.jcyl.es/i18n/consulta/registro.cmd?id=8333>>. Apud GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 89.

Para retirar o apoio de D. Dinis a Juan, Maria de Molina enviou D. Enrique, agora um aliado sob suspeita, para negociar a neutralidade de Portugal nos assuntos internos de Castela. Um acordo neste sentido foi firmado em outubro de 1295, em Ciudad Rodrigo, onde a rainha entregava algumas vilas a Portugal, demarcava mais objetivamente as fronteiras entre os dois reinos e arranjava o casamento de Fernando IV com a infanta D. Constança, filha de D. Dinis. O monarca português aceitou o acordo e cessou o apoio que oferecia a D. Juan que, agora desamparado, se viu obrigado a se submeter e prestar homenagem ao sobrinho. Contudo, a submissão de D. Juan foi bastante curta, pois já no ano seguinte retornava a pleitear a coroa junto a potências estrangeiras.⁶⁷

Os problemas retornam em 1296 devido a fragilidade dos acordos que Maria de Molina firmara com D. Dinis. Este logo se sentiu insatisfeito com a demora na efetivação das promessas acordadas e removeu seu apoio à rainha regente, se aproximando de Aragão e da França que, por interesses próprios, apoiados pelo Papado, sustentavam as reivindicações de Alfonso de la Cerda ao trono de Castela, e de D. Juan ao trono de Leão.⁶⁸

As relações entre Castela e Aragão se complicaram no reinado de Fernando IV devido a negociações entre o rei aragonês, Jaime II, com a França e a Santa Sé. Desejando resolver questões antigas sobre a posse das ilhas do Mediterrâneo, Jaime procurou se aproximar da casa de Anjou – uma importante família nobre francesa – através do casamento, entregando a Sicília para o Papado. Em troca da ilha, o papa Bonifácio VIII retiraria a investidura do reino de Aragão que havia sido concedida por um papa anterior a Carlos de Valois – rival de Jaime e pretendente ao seu trono – além de ceder ao monarca aragonês a Córsega e a Sardenha.

Essas negociações lesavam diretamente Castela uma vez que Jaime II rompia um acordo matrimonial que tinha com o reino vizinho desde 1291 no qual concordava em se casar com a infanta D. Isabel, filha de Sancho IV e Maria de Molina. Jaime II tentou justificar a quebra do acordo afirmando que não recebera as dispensas papais para o casamento, e devolveu a infanta, que já estava em sua corte, à tutela de sua mãe. Essa manobra afastava Jaime II de Castela, mas o aproximava da França, que poderia se beneficiar com a ascensão de Alfonso de la Cerda ao trono castelhano, uma vez que o pretendente tinha descendência direta dos reis franceses.⁶⁹

Além do complicado cenário externo, D. Juan procurou novamente se aproximar dos concelhos municipais para se proclamar rei de Leão, convocando um ajuntamento na cidade

⁶⁷ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 89 – 90.

⁶⁸ Idem, p. 90.

⁶⁹ Idem, ibidem.

de Palencia para decidir essa questão. Maria de Molina procurou intervir no intento de seu cunhado enviando mensageiros às vilas da região para garantir a participação de representantes fiéis à Coroa, que defendessem a unidade dos domínios de Fernando IV naquele ajuntamento. Segundo as *Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla*, a rainha regente teria também intervindo na divisão política da própria cidade de Palencia, orientando um representante do concelho que era partidário da sua causa a argumentar entre seus concidadãos que D. Juan desejava multiplicar em muito os impostos cobrados, chegando ao valor absurdo de seis mil maravedis ao ano, contra os meros trinta cobrados pela Coroa. Essas contra-medidas renderam bons frutos, pois a maioria dos *omnes buenos* presente na reunião convocada por D. Juan permaneceu fiel ao rei, ao passo que nem teria permitido a entrada do pretendente no recinto, temendo o aumento explosivo dos impostos propagado pelo boato.⁷⁰

O fracasso em Palencia, contudo, não parou D. Juan, que resolveu tomar uma nova abordagem em sua reivindicação ao trono de Leão. Com apoio de nomes importantes da mais alta nobreza, como Juan Núñez de Lara, o infante atacou e tomou várias cidades que eram incapazes de oferecer resistência. Esse cenário de guerra civil se complicou ainda mais com o recebimento de uma declaração formal de guerra conjunta em nome dos reis de Portugal, Aragão, França e Granada, todos apoiadores do infante de la Cerda.⁷¹

Sobre esta última potência, convém mencionar que, devido ao *status* oficial de vassalo de Castela, os mouros nacéridas estavam muito bem inseridos neste hábito de negociar apoio em troca de benesses dos reis castelhanos, assim como os vassallos cristãos. Aproveitaram, portanto, esse momento de instabilidade política para exigir, também com força militar, condições mais favoráveis como a posse de territórios e a diminuição das *parias* impostas. Além disso, subsistia o medo de que os nacéridas novamente convocassem os merínidas do Marrocos, um risco que só deixou de ser temido em 1340.⁷²

O que a rainha regente e Castela puderam fazer diante de tantas frentes de batalha foi arregimentar os setores da nobreza que permaneciam leais e apenas defender as cidades mais importantes do reino, perdendo Leão para D. Juan, que foi reconhecido com rei naquela região, e Múrcia para Jaime II. Para piorar, a Coroa também não podia contar com a dedicação total de D. Enrique que, por se beneficiar com a continuidade da guerra,

⁷⁰ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 91.

⁷¹ Idem, p. 92.

⁷² ALBARRÁN, Javier. Op. Cit., p. 37.

acumulando prestígio e benesses com cada batalha que travava, não demonstrava grande interesse em conseguir uma vitória decisiva ou expulsar definitivamente os invasores.⁷³

Maria de Molina, porém, questionou a participação de Portugal nesse conflito, alertando D. Dinis sobre o risco que sua atuação colocava aos acordos recentemente estabelecidos. O monarca português concordou em se retirar de Castela, mas continuou em poder de certos territórios que tinha invadido. No ano seguinte, 1297, para tentar dissuadir D. Dinis a voltar a agir contra Castela, a rainha assinou com ele o Tratado de Alcañices, onde estabeleciam a posse de vilas e fortificações em litígio entre as duas coroas, consolidando uma nova fronteira, ratificando o casamento entre Fernando IV e D. Constança, e arranjando também o casamento entre a infanta castelhana D. Beatriz e o herdeiro do trono português, D. Afonso. De sua parte, D. Dinis se comprometeu a auxiliar Castela na crise com homens e cavalos.⁷⁴

Em 1298, a Coroa recorreu a D. Dinis por auxílio na guerra. O monarca português aceitou ajudar, mas sua demora em movimentar tropas indicava seu interesse em tentar tirar o máximo de proveito possível da ocasião. Em viagem a Castela, D. Dinis foi se encontrar primeiro com D. Enrique e D. Juan. Com este último, o português tentou negociar favores para seu irmão em troca de interceder junto a Maria de Molina para que a regente reconhecesse o direito do cunhado de reinar em Leão. Diante da intransigência da rainha em ceder qualquer domínio de seu filho, D. Dinis se retirou de Castela afirmando já ter feito tudo que podia, ainda que nada houvesse feito de fato.⁷⁵

A guerra seguiu sem a interferência de Portugal, com Castela se defendendo como podia, até que em maio de 1299 o grande nobre apoiador de D. Juan, Juan Núñez de Lara, foi derrotado e levado em cativo. Além de uma vultosa soma em dinheiro, as condições do resgate desse nobre exigiam que ele entregasse a mão de sua filha, Juana Núñez de Lara, em casamento com D. Enrique, o que efetivamente o obrigava a passar para o lado da rainha regente. Isso foi um golpe bastante severo contra a facção de D. Juan que se colocou novamente aos serviços do sobrinho, abrindo mão de suas reivindicações em Leão e na Galícia em troca dos senhorios que conquistara na guerra civil e de pagamentos em dinheiro por sua rendição.⁷⁶

Fora de Castela, novos eventos impactariam a crise, a saber, as desavenças entre o rei da França, Filipe, o Belo, e o papa Bonifácio VIII. Ainda que Alfonso de la Cerda se

⁷³ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 92.

⁷⁴ Idem, ibidem.

⁷⁵ Idem, p. 93.

⁷⁶ Idem, ibidem.

mantivesse firme nos senhorios que havia conquistado, o apoio de seu tio, Filipe, diminuía a medida que os problemas internos da França tomavam a maior parte da sua atenção. Outra consequência dessa situação estrangeira, em conjunção com a mediação política de Maria de Molina para com a Santa Sé, foi o reconhecimento por Roma da legitimidade do casamento da regente com o finado Sancho IV e do direito de Fernando IV. Esse novo posicionamento da Sé Apostólica chancelava a justiça da causa da regente e exortava a recuperação dos territórios perdidos durante a crise. Não obstante, por saber estar ajudando um inimigo de seu inimigo, o papa Bonifácio VIII teceu elogios à matriarca castelhana e se colocou à sua disposição para ampará-la em tudo que precisasse.⁷⁷

Embora a legitimação de Fernando IV tenha sido um grande golpe contra as pretensões de Alfonso de la Cerda e seus aliados estrangeiros, a paz entre o infante e o rei só foi estabelecida 1304 pela Sentença Arbitral de Torrellas. O reconhecimento do pontífice contribuiu para apaziguar a sanha revoltosa da nobreza, mas não poderia mudar radicalmente as aspirações políticas daquele grupo, uma vez que a debilidade da coroa era condição *sine qua non* para dinâmica de ora oferecerem, ora negarem sua lealdade em troca de benesses. O grande exemplo dessas idas e vindas é a reaproximação dos problemáticos D. Juan e D. Enrique do monarca quando este atingiu a maioridade. Num momento, sua estratégia era extorquir mercês se rebelando, noutra, era merecer sua concessão se submetendo.⁷⁸

Observamos diversos exemplos da hábil atuação política de Maria de Molina em prol de seu filho, contudo, seu apoio não se deu apenas no campo das disputas políticas abertas, negociando e equilibrando os interesses de diversas facções aristocráticas antagônicas, mas também se estendeu ao campo da ideias e da produção cultural, precipuamente através da grande crônica que ela mandou compor como esforço de legitimação da herança de Fernando IV e de celebração das alianças que a vimos atar com os concelhos municipais e com a baixa nobreza, a *Crónica de Castilla*.

Esta obra, no entanto, não existe apartada da intertextualidade dos gêneros históricos medievais ibéricos. Está inserida numa tradição historiográfica que os cronistas castelhanos vinham construindo há séculos, ainda que a *Crónica* represente, em alguns aspectos, uma ruptura com o modelo até então instituído.

Assim, para melhor compreender as condições de produção da obra, convém agora discorrer sobre o ofício historiográfico no qual essa fonte se insere, sua constituição como tradição escrita na Idade Média, suas características formais e seus traços marcantes, bem

⁷⁷ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 93 – 94.

⁷⁸ Idem, p. 94.

como as diversas intencionalidades que a trouxeram a existência. Só após a contemplação de todos estes aspectos se torna possível desvelar suas particularidades e inovações que a *Crónica de Castilla* carrega.

2.2 Surgimento e características da historiografia medieval

Em seu livro *La historiografía medieval: entre la historia y la literatura* (2016), Jaume Aurell discute a continuidade do discurso histórico, da Idade Média à Contemporaneidade, e o *status* do historiador como *autor*. Aurell sustenta que, devido a indissociabilidade entre narrativa e história, o ofício dos cronistas medievais não difere tanto assim da prática historiográfica moderna, que ainda se ampara na narrativa para construir seu saber histórico. Desta forma, a tradição de gêneros históricos escritos na Idade Média constituiria uma forma propriamente medieval de historiografia.

Esse conceito de historiografia medieval é sustentado por Gabrielle Spiegel, Jaume Aurell e outros historiadores mais recentes, das últimas três décadas, que, a partir das contribuições de Hayden White e de outros pensadores pós-modernos no que tange ao papel das meta-narrativas no fazer historiográfico, responsáveis por abrir os olhos dos historiadores para o processo literário, criador e autoral de seu ofício, passaram a entender que o trabalho dos cronistas medievais não é tão incompatível com o dos historiadores modernos. Para estes historiadores certamente a precisão cronológica dos fatos narrados, os métodos e conceitos – e sobretudo sua concepção de verdade – mudaram radicalmente com o passar dos séculos. Entretanto a forma essencial de sua escrita se mantém, segundo eles, inalterada, devido a impossibilidade de escrever história sem fazer uso da narrativa. Compreendem, portanto, que esse ponto fulcral da *narrativa* constitui o fio condutor que liga o ato de historiar na Idade Média ao ofício do historiador contemporâneo.

É através destes pressupostos que Aurell se propõe a realizar uma aproximação global e teórica sobre o resgate do passado e sua mitificação pelas linhagens aristocráticas europeias nos diversos gêneros históricos cunhados por elas a partir do século XI.

O processo de mitificação das origens dinásticas é, segundo Aurell, um fenômeno específico da Europa dos séculos XI e XII, muito semelhante ao resgate de origens medievais que a historiografia tradicional oitocentista empreendeu no século XIX.⁷⁹ Ainda que este historiador esteja severamente equivocado em afirmar a exclusividade do uso político de tal

⁷⁹ AURELL, Jaume. **La historiografía medieval: entre la historia y la literatura**. Universitat de València, 2016, p. 15.

recurso discursivo às elites europeias, não se pode negar a importância de tal procedimento na significação e justificação dos potentados medievais de toda Europa.

No Ocidente medieval desse período se proliferaram narrativas históricas, em especial as genealogias, que faziam brotar a figura essencial de um herói fundador da linhagem. Estas narrativas tinham por objetivo fixar as origens de dinastias e linhagens e podem ser definidas genericamente como *narrativas de origens*. Estes relatos rapidamente foram imbuídos de mitos e lendas, alçando as origens narradas à uma ataraxia ahistórica e atemporal, subsistindo num passado abstrato, impreciso. Esse tempo abstrato e mítico das origens as distinguia claramente de simples “inícios” propriamente históricos. Estes últimos, quando apresentam coordenadas espaciais e temporais e circunstâncias concretas conhecidas, tornam-se mais palpáveis, mais passíveis de serem racionalizados segundo o referencial cronológico do qual se parte, sendo menos suscetíveis a processos de mitificação.⁸⁰

Esses processos de criação, geração e recuperação da memória dinástica exigiram, a seu tempo, gêneros literários e históricos específicos para alcançar os ambiciosos objetivos sociais de seus produtores em cada momento Idade Média. As genealogias despontaram como o primeiro gênero que melhor se adaptava a esses objetivos.

A princípio, as genealogias surgem nos Países Baixos e na França, entre os séculos XI e XII, alcançando uma grande eficácia, enorme prestígio e uma vida útil bastante prolongada, como se exemplifica pelo caso de Castela, onde continuam sendo escritas até o século XVI. Sua enorme capacidade mítica as tornou facilmente recuperáveis em outros períodos, ainda que tenham sido reapropriadas de forma diversa da original, por exemplo, pela historiografia do século XIX, inspirada pelos movimentos românticos e nacionalistas, aproveitando a natureza profundamente esquemática das genealogias para compor suas longas sequências de cronologias factuais.⁸¹

Em idos do século XII, algumas famílias nobres que alcançaram ou desejavam alcançar o status monárquico em várias partes do Ocidente buscaram consolidar seu crescente poder. Os procedimentos mais eficientes para tal objetivo eram a expansão territorial pelas conquistas militares ou a tecelagem de uma cuidadosa estratégia matrimonial. Contudo, essas dinastias ascendentes rapidamente perceberam que a elaboração de textos históricos poderia ser outro método muito eficaz para legitimar uma política expansionista agressiva ou uma busca por prestígio por determinada dinastia, se bem que restrito, a princípio, ao universo da cultura. As genealogias substituem os anais da alta Idade Média e são incorporadas pelos

⁸⁰ AURELL, Jaume. Op. Cit., p. 15.

⁸¹ Idem, p. 15 – 16.

cronistas medievais como um meio privilegiado para estabelecer uma sucessão ordenada e rigorosa de feitos, verdadeiros marcos da estrutura da história. Se espalha, assim, uma forma literária histórica e historiográfica que aprende a conviver com as lendas e os épicos.⁸²

É certo que a distinção entre gêneros literários medievais de natureza histórica (anais, genealogias, histórias e crônicas) é, às vezes, confusa, e, até certo ponto, arbitrária, uma vez que não haviam fronteiras nítidas entre uma forma e outra, predominando certa porosidade entre elas. Contudo, é evidente que a experiência de novos tempos (com a emergência das novas monarquias e a consolidação de antigos condados) incentiva a criação de novos gêneros históricos mais apropriados aos novos contextos sociais e políticos, suscitando o desenvolvimento de novos procedimentos de reapropriação e atualização do passado.⁸³

Neste cenário, um dos primeiros objetivos das nascentes monarquias medievais se torna estabelecer sua genealogia, num esforço de conectar um passado remoto mítico com um presente que clama por legitimação. Desta forma, estes textos adquirem grande importância política na Idade Média. A princípio poderia-se pensar nesta atividade como consequência da tradição bíblica de recorrer às genealogias dos patriarcas, por exemplo, quando se resgata a genealogia de Jesus Cristo. Porém esse movimento não só recorre a essa tradição dos Testamentos, como imita as listas de reis que vinham se popularizando na Europa medieval.⁸⁴

Para a construção das sucessões dinásticas dos séculos XI e XII, a forma tipológica das Escrituras só exerce influência de segunda ordem, despontando o caráter laico das novas genealogias. Ao mesmo tempo em que certamente se introduzem valores eclesiásticos no interior das grandes casas aristocráticas, a cultura da corte se laiciza. A emergência desse “tempo dinástico” se trata de um primeiro processo de secularização do tempo, que precede a laicização observada nos finais da Idade Média. Os textos legitimadores históricos deixam de remontar aos tempos bíblicos, lhes bastando acessar os fundadores heroicos e míticos das dinastias. Os elos da corrente de sucessão hereditária que se tornam os marcos encarregados de dividir o tempo, selados por interlúdios cada vez mais curtos a medida que se aproximam do presente. A narração histórica passa a ser controlada pelo ritmo dinástico, que substitui o rígido *tempus* cronológico dos anais e calendários de séculos anteriores.⁸⁵

A emergência da literatura genealógica se relaciona com a expansão do sentido dinástico e a consolidação da organização agnática da família a partir do século X. A literatura genealógica das monarquias e dos grandes condados é cunhada num contexto

⁸² AURELL, Jaume. Op. Cit., p. 16 – 17.

⁸³ Idem, p. 17.

⁸⁴ Idem, p. 18.

⁸⁵ Idem, ibidem.

eclesiástico e monástico, mas com uma intencionalidade mais notadamente política e cortesã do que propriamente religiosa.⁸⁶

As *gestas* dos condes, apresentadas de modo genealógico, respondem à necessidade das monarquias nascentes de estabelecer uma ligação, seja real ou imaginária, que lhes permitisse se conectar com as origens lendárias da dinastia e, concretamente, com seus fundadores. Ao contrário, as crônicas cavaleirescas que se desenvolvem na Europa a partir do século XIII respondem a motivações diferentes: uma vez assegurada a continuidade dinástica, cabia retratar a grandeza do monarca em todo seu esplendor, detalhando suas conquistas num estilo épico.⁸⁷

Esse contraste entre genealogias e crônicas não se verifica apenas no conteúdo, mas também na própria forma: no tipo de narração, no estilo e gênero literário, na língua utilizada e nas formas gramaticais escolhidas. As genealogias analisam secamente a *sucessão cronológica* dos príncipes e, apenas como consequência e de modo sucinto, citam suas façanhas e conquistas principais; por outro lado, as crônicas focam desde o primeiro momento na *narração* de seus feitos militares mais importantes. O ritmo da narração nas genealogias é cadenciado e previsível, sempre seguindo um molde analista referente aos anos de reinado de cada cabeça da dinastia, enquanto o ritmo das crônicas é dramático e repleto de saltos cronológicos, de reflexões dos cronistas sobre os eventos narrados e menções a detalhes do cotidiano. As primeiras, via de regra, utilizam o latim, enquanto as últimas preferem as línguas vulgares. As genealogias tem um estilo sóbrio e pouco empolgante; já as crônicas, encontram sua eficácia na força e expressividade.⁸⁸

No que diz respeito ao gênero literário, as genealogias são escritas na forma seriada, com frases curtas que elencavam muito diretamente os eventos, condicionada por sua opção notadamente dinástica, enquanto a prosa das crônicas alcançam tons dramáticos e épicos, por vezes utilizando textos anteriores em rima⁸⁹ como fonte para atingir esse efeito. No que tange às formas gramaticais, a maior complexidade das crônicas denota um maior domínio do redator das técnicas narrativas, o que lhes conferia um dinamismo muito mais pronunciado.⁹⁰

Todas estas características formais do *texto* estão intimamente ligadas a motivações e condicionamentos próprios de seu *contexto*. Assim como algumas genealogias normalmente são escritas em claustros e mosteiros, por encomenda direta dos príncipes, as crônicas são

⁸⁶ AURELL, Jaume. Op. Cit., p. 18.

⁸⁷ Idem, p. 19 – 20.

⁸⁸ Idem, p. 20.

⁸⁹ Em sua maioria, poesia épica proveniente da tradição oral.

⁹⁰ AURELL, Jaume. Op. Cit., p. 21.

geralmente escritas no espaço físico e intelectual das cortes. Durante os séculos XI e XII as monarquias lutam para se consolidar, no século seguinte a força dos feitos confirma seu prestígio e solidez, permitindo-lhes se lançarem em campanhas de expansão política, militar e comercial – narrar essas empreitadas é uma tarefa mais habilmente cumprida pela prosa brincalhona das crônicas do que pela austeridade das genealogias. Aurell faz a questão de reiterar que esta evolução, que afeta tanto *forma* quanto *conteúdo* de acordo com as circunstâncias do contexto, não é, obviamente, fenômeno exclusivo da Idade Média.

Dito isso, permanece o fato de que o texto histórico foi utilizado durante toda a Idade Média como um meio de aproximar o passado e o presente, para legitimar e embasar a realidade do presente.

A ausência de referenciais cronológicos fixos em relação ao passado facilitava essa aproximação. Muito criticou-se, a partir de parâmetros modernos de cientificidade, a falta de precisão cronológica inerente à historiografia medieval. Entretanto, é muito mais proveitoso entender essa característica como uma ferramenta política *consciente*, e não como um erro ou desvio metodológico. Boa parte das dinastias buscou reduzir ao máximo o intervalo que separa seus representantes atuais do fundador da linhagem, inclusive distorcendo ativamente fluxos temporais, usando a narração contínua, cadencial e seca, porém abstrata, das genealogias para atingir esse efeito. Essas mesmas estratégias podem ser observadas em processos de legitimação do poder por escrito em outras partes do mundo e outros momentos históricos.⁹¹

Aurell explica que a sociedade medieval era, em grande medida, tradicionalista. Esse contexto valorizava muito mais os legados do passado do que as novidades. Devido a esta característica, faz todo sentido que os governantes tenham procurado legitimar seu poder através da autoridade do passado.

As crônicas medievais se apropriam dessa potência mitificadora do passado. Uma das motivações principais da historiografia medieval é a de reduzir a distância entre um passado lendário e um presente que se percebe como infértil. Esse é o procedimento que permite os reis castelhanos se amarrarem aos visigodos, discurso legitimador de sua política expansionista sobre al-Andalus. Quanto mais afastado temporalmente o cronista está dos eventos que narra, mais capacidade ele tem de manipular os feitos, tanto por contar com um desconhecimento pressuposto de seus leitores sobre esse passado remoto que ele relata, como por seu grande potencial mitificador.⁹²

⁹¹ AURELL, Jaume. Op. Cit., p. 23 – 24.

⁹² Idem, p. 28 – 29.

Isto explica a eficácia das genealogias, instrumento da consolidação monárquica baseado na transmissão dinástica hereditária. A invenção de uma tradição exige a demonstração de uma continuidade social e política. Assim, as grandes genealogias são escritas no sentido de dissolver quaisquer dúvidas levantadas sobre a veracidade e procedência das linhagens monárquicas.⁹³

Em meados do século XIII as genealogias declinavam. Foram eficazes por bastante tempo em legitimar a emergência das monarquias, mas se mostravam insuficientes para justificar seu ímpeto expansionista. As primeiras grandes crônicas surgem com este intuito, tanto entre os Plantagenetas, na Inglaterra; entre os Capetos, na França (*Grandes Chroniques*); e na península ibérica, entre aragoneses (*Quatre grans Cròniques de Catalunya*) e castelhanos (*Estoria de España*). A vernacularização e prosificação das narrações históricas é parte central da estratégia empregada por essas dinastias, de divulgar os feitos do passado como justificativa para os projetos do presente. O poder político exercido por este novo gênero literário era tão pronunciado que os próprios reis começaram a assinar suas crônicas pessoalmente, como Jaime I de Aragão e Alfonso X de Castela, ainda que seja quase impossível afirmar se eles de fato participaram ativamente da escrita desses textos ou se apenas ditaram como deveria ser a tônica da narrativa.⁹⁴

Portanto, o texto de natureza histórica, a partir do século XII, passa a constituir um instrumento de consolidação da cultura aristocrática e monárquica. A emergência da prosa – com sua natural sensação de realismo – em substituição do verso e das línguas vernáculas – de mais ampla compreensão – em oposição ao latim, assim como da história em detrimento da ficção incrementam a credibilidade do discurso aristocrático e monárquico.⁹⁵ Sobre esta questão, Gabrielle Spiegel sintetiza:

Se apropriando da autoridade inerente aos textos latinos e adaptando a prosa para a historicização da linguagem literária, a historiografia vernacular emerge como uma literatura do *fato*, integrando num nível literário a experiência histórica e a linguagem expressiva adequada à aristocracia. (SPIEGEL, 1997, p. 193. Tradução livre, grifo nosso).⁹⁶

Para além da celebração das dinastias dominantes e da justificação de seus projetos políticos e militares do presente, esses gêneros literários de natureza histórica alimentam a

⁹³ Idem, p. 29.

⁹⁴ AURELL, Jaume. Op. Cit., p. 30 – 31.

⁹⁵ Idem, p. 31.

⁹⁶ By appropriating the inherent authority of Latin texts and by adapting prose for the historicization of literary language, vernacular historiography emerges as a literature of fact, integrating on a literary level the historical experience and the expressive language proper to the aristocracy.

construção da identidade de cada sociedade medieval particular e, dessa forma, influenciam diretamente nas relações sociais e políticas que se estabelecem nessas comunidades.⁹⁷

As lendas épicas fundadoras que introduzem a narração genealógica invocam as origens através de vínculos com francos, romanos, carolíngios ou visigodos, e com as histórias dos heróis fundadores. A narração das aventuras do herói fundador tem o objetivo de consolidar sua posição como origem da linhagem e seu prestígio como governante de determinado senhorio, assegurando a continuidade dinástica. As histórias dessas grandes figuras originárias costumam seguir sempre o mesmo fio condutor, que envolve uma constante luta do patriarca para afastar uma série de ameaças externas. Nessas figuras o espírito cavalheiresco é o traço mais importante, independente de o herói ter ou não uma ascendência principesca, podendo alcançar tal status pelo matrimônio.⁹⁸

Esses relatos pouco se preocupam com evidências factuais dos eventos, focando na *representação* do ideal proposto. As sociedades europeias estavam convencidas que a manutenção e a permanência de determinado costume ou comportamento era a prova indelével de sua validade, configurando um atestado de resistência eficaz aos desafios impostos pelo tempo, importante à sobrevivência da sociedade. Outro fator legitimador que brota da permanência e da repetição é a noção comum de que seria impossível que tantas pessoas estivessem erradas a respeito de algo ao longo de tanto tempo, então, se repetiam algo, deveria significar que estavam certos. As histórias de muitos desses fundadores mostram sua convicção nas tradições, perseverando em sua manutenção como modo de superar as adversidades.⁹⁹

Aurell é categórico em afirmar que a preservação do poder mítico das origens é um objetivo de todas as sociedades. Eliade afirma que os mitos e lendas refletem a nostalgia às origens das sociedades, se remetendo a um eterno retorno à era da criação. Este seria o motivo do surgimento natural desses anacronismos presentes nas aventuras do herói fundador em seu passado remoto, que curiosamente aparece repleto das problemáticas específicas do presente em que se escreve o relato – ainda que relativamente camufladas pela utilização de uma linguagem épica ahistórica e uma estrutura narrativa muito pouco refinada – e não daquelas que haveriam no período relatado.¹⁰⁰

A este respeito, Aurell acredita ser inverossímil imaginar que os sujeitos do século XII tenham deixado passar despercebido a contradição de que seus heróis fundadores, de muitos

⁹⁷ AURELL, Jaume. Op. Cit., p. 32.

⁹⁸ Idem, p. 34.

⁹⁹ Idem, p. 35.

¹⁰⁰ Idem, p. 35 – 36.

séculos no passado, possuísem tantos valores tipicamente feudais, quando estes ainda não haviam sido consolidados. As qualidades esperadas do fundador sempre dizem respeito a sua natureza cavaleiresca, traços muito mais contemporâneos ao tempo em que a narração é escrita que ao momento a que ela se refere. Para o autor, essa distorção certamente influenciou o descaso demonstrado por leitores e escritores dessas narrações quanto à precisão cronológica, tornando-se mais importante o potencial mítico e lendário dessas obras. Desta maneira, a relação entre o fato e sua narração épica foi mais aceita pela sociedade do período como uma continuação de uma tradição oral e poética, a qual as genealogias se encarregaram de immortalizar, do que como relato preciso de determinado evento histórico. Em consequência, o mito do herói fundador é reforçado pela distância cronológica aos feitos narrados, uma vez que quanto mais distantes os eventos narrados, mais suscetíveis eles estão a serem manipulados e tipificados na memória coletiva. A natureza seletiva da memória permite que o passado remoto obtenha um peso ideológico maior que o passado recente.¹⁰¹ Assim, o autor conclui:

Es más sencillo comprender así que la eficacia de la historiografía medieval reside en el poder mítico de la leyenda, más que en la menor o mayor distancia entre el pasado y el presente. Por esta razón, algunos antropólogos han postulado que la distinción entre los modos de operación mítica y los modos de operación histórica radica en la capacidad del presente para homogeneizarse con el pasado, más que en el grado de 'realismo' de las historias. Cuanto más ejemplarizante y mimético sea el pasado para el presente (homogeneidad), más histórico deviene, independientemente del grado de leyenda que contenga; por el contrario, cuanto más imposible de replicar ser el pasado en el presente (heterogeneidad), más 'irreal' aparece. En consecuencia, más allá de su dimensión legendaria, el Guifré de las genealogías catalanas, el Pelayo de las narraciones astur-leonesas o el Liderico de las genealogías flamencas, han sido considerados figuras propiamente históricas para los españoles, los flamencos y los catalanes de todos los tiempos, independientemente del grado de historicidad que sus narraciones originarias contienen. Cuando los mitos son transformados en representaciones intermediarias, que pueden tomar o no forma de narrativa histórica, funcionan siempre como modelos para la sociedad. Es precisamente en este contexto epistemológico en el que las genealogías transforman los mitos en historia. (AURELL, 2016, p. 37)

2.3 A oficina historiográfica alfonsina

Depois de discutir os aspectos formais da historiografia medieval como um todo, convém atentar às particularidades dessa tradição escrita dentro de nosso recorte espacial. As obras mais importantes¹⁰² de natureza histórica a serem escritas em Castela foram, sem

¹⁰¹ AURELL, Jaume. Op. Cit., p. 36 – 37.

¹⁰² Certamente houve outras obras de natureza histórica importantes em períodos anteriores. Além das famosas crônicas neogoticistas do século IX, a Crônica Prófetica, a Crônica de Alfonso III e a Crônica Albeldense, podemos citar, para o início do século XIII, o *Chronicon Mundi*, escrito por Lucas de Tuy e encomendado por Berenguela de Castela, rainha regente e mãe de Fernando III, concluído em 1236; a *Chronica Regum Castellae*, escrita por Jean de Soria, bispo de Osma, com fiador e propósito desconhecidos; e o *De Rebus Hispaniae*, escrito

dúvida, a *General estoria* e a *Estoria de España*, ambas escritas no reinado de Alfonso X, elaboradas de forma fragmentada, apresentando versões variadas e atualizações em seus textos, de acordo com o período e a realidade social e política que o reinado do Rei Sábio enfrentava¹⁰³. Essas duas obras e suas variações engendraram uma tradição com certos traços característicos, a “oficina historiográfica alfonsina”, que Georges Martin (2000) procurou elucidar.

Concordando com Diego Catalán, Georges Martin acredita que a historiografia alfonsina era peça constitutiva de um projeto político e cultural unificado.

Associar a história a outros saberes – para o caso alfonsino, esta andava de mãos dadas com o Direito, a Filosofia e a Astrologia, por exemplo – certamente não era uma operação intelectual especialmente inovadora, à altura do século XIII. Já havia uma tradição contínua de articular diversos conhecimentos na península, desde a obra de Isidoro de Sevilha. Contudo, o papel tomado especificamente pela história alcançou nas oficinas alfonsinas uma importância raramente vista.¹⁰⁴

As maiores obras políticas alfonsinas como o *Setenario*, ainda que não aludem diretamente à história, estão embasados fortemente nela. Esta obra retrata como seria um governante perfeito, sob a luz da razão e do saber natural, concedendo às artes liberais a posição de conhecimentos mais importantes de todos. Entretanto, nas discussões epistemológicas da *General estoria*, a história os segue imediatamente na hierarquia dos saberes. O *Setenario* coroa a Metafísica como o mais nobre e sutil dos saberes. Aproveitando esta exaltação, a *General estoria*, ao fundamentar a utilidade do saber histórico, cita convenientemente a primeira frase da Metafísica de Aristóteles: “*Natural cosa es de cobdiciar los omnes saber (los fechos que acahescen en todos los tiempos [...])*”. (GE, vol. I, p. 3a, Apud MARTIN, 2000, p. 05).

À fundamentação teológica e científica, indispensáveis no *Setenario* ao conhecimentos necessários à governança, a *General estoria* adiciona o saber histórico, criando o tripé de sustentação do pensamento político alfonsino e de toda sua episteme do século XIII.¹⁰⁵

por Dom Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo, a pedido de Fernando III. Essas três últimas foram as principais fontes para a edificação das obras historiográficas alfonsinas. ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 4.

¹⁰³ FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, I. Op. Cit., p. 31 – 61.

¹⁰⁴ MARTIN, Georges. El modelo historiográfico alfonsí y sus antecedentes. In: MARTIN, Georges (dir.). **La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)**. Nova edição [online]. Madrid: Casa de Velázquez, 2000 (ebook gerado automaticamente em 12 de julho de 2019). Disponível online: <<http://books.openedition.org/cvz/2166>>. ISBN: 9788490961063. p. 05.

¹⁰⁵ Idem, p. 06.

Essa nova importância a qual foi alçada a história dentro da epistemologia política fica assegurada, assim como os demais saberes caros ao rei, através de uma nova perspectiva de comunicação. A historiografia alfonsina pretendia educar politicamente os reinos.

Os objetivos didáticos e exemplares da historiografia alfonsina são tão antigos quanto a máxima de Cícero “*historia magistra vitae*”. Todavia, o trabalho científico e mais concretamente historiográfico das obras alfonsinas foi percebido por seus contemporâneos como um salto qualitativo no que tange ao seu empenho educativo. Don Juan Manuel, sobrinho de Alfonso X, em seu *Libro de la caza*, admira-se do projeto de seu tio de traduzir para o castelhano várias obras das ciências naturais, assim como da inteligibilidade garantida nas suas crônicas (*todo omne que la lea puede entender [...] las crónicas que él compuso e mandó componer*).¹⁰⁶

Além disso, com a única provável exceção da Crônica de Alfonso III – da virada do século IX pro X, com propósito e alcance muito diferentes – O Rei Sábio instalou pela primeira vez a historiografia como instrumento de uma relação de comunicação completamente nova entre a monarquia e seus súditos, relacionada perfeitamente com a estrutura sociopolítica idealizada na *Segunda Partida*.¹⁰⁷

Alfonso X implementou uma mudança radical na orientação comunicativa do discurso historiográfico que se impunha desde meados do século XII, substituindo um sistema em que os historiadores proporcionavam ao rei o conhecimento de seus direitos dinásticos e territoriais, lhes ensinando o bem governar, por outro modelo no qual o próprio rei se propunha a ensinar “*a los otros reyes que después viniessen*”, assim como aos “*omnes buenos*” do reino.¹⁰⁸

Essa mudança na orientação comunicativa do saber histórico deu lugar, segundo Martín, a duas transformações de grande relevância: a tomada da palavra diretamente pelo rei, que passa a se apresentar como enunciador do discurso histórico, algo que lança novamente ao anonimato os escritores materiais do texto¹⁰⁹; assim como o emprego, pela primeira vez em Castela, de uma idioma vernáculo na escrita das crônicas, composta em “*buen lengua castellana*”. Fatos que também levam ao desenvolvimento de um prosa ampla e redundante,

¹⁰⁶ BLECUA, José Manuel (ed.), **Don Juan Manuel**, Obras completas, 2 vols., Madrid, Gredos, 1981-1983, t. II, p. 576. Apud MARTIN, Op. Cit., p. 07.

¹⁰⁷ MARTIN, Op. Cit., p. 07.

¹⁰⁸ Idem, ibidem.

¹⁰⁹ Como aponta AURELL, Op. Cit., p. 76 – 100, os cronistas como um todo vinham despontando no século XIII como sujeitos com autoridade cada vez mais reconhecida, responsáveis por imprimir de fato suas opiniões nas obras que compunham e a manipular os feitos narrados de acordo com suas necessidades. A partir da tomada da palavra pelos reis, como Alfonso X de Castela e Leão, e Jaime I de Aragão, a autoridade destes cronistas passa a ser novamente pouco relevante.

articulada minuciosamente, insistentemente dêitica, sempre disposta a esclarecer seus termos e sua organização, trazida do modelo da *lectio* escolástica, prolixa em argumentações e explicações. E finalmente, na visão de Martín, é criada também uma concepção nova e mais amadurecida de livro, de sua utilidade e de sua apresentação, exigindo um extenso aparato para-textual e de explicações pormenorizadas sobre seu conteúdo e sua organização.¹¹⁰

Para Martín, nestes aspectos que dizem respeito a intencionalidade da atividade historiográfica alfonsina residem a primeira grande característica de seu modelo histórico: a participação do saber histórico dentro de uma ampla concepção científica do político por parte da Coroa, bem como no projeto de subordinar as elites do reino ao ideário da realeza.

No terreno historiográfico, o ensino alfonsino (cujo conteúdo político central pode ser resumido num conceito monárquico baseado num “senhorio natural” de pretensões imperiais) procurou se entranhar no território peninsular – centro das ambições centralistas do rei –, mas também tratou de se inserir mais demarcadamente na *totalidade* da história humana, entendida em parte como uma marcha em direção ao império. Essa dualidade regional/universal revela uma ambição não apenas hispânica de Alfonso X, mas ocidental. Desta forma, o Rei Sábio restabeleceu os fundamentos de composição e os ideais da historiografia medieval castelhana, baseada num sistema dinástico-territorial, mandando escrever a *Estoria de España* e a *General Estoria*, ambas com notáveis pretensões totalizadoras de narrar toda a história do mundo conhecido.¹¹¹

Lançando mão de um sem número de fontes antigas e medievais; latinas, gregas e árabes; “pagãs”, cristãs e muçulmanas; ibéricas e do estrangeiro, essas crônicas almejaram atingir uma amplitude singular, incorporando os contos dos heróis da Antiguidade Clássica, com os feitos bíblicos, a história dos períodos romanos e góticos, chegando aos gestos dos monarcas castelhanos numa narrativa contínua.¹¹²

Estas fontes são identificadas minuciosamente no texto – apontando seu gênero, língua, autor, título – e reproduzidas, geralmente, nos mínimos detalhes. Por vezes, são entrelaçadas numa trama complexa, noutras são confrontadas e hierarquizadas, tendo sua veracidade discutida, umas em relação às outras. Tudo parte de uma construção científica admirável, cujos próprios cronistas redatores afirmavam ser desejosa de produzir uma história *total, verdadeira, e definitiva*, numa concepção de verdade cumulativa.¹¹³

¹¹⁰ MARTÍN, Op. Cit., p. 07.

¹¹¹ Idem, p. 08.

¹¹² Idem, p. 08 – 09.

¹¹³ Idem, p. 09.

Um projeto monumental que seria impraticável a um historiador individual, e inviável caso não fosse encomendado por uma instituição menos poderosa e rica que uma monarquia consolidada. Representa também o olhar super-autorizado da coroa castelhana, responsável por filtrar e ordenar as outras autoridades presentes nas fontes, numa demonstração indefinidamente repetida de sua autoridade.¹¹⁴ Martín percebe neste esforço três aspectos de uma história que, desde o momento inicial, de reunir as fontes, focaliza o passado a partir de um ponto de vista político que afirma e exalta a autoridade do rei como todo poderosa.¹¹⁵

A historiografia alfonsina pode ser apreendida sob um critério de significação diretamente diacrônico, isto é, todo feito narrado é valorado de acordo com a posição que ocupa no transcorrer do tempo: em relação à Encarnação, às seis idades do mundo, à implantação do direito escrito, etc. Da mesma forma, o ensino político proporcionado por estas obras aproxima constantemente o conteúdo passado narrado e o presente do cronista e do público, recorrendo, por exemplo, às obras edificadas por Alfonso X no presente sempre que elas se relacionam de alguma forma com algum evento do passado.¹¹⁶

Esse procedimento, no entanto, pode ser executado de forma mais hábil e dissimulada do que por meio de alusões diretas, se escondendo em equiparações implícitas de sistemas de valores diferentes. Um bom exemplo é o caso de Júpiter, descrito na crônica como um rei sábio, versado na astrologia e no direito, responsável por estabelecer um conjunto unificado de leis para seu reino, de modo a melhor reger e legislar sobre seus súditos. Características essas semelhantes às pelas quais Alfonso X era reconhecido entre seus contemporâneos. Ainda quanto a este caso, os narradores acabam por ligá-lo de forma tênue ao monarca

¹¹⁴ Pode ser profícuo pensar nesse procedimento nos termos sociológicos discutidos por Bourdieu. O campo de produção simbólica da cultura é permeável às disputas dos diferentes agentes no campo social, ou seja, os conflitos sociais entre grupos ou classes penetram os espaços de produção cultural e influenciam diretamente nos conteúdos produzidos nessas instâncias. Levando em consideração as pretensões centralistas e imperiais de Alfonso X, percebe-se a transposição dos embates que o Rei Sábio assumiu contra a nobreza na produção das suas crônicas e, assim como ele coloca a monarquia como único sujeito digno de dizer o Direito em Castela, se apresenta como autor das crônicas e conhecedor da história. Esse ato visa instituir a monarquia, também, como única detentora do poder de exercer a violência simbólica aos sujeitos históricos, uma vez que é a partir do crivo dela que se decidem as matérias históricas e as fontes dignas de serem contadas. Bourdieu chama a atenção para o fato de que esse tipo de disputa no campo da produção cultural não é menos importante que as exercidas nas guerras e nas cortes, já que a leitura e a apreensão do discurso apresentado nas crônicas, que o próprio Alfonso X afirma ser destinado ao ensino do conjunto dos *omnes buenos* do reino, pode levá-los a interiorizar o que se está sendo dito e, no decorrer de anos de repetição, *naturalizar* a realidade que se projeta nessas obras. É trabalhando para impor esse consenso, da primazia jurídica e intelectual da monarquia castelhana que seu *poder simbólico* – ou *distinção* – pode ser elevado, dado que a natureza deste poder consiste especificamente em sua capacidade de *não ser percebido* como um poder. Obviamente cabe ressaltar que este processo não é mecânico, instantâneo, ou facilmente aceito pelas outras partes interessadas, como as rebeliões que estouraram em Castela e Leão podem testemunhar. Trata-se, portanto, de um outro palco para os conflitos já existentes no campo social como um todo. Discussão densa e completa disponível em: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Difel: Lisboa, 1989.

¹¹⁵ MARTÍN, Op. Cit., p. 09.

¹¹⁶ Idem, p. 09 – 10.

castelhano através de uma suposta linhagem difusa onde todos os imperadores e grandes reis seriam descendentes desse antigo governante.¹¹⁷

Essa vinculação didática entre o material histórico narrado e as concepções e práticas políticas típicas de Alfonso X vai além de exemplos pontuais de governantes. Em suas tergiversações, os cronistas vão, casual e tacitamente, tornando *naturais* e corriqueiras as pretensões jurídicas e imperiais do monarca, nos mais diversos momentos históricos. Na narração, parece que o próprio Deus e todos os governantes temporais sempre almejavam ser juízes e senhores absolutos de seus reinos. Em outros momentos, as equiparações às atitudes do Rei Sábio são diretas e dogmáticas na forma de afirmações intransigentes sobre a hegemonia do rei, preconizando seu poder sobre a cavalaria, reiterando seu direito de sentenciar criminosos à morte, sustentando sua superioridade intelectual sobre o conjunto dos homens, mas também exaltando as vantagens da unidade do reino e do direito da primogenitura na sucessão ao trono. Todas estas ideias eram partes fundamentais do projeto societário de Alfonso X.¹¹⁸

Estas tergiversações dos cronistas, no caso da *General Estoria*, também se enveredam pelos outros domínios do saber que interessavam o Rei Sábio – geografia, astrologia, a natureza e ordenação dos saberes, teologia, etc. –, trazendo à obra ares de “enciclopédia”. Para Martín, a historiografia hodierna que estuda o tema erra em enxergar um “enciclopedismo” nessas obras históricas. Para ele, mais do que o interesse diletante por vários tópicos, o que se observa é uma valoração e exaltação obstinada do saber em geral, em qualquer de suas formas.¹¹⁹

Seguindo este raciocínio, a nova dignidade à qual foi alçada a história entre os saberes corresponderia a uma compreensão da história como um depósito e libelo de exaltação do saber, perfeitamente condizente com o papel que o projeto político alfonsino acreditava possuir, percebendo-se como agente da luta da legislação formal (sábia) contra os usos consuetudinários (ignorantes). Martín sustenta que este enfoque é um artifício mais eficaz em compreender o diletantismo intelectual de Alfonso X, em entender as rupturas epistemológicas empreendidas em seu período, e capaz de comprovar que a historiografia alfonsina foi concebida, antes de mais nada, para evidenciar, no decurso da aventura humana,

¹¹⁷ MARTÍN, Op. Cit., p. 10.

¹¹⁸ Idem, p. 10 – 11.

¹¹⁹ Idem, p. 11 – 12.

a verdade e a validade das concepções políticas do Rei Sábio.¹²⁰ Em suma, Martín explica que:

[...] la exhaustividad en la constitución de la materia histórica, pero también en la reunión y en la explotación de las fuentes, el esmero con que éstas son presentadas y la autoridad con que se comentan, el vaivén entre hechos pasados y acontecimientos presentes, la valoración modélica del protagonismo histórico, la glosa dogmática, el enciclopedismo científico, todos estos rasgos característicos del modelo historiográfico alfonsí obedecen a este rasgo superior cuya más directa lectura puede hacerse en la superficie léxico-nocional de los textos: que los provoca principalmente el deseo de promover el ideario monárquico de Alfonso X (MARTIN, 2000, p. 12).

Essa vontade de promover o ideário monárquico vai influenciar diretamente na forma de organização do material histórico narrado.

Assim sendo, a historiografia alfonsina é, antes de tudo, a história do senhorio: de reis, príncipes e homens poderosos. Signatária da teoria geral da *translatio imperii*, a historiografia alfonsina opera também, na *General Estoria*, um intrincado jogo genealógico que liga o Rei Sábio a tempos imemoriais e a grandes figuras de um passado mítico da Antiguidade Clássica ou das Escrituras, partindo de Nimrod, passando por Saturno e Júpiter, pelos senhores de Tróia, pelos patrícios de Roma, enfim, por todos os reis e imperadores que antecederam Alfonso X. Contudo, é na *Estoria de España* que o enfoque político dos eventos narrados se estabelece com maior firmeza.¹²¹

Uma das mais importantes novidades presentes na *Estoria de España* é o aspecto “territorial” do material histórico narrado – certamente este enfoque regional já podia ser observado em outras obras, como o *De Rebus Hispaniae*¹²². Por outro lado, quando se dedica à história de Roma, a *Estoria* extrapola em muito os limites de uma história local, algo que pode ser encarado como mais um sintoma do profundo sentimento de pertencimento que a Espanha medieval nutria para com o Império Romano, bem como das pretensões imperiais de Alfonso X. Mas, ainda assim, a territorialidade continua sendo um critério central para selecionar os conteúdos a serem narrados: a Bíblia, os mitos gregos, e a história dos *gentiles*, só são evocadas para tratar das fundações hispânicas; a história romana só passa a ser contada quando da chegada de Cipião na Hispânia e, depois dos godos, das Astúrias e de Castela e Leão, o panorama histórico só se debruça sobre outros senhorios ibéricos: navarro, aragonês e

¹²⁰ MARTIN, Op. Cit., p. 12.

¹²¹ Idem, p. 12 – 13.

¹²² Crônica em latim escrita entre 1243 e 1246 por Dom Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo, a pedido de Fernando III.

árabe; quando aborda os feitos que não são dos reis, os mais bem desenvolvidos são de espanhóis ilustres, como El Cid.¹²³

Novamente em acordo com Diego Catalán, Martín considera que a natureza dos homens (no sentido de ser natural de determinado lugar) é o princípio de afinidade sobre o qual Alfonso mais preza e o utiliza como mais um elemento aglutinador em favor da restauração de uma monarquia hispânica unificada. Assim, a primazia do “senhorio natural” sobre qualquer outro tipo de poder, desde muito cedo, foi um dos fundamentos da ideologia política alfonsina.¹²⁴ Essas ambições à hegemonia na península, como já vimos nos itens referentes ao contexto histórico que nos debruçamos, acabará por colocar os reis de Portugal e Aragão contra Alfonso.

Além do argumento natural, o velho mito do fio de continuidade entre o reino visigótico e Castela e Leão continua sendo um elemento discursivo basilar na construção de uma hegemonia castelhana na península. O *neogoticismo*¹²⁵ adiciona o critério étnico à matéria histórica presente na *Estoria de España*. Dentro desta estratégia, a história árabe presente na crônica está sempre associada e subordinada, desde as origens, à história dos godos, fundamentando o mito da *restitutio* como pilar de sustentação nos embates entre esses dois grupos étnicos.¹²⁶

Isso tudo pressupõe um ordenamento dinástico ao conteúdo. Olhando pelo prisma da naturalidade, a continuidade étnica por si só apresenta pouco valor político e histórico. Na convergência destes dois aspectos, para amarrar o fundamento natural e o étnico, torna-se essencial a essa construção discursiva que a dinastia não apenas nasça entre os godos – que é um povo estrangeiro – e se mantenha até o presente, mas precisa também que se misture com o sangue propriamente hispânico – autóctone, natural – para alcançar seu máximo potencial legitimador. Essa mistura é representada pela coroação de Alfonso VII, de sangue navarro, creditado pela historiografia alfonsina como “*primero emperador de Espanna*”.¹²⁷

Finalmente, o último enfoque de ordenamento dos conteúdos a ser citado é o *religioso*. A história islâmica, na *Estoria de España*, precede a história dos reinos cristãos, dando a impressão de aquele ser o passado e este o presente, fomentando a ideia de uma substituição.

¹²³ MARTIN, Op. Cit., p. 13.

¹²⁴ Idem, ibidem.

¹²⁵ Recurso discursivo empregado desde as crônicas de Alfonso III das Astúrias que buscava traçar uma linha de continuidade entre o reino visigótico de Toledo, que existira na península até a sua derrocada pelos muçulmanos no século VIII, e as monarquias cristãs do norte da península, afirmando que os primeiros reis das Astúrias eram descendentes diretos de visigodos. Leão e Castela utilizaram fartamente esse discurso como importante pilar de legitimação simbólica de suas coroas.

¹²⁶ MARTIN, Op. Cit., p. 13 – 14.

¹²⁷ Idem, p. 14.

Também, a crônica não deixa qualquer espaço para um senhorio legítimo que não seja, necessariamente, cristão.¹²⁸

Nenhum desses critérios de organização é novo. Todos já haviam sido estabelecidos, a seu tempo, em diferentes obras. A historiografia alfonsina é responsável por recolher e sobrepor perspectivas e conexões que alinhavam sua obra à teoria e organização política vigente no reino: de base religiosa, étnica, dinástica, e territorial. A novidade está apenas no maior escrúpulo com o qual os cronistas alfonsinos aplicaram o critério territorial de seleção do conteúdo histórico narrado, na homogeneidade com a qual carregaram o relato de sucessivos ou simultâneos senhorios espanhóis, e a relevância que deram à genealogia política e dinástica no imperialismo castelhano-leonês.¹²⁹

Outro elemento que contribuiu para estruturar a exposição dos fatos na historiografia alfonsina foi a exaltação do senhorio. Remontando aos métodos dos historiadores cristãos no Império Romano e da época visigótica, os cronistas alfonsinos recuperaram a técnica expositiva mais adequada ao seu propósito exaustivo e a seu ideário monárquico e imperial, adotando uma forma de organização cronológica analítica e senhorial, isto é, segmentada pelos anos referentes ao reinado de cada governante.¹³⁰

As histórias alfonsinas são organizadas pela sucessão de senhorios. Na *General Estoria*, ao cabo do cativo dos judeus na Babilônia, a narrativa deixa de seguir a cronologia bíblica e acompanha os quatro “*mayores señoríos del mundo*” – persa, macedônico, egípcio e romano. Já a *Estoria de España* recorre ao sequenciamento dos povos que dominaram a península: “*sennorío que los romanos ouieron en Espanna*”. Quando a complexidade política do período narrado não mais comporta o termo senhorio de tal ou qual povo, o critério ainda se mantém, aludindo à “*estoria de los vuándalos*”, “*estoria de los godos*”, etc.¹³¹

O sistema analítico rege quase toda a *Estoria de España*, começando, não despropositadamente, na fundação do Império Romano por Júlio César. A *General Estoria*, também é estruturada deste modo, ainda que torne-se muito difícil datar precisamente todos os fatos narrados. Quanto a este problema, os próprios cronistas se queixam, em suas elucubrações sobre a matéria que discutem, da preguiça e desorganização dos antigos ao narrar os eventos, se desculpando com o leitor por sua incapacidade de ser mais precisos em razão do pouco caso que suas fontes oferecem.¹³²

¹²⁸ MARTIN, Op. Cit., p. 14.

¹²⁹ Idem, Ibidem.

¹³⁰ Idem, p. 14 – 15.

¹³¹ Idem, p. 15.

¹³² Idem, p. 15 – 16.

Como já dito, o ordenamento do relato em sucessivos senhorios, datando os eventos em relação aos anos de senhorio, nada tem de novo, remontando aos Livros de Reis e Crônicas, da Bíblia. Contudo, Martín acredita que o sistema alfonsino apresenta três inovações importantes: a) a clareza com que são concebidas e declaradas as razões técnicas e ideológicas do método empregado, determinando a segmentação analítica do relato de acordo com a valoração que se fazia do senhorio abordado; b) a forma consecutiva com a qual dataram os anos do império, seguidos imediatamente com os do reinado gótico e neogótico, mantendo a mesma contagem de anos do calendário romano, talvez como indicativo do caminhar do império rumo à Espanha, ou pelo menos exaltando o senhorio castelhano em relação ao império; e finalmente c) a maneira sistemática pela qual a matéria histórica é submetida ao modelo analítico, por vezes obedecendo a formatação mesmo quando nada há para ser dito sobre o ano em questão, “*Del tercio anno [...] non fallamos ninguna cosa que de contar sea que a la estoria pertenezca*”.¹³³

Inés Fernández-Ordóñez sintetiza muito bem este movimento:

[L]a utilización del señorío como principio de organización cronológica permitió concebir la historia como una sucesión de reinados o poderíos terrenales. Son los reyes, sus reinados y sus años de señorío los que sirven para situar los sucesos en el tiempo. Los señores y su estirpe son, así, los protagonistas fundamentales de la *Estoria*. (FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, I., 1992, p. 33. Apud MARTÍN, 2000, p. 17.)

Contudo, para o caso da *Estoria de España*, esse enfoque também constituiu o início da afirmação de um senhorio estritamente espanhol, algo sem precedentes entre os modelos que serviram de inspiração aos escritores alfonsinos.

O foco senhorial da história também é perceptível no sistema de datação utilizado, que sempre apresenta significado relacional com outros sistemas possíveis. Na *General Estoria* os cálculos das datas procedem de tradições muito diversas, mas adota em parte essa perspectiva senhorial, sincronizando datações de diferentes governos ou reinados – “x” anos do reinado de Israel, “y” anos da Assíria, “z” anos de Sidônia, assim por diante.¹³⁴

Mas é na *Estoria de España* que o sistema se estabelece com maior coerência. Nela, as datações dos feitos aludem em primeiro lugar ao ano de reinado do senhor da Espanha em questão, a era hispânica (territorial); depois ao ano da Encarnação (religiosa cristocêntrica); e ao ano do império romano (sugerindo continuidade). A estes cálculos são adicionados, nas partes da crônica que iniciam o reinado dos sucessivos monarcas, os anos de entronização do papa, do reinado do rei da França (àquela altura parente e aliado de Alfonso X), do emirado

¹³³ MARTÍN, Op. Cit., p. 16.

¹³⁴ Idem, p. 17.

muçulmano ao sul (grande *Outro* histórico, reduzido a vassalo), e da Hégira (referente a outra religião importante na região, mas submetida). Todas essas datações eram provenientes das diversas fontes que os cronistas alfonsinos mobilizavam em seu ofício. Esse conjunto de datações concorrentes é usado *estrategicamente* para enquadrar os reis de Castela como protagonistas de uma hegemonia imperial, tanto hispânica como ocidental.¹³⁵

Este é o primeiro sistema de organização narrativa e cronológica. Porém existe outro, que segue o caminho contrário, chamado de “*estoria uñada*” (unificada), que narra um relato (em parte ou inteiro) abrindo mão da segmentação sistemática e da sincronização com as demais formas de datação. Na *General Estoria*, por vezes esse procedimento é realizado por ser impossível computar as datas a partir das fontes disponíveis, mas acontece – inclusive na *Estoria de España* – de ele ser empreendido por escolha discursiva consciente. Martín destaca quatro critérios principais para que esta operação seja realizada.

O primeiro, e mais objetivo, tem a ver com inteligibilidade. Cientes da necessidade de estabelecer um nexos causal entre determinado acontecimento e suas consequências futuras, os historiadores alfonsinos por vezes optaram por construir compridas sequências narrativas orgânicas que inseriam em determinado ano com vistas a favorecer a apreensão lógica do conjunto de eventos em questão.¹³⁶

Entretanto haviam também critérios políticos para isto. Um deles tem a ver com a genealogia e o interesse do cronista em remontar às raízes de determinado ramo da ascendência do rei, resumindo toda a história do ramo genealógico desde a origem. É como operam os cronistas ao tratar do senhorio dos godos, dos quais os castelhanos se julgavam descendentes. Os autores da crônica, em certo ano do governo do rei suevo Requiário, simplesmente introduzem um parêntese temporal de 31 capítulos contendo toda a história conhecida dos godos.¹³⁷

O terceiro critério diz respeito a hierarquização dos eventos, ou seja, tendo a ver com o que os cronistas julgaram mais ou menos importante no decurso da história. Um exemplo deste procedimento de organização da exposição que revela a primazia concedida pelos cronistas à coroa castelhano-leonesa é o fato de eles narrarem a história dos reinos navarro e aragonês inteira como uma “nota de rodapé”, uma história marginal, a subordinando totalmente a linhagem histórica neogótica de Castela e Leão.

¹³⁵ MARTIN, Op. Cit., p. 17.

¹³⁶ Idem, p. 18.

¹³⁷ Idem, ibidem.

O quarto e último critério tem a ver com a exemplaridade, quando um governante especialmente exemplar, em geral um antepassado dos reis castelhanos ou o fundador de determinada realidade hispânica, tem sua história “*uñada*” (contada inteira) com o objetivo de participar de uma construção mitológica da história. Assim acontece quando tratam da história de Hércules, tido pelos historiadores alfonsinos como fundador das principais cidades espanholas. O mesmo poderia ser feito da história de uma cidade ou povo, como os troianos, tidos por esses cronistas como antepassados de todos os reis e imperadores do Ocidente.¹³⁸

Cabe ressaltar que a técnica de alternância entre a história sequenciada em anos e a “*estoria uñada*” era perfeitamente consciente entre os historiadores alfonsinos, como os próprios parecem afirmar na *General estoria*.¹³⁹

Martin conclui, portanto, seu apanhado geral da historiografia alfonsina desta forma:

Hemos llegado al final de este muy superficial [...] recorrido por la historiografía alfonsí. He intentado mostrar cómo sus autores, aunque tomando mucho de sus inmediatos antecesores, se remontaron mucho más allá, hasta los fundadores de la historia cristiana, para encontrar sus modelos formales. Pero, hecho esto, *crearon un sistema novedoso capaz, a su vez, de ofrecerse como modelo*. Esta novedad – dentro de una realidad que cubre por lo menos toda la Edad Media española y sobre la que vengo insistiendo desde hace ya largo tiempo: que *la historia fue en aquellos tiempos una forma dominante del discurso político* – fue debida, precisamente, a lo novedoso del proyecto político alfonsí, tanto en su faceta regia, en que los preceptos cristianos y romanistas se combinaron y reorganizaron a la luz del nuevo aristotelismo, como en la expansión de ésta que fue la aspiración al imperio. Esto determinó, más extensivamente, y sobre todo más sistemáticamente que nunca, tanto una concepción epistemológica de la historia, con sus consecuentes metas y recursos comunicativos, como un modo de concebir, valorar y enfocar lo historiable, como también, al fin, la disposición semántica y expositiva de lo historiado. *El sistema creado sirvió de referencia o de punto de partida a gran parte de los historiadores posteriores*.

Esse sistema, contudo, sofreu uma série de variações¹⁴⁰. A própria *Estoria de España* teve pelo menos outras três versões, sobre as quais Inés Fernandez-Ordoñez se debruça: a emendada, também chamada concisa, posterior a 1274 e que apresenta poucas mudanças significativas; a crítica, que representou uma radicalização dos preceitos políticos defendidos por Alfonso X, cunhada provavelmente no contexto da guerra civil que o Rei Sábio travava contra a nobreza castelhana e seu filho, Sancho; e a versão retoricamente amplificada, que representava uma subversão do modelo alfonsino, onde o caráter primeiro do ideário monárquico é severamente suprimido e onde o viés neogoticista parece desaparecer,

¹³⁸ MARTIN, Op. Cit., p. 18 – 19.

¹³⁹ Idem, p. 19.

¹⁴⁰ Esse fato não se restringe às obras alfonsinas de natureza histórica. Os tratados jurídicos como as *Siete Partidas* e o *Setenario* também foram reescritos e atualizados de acordo com o amadurecimento do pensamento político alfonsino, assim como com as vicissitudes pelas quais o reino passava.

composta, provavelmente, já no reinado de Sancho IV, sendo também chamada por pesquisadores modernos de Versão Sanciana.¹⁴¹

As concessões oferecidas pela versão retoricamente amplificada da *Estoria de España* já configuram sintomas da tendência negociadora que a monarquia castelhana adotou a partir do reinado de Sancho IV, com vistas a apaziguar a nobreza revoltosa, ainda insatisfeita com as políticas centralistas de seu pai, e cobiçosas de maiores privilégios e rendas.

O terreno das crônicas, que nas oficinas alfonsinas eram o palco dos grandes feitos da monarquia, se abre para a nobreza. Em especial, para uma pequena nobreza, de nascimento relativamente baixo, proveniente das cidades e das irmandades concelhias. Em suma, aos grupos aos quais a regente Maria de Molina se aliou, e com os quais negociou a segurança do herdeiro, Fernando IV, e a unidade da Coroa.

O corolário desta aliança seria a *Crónica de Castilla*.

2.4 A *Crónica de Castilla*: ruptura com o modelo alfonsino

A *Crónica de Castilla* é uma crônica geral¹⁴² relativamente pouco trabalhada pela historiografia contemporânea, só tendo sido editada parcialmente até a década passada. Contudo, no período de sua escrita, a *Crónica de Castilla* desfrutou de êxito notável, conquistando o interesse de um grande público, como pode ser atestado por sua preservação durante toda a Idade Média, composta de dezenove manuscritos, ainda conservados, e copiados, em sua maioria, no século XV. Escrita entre 1300 e 1301, a obra foi traduzida para o galego-português pelo conde Pedro de Barcelos, de Portugal, e escolhida por ele como fonte principal para seu Livro de Linhagens, de 1343, e sua Crônica de 1344. Também foi uma referência privilegiada para os historiadores castelhanos até o início do século XVI.¹⁴³

A versão que dispomos para esta dissertação foi editada em 2010 por Patricia Rochwert-Zuili a partir dos manuscritos Esp. 12 da Biblioteca Nacional da França e X-I-11 da Biblioteca do Escorial, está disponível online, no formato HTML, e é precedida por uma apresentação da fonte e estudo preliminar da editora, onde ela mostra que a principal função da *Crónica* foi celebrar a aliança que María de Molina forjou com os cavaleiros e homens

¹⁴¹ FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, I. Op. Cit., p. 31 – 61.

¹⁴² Seguidora da mesma tradição que se impôs em Castela por todo o século XIII. A *Crónica de Castilla* é um conjunto de textos que pretende dar conta, através de suportes de vários tipos, entrelaçados, de todos os eventos que ocorreram sob o reinado de sucessivos monarcas. Neste caso, desde o reinado de Fernando I a Fernando III.

¹⁴³ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 1.

poderosos das cidades para assegurar o trono para seu filho diante do contexto conturbado que descrevemos anteriormente.¹⁴⁴

Seu êxito se deve, segunda a editora, ao lugar em que a vida de Rodrigo Díaz de Vivar, mais conhecido como El Cid, o Campeador, ocupa no texto. Figura que é conhecida até os dias de hoje como um dos maiores heróis da Hispânia medieval e, segundo ela, o único grande herói de Castela. Rochwert-Zuili afirma que a crônica se assemelha a um romance, onde se destaca a imagem de uma *realeza cavalheiresca*. Na crônica, observamos o jovem Rodrigo junto do rei Fernando I, e acompanhamos sua prodigiosa ascensão sob os reinados de Sancho II e Afonso VI, testemunhando sua morte e os milagres que cercam seu corpo, exposto por dez anos no Mosteiro de São Pedro de Cardeña. A narrativa é muito inspirada, em grande parte, por dois poemas épicos, o *Cantar de Rodrigo*, e o famoso *Cantar de Mio Cid*. Segundo a editora, este material narrativo constitui uma das principais atrações da obra, que marca uma virada na produção historiográfica daquele período. Na verdade, embora siga a tradição historiográfica alfonsina, que como vimos tende a apresentar a monarquia como protagonista da história, a *Crónica de Castilla* se destaca por assumir as características de um conto romântico, no qual se desdobra uma ideologia profundamente cavalheiresca. A editora entende que este fato deve ser lido como influência do contexto de sua produção, quando a realeza, mantida no poder pelas cavalarias urbanas em ascensão, teve de lidar com os novos poderes que a cercavam e reconhecer sua agência e sua importância.¹⁴⁵

Rochwert-Zuili acredita que *Crónica de Castilla* foi composta principalmente a partir da antiga versão emendada ou concisa da *Estoria de España*¹⁴⁶. Seu relato, que cobre os reinados dos primeiros reis castelhanos, de Fernando I (1035-1065) a Fernando III (1217 / 1230-1252), corresponde ao que é comumente chamado de “Quarta parte” da *Estoria de España*. No entanto, para esta seção, não existe testemunho direto do texto alfonsino antigo, uma vez que nenhum dos manuscritos contendo a versão concisa superou o reinado de Bermudo III (1028-1037), o que torna impossível ter essa certeza. Além disso, somente o choque dos diversos textos historiográficos escritos independentemente uns dos outros a partir dessa versão primitiva permite reconstituí-la. Esse procedimento permite também perceber que a Versão Concisa se estendeu, na sua forma completa, pelo menos até o final do reinado de Urraca, mãe de Afonso VII (1109-1157).¹⁴⁷

¹⁴⁴ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 1.

¹⁴⁵ Idem, parágrafo 2.

¹⁴⁶ Combinada com trechos da Versão Sanciana, ou, possivelmente, fruto de um documento misto desconhecido, que unia a narrativa das duas versões, mas que se perdeu no tempo.

¹⁴⁷ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 6.

Como vimos acima, a historiografia decorrente da tradição alfonsina persegue um objetivo central: impor os princípios de uma ordem monárquica. Contudo, diante da resistência obstinada da nobreza em abrir mão de seus privilégios e poderes, assim como da necessidade intrínseca da monarquia em ser apoiada pelos nobres, através da rede de serviços e favores que comentamos anteriormente, tornou-se necessário perverter esse objetivo central de acordo com as necessidades políticas objetivas naquele contexto.

A versão retoricamente ampliada da *Estoria de España* já foi um importante passo na direção de incorporar outros grupos sociais aliados nas narrativas históricas oficiais do reino. Um exemplo desse procedimento pode ser observado na centralidade que a narrativa desta versão confere à cidade de Toledo e ao seu episcopado, que, no período de confecção da obra – por volta de 1289, encabeçado pelo arcebispo primaz Gonzalve Pérez Gudiel – era um dos mais importantes aliados de Sancho IV contra Alfonso de la Cerda. Através da narrativa que se constrói, além do gesto de trasladar os restos mortais de vários reis renomados do passado para a catedral de Toledo, Sancho procurou legitimar seu reinado, se apresentando como um rei piedoso, fortemente voltado ao espiritual e amigo da igreja castelhana. Não é menos importante o fato de que todas essas características eram contrárias ao comportamento pelo qual seu pai ficou reconhecido, muito mais afeito ao poder secular e à primazia da monarquia sobre a igreja. Esta constitui uma estratégia discursiva inteligente no sentido de diminuir o peso das maldições que o falecido Rei Sábio lançara sobre ele. Outro artifício discursivo que contribui nesta busca por legitimidade está na forma como Sancho se apresenta – falsamente – como o sétimo de seu nome, procurando se conectar com uma linhagem ainda mais antiga e legítima, anterior séculos às maldições de seu pai, e fazendo um paralelo com Alfonso VII, rei com grande destaque na narrativa exposta nessa versão da *Estoria*, descrito como um homem piedoso e grande amigo do arcebispo de Toledo – assim como Sancho gostaria de ser percebido no momento de escrita da crônica –, um dos reis cujos restos mortais foram trasladados, a mando de Sancho, para Toledo.¹⁴⁸

Todos esses procedimentos revelam, portanto, alguns aspectos do programa político-cultural gestado no colégio da catedral de Toledo, cuja principal vocação era permitir D. Sancho fazer valer a sua legitimidade e a dos seus descendentes. Certamente, encontramos precisamente esse mesmo tipo de estratégia na *Crónica de Castilla*, destinada a consolidar o poder do sucessor de Sancho IV, seu filho Fernando IV.¹⁴⁹

¹⁴⁸ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafos 16 – 24.

¹⁴⁹ Idem, parágrafo 24.

Assim como Sancho havia se empenhado em instituir sua legitimidade através de seu nome, tentando se conectar com antepassados mais remotos que seu pai que lhe deserdera, Maria de Molina certamente buscou fundamentar os direitos dinásticos de seu filho Fernando de forma semelhante, aludindo aos nomes de outros dois reis homônimos – Fernando I e Fernando III –, cada um responsável, a seu tempo, por unificar as coroas de Castela e Leão. Na verdade, não é por acaso que a *Crónica de Castilla* originalmente não termina com a morte de Fernando III, mas precisamente com a morte de Afonso IX, que era rei de Leão e pai de Fernando III, o que levou à conclusão da questão de sucessão leonesa.¹⁵⁰

Se no Tratado de Cabrerros, de 26 de março de 1206, Fernando, filho de Afonso IX de Leão e Berenguela de Castela, era apontado como herdeiro da coroa, o rei nunca escondeu sua preferência pelas filhas Sancha e Dulce, frutos de um casamento anterior com Teresa de Portugal. Como evidenciado por uma bula do Papa Honório III, datada de 11 de agosto de 1217, Afonso IX manifestou o desejo de torná-las suas herdeiras a partir daquele ano. No rol com os nomes dos infantes em documentos da chancelaria real chegou-se por vezes a omitir o de Fernando. Com a morte de Afonso IX, a questão da sucessão teve de ser solucionada. Berenguela e seu filho lavraram assim um acordo com Teresa e suas filhas para obter a coroa leonesa, o acordo de Benavente. O empreendimento foi executado por Berenguela, conforme evidenciado em sua coluna pelo Chanceler de Fernando III, João de Osma, que relata com precisão, como testemunha ocular, os termos e condições deste acordo. No trecho em questão, descreve inclusive a infanta rasgando os documentos que comprovam seus direitos de herança, direitos que o cronista todavia questiona.¹⁵¹

No entanto, ao contrário de outros cronistas que, a partir de uma tradução do *De rebus Hispaniae*, reconstituem as condições do acordo de Benavente mostrando Berenguela como uma hábil negociadora, os autores da *Crónica de Castilla* nem chegam a se referir a ele. Tampouco mencionam as infantas Sancha e Dulce, mas cita o Infante Alfonso de Molina, irmão de Fernando, que os galegos queriam levar ao poder em Leão, mas que recusou ser coroado.¹⁵²

Através desta inteligente menção ao pai de Maria de Molina, é possível traçar com mais contraste o propósito da *Crónica*. Ao remover qualquer referência aos direitos de herança das infantas Sancha e Dulce e ao evocar a recusa de Alfonso de Molina em subir ao trono de Leão, o cronista afirma a plena legitimidade de Fernando III e, portanto, de seu

¹⁵⁰ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 26.

¹⁵¹ Idem, parágrafo 27.

¹⁵² Idem, parágrafo 28.

homônimo Fernando IV. Ao sugerir que Alfonso de Molina poderia ter reinado em Leão, ele torna ainda mais valiosa a linhagem materna do jovem rei, e, assim, legitima o papel político de Maria de Molina.¹⁵³

A interrupção da *Crónica* no momento crucial da sucessão leonesa torna-se, portanto, claramente justificada. Ao estabelecer uma continuidade dinástica perfeita, o cronista celebrava a ascensão de Fernando IV ao poder. Diante dos pretendentes, Alfonso de la Cerda e do infante D. Juan, que se proclamavam respectivamente rei de Castela e rei de Leão, o jovem Fernando era apresentado como o mais confiável candidato a mantenedor da integridade do reino. É isto que permite Rochwert-Zuili a datar a composição da *Crónica de Castilla* por volta dos anos 1300-1301, altura em que o rei, tendo recentemente atingido a maioridade, se encontrava em vias de ser oficialmente reconhecido como legítimo herdeiro da coroa. Reconhecimento que deveu muito, como vimos, a contribuição indelével de sua mãe, bem como ao poderoso nome de seu bisavô, Fernando III.¹⁵⁴

Esta é, portanto, a tradição da qual se alimenta a *Crónica de Castilla* e da qual redesenha os contornos. Dedicada à história dos primeiros reis castelhanos, afirma, através da sua dimensão "castelhana", uma *identidade* e a legitimidade da linha real de onde provém Fernando IV. Assim se aproxima o projeto de uma mulher que trabalha para consolidar o lugar de seu filho no trono. No entanto, a aliança não é mais entre a realeza e determinado grupo eclesiástico, mas uma coalizão entre a regente e os membros da pequena cavalaria urbana das irmandades concelhias, um grupo que desejava chegar ao topo da hierarquia dos estados.¹⁵⁵

Para além dos feitos de uma realeza que cada vez mais se parece com a cavalaria que a apoia, a narrativa se abre, portanto, às novas vozes dos chamados *fijosdalgo*¹⁵⁶, representados na *Crónica* pelo famoso El Cid, encarnação da honra, da lealdade a seus superiores e, sobretudo, do *serviço*. As representações dessa monarquia cavalheiresca e dessa cavalaria leal e obediente são mobilizadas como peças constitutivas de uma identidade e de um modelo de sociedade *corporativa*, propriamente castelhana, cristã, unificada e, principalmente, harmônica, onde realeza e nobreza são os agentes da história¹⁵⁷, colaborando, cientes das atribuições específicas de cada uma dessas instituições.

¹⁵³ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 29.

¹⁵⁴ Idem, parágrafo 30.

¹⁵⁵ Idem, parágrafo 31.

¹⁵⁶ Termo usado como sinônimo de *caualleros* ou *escuderos* de linhagens menores.

¹⁵⁷ Neste ponto, Diego Catalán chega a afirmar que a *Crónica de Castilla* desponta como a mais interessada na nobreza, a menos alinhada com a hierarquia eclesiástica, e a menos dependente da coroa entre todas as crônicas castelhanas anteriores ao século XV, marcando o verdadeiro fim do modelo historiográfico alfonsino.

Para os objetivos dos quais este trabalho se ocupa, interessa também o fato de a *Crónica de Castilla* trazer fartas representações sobre os muçulmanos da península devido ao período que ela narra, documentando os conflitos e o processo de expansão de Castela e Leão entre os séculos XI e XIII – um período de intensificação e radicalização dos embates entre cristãos e muçulmanos na península, bem como de várias mudanças na organização política e militar de al-Andalus. A fonte torna-se especialmente valiosa por trazer testemunhos complexos sobre eventos importantes deste momento – como a chegada das dinastias marroquinas dos almorávidas (1086) e dos almóadas à península ibérica. Pontos nos permitirão, na quarta seção, entender melhor a imagem que a aristocracia castelhana pintava desses adversários.

Entretanto, compete a esta dissertação, agora, investigar a construção ativa das representações identitárias – cunhadas pelos cristãos sobre si mesmos – na *Crónica* e entender como elas interagem no sentido de concretizar o projeto de sociedade que mencionamos acima.

3. *El rey y sus vasallos*: representações de uma monarquia cavaleiresca e de uma cavalaria leal na construção de uma “castelhanidade”

3.1 Espaço para outras jurisdições

Como vimos na seção anterior, a *Crónica de Castilla* configura uma ruptura com o modelo historiográfico alfonsino, mas apenas em parte. A História que a *Crónica* conta ainda é, essencialmente, do senhorio, com aspectos territoriais, dinásticos e cristãos fortemente demarcados. Em suma, continua sendo um material histórico de caráter pedagógico que carrega as *representações* dos grupos dominantes da sociedade castelhana do início do século XVI. Contudo, como também já discutimos, é inserida na narrativa um enfoque acentuado à nobreza – sobretudo à pequena nobreza, de nascimento relativamente baixo e de posses mais modestas – que até o modelo alfonsino era prerrogativa exclusiva da monarquia. Adição diretamente relacionada com o contexto de efervescência política, de guerra civil e de revolta da nobreza, em meio ao qual a fonte foi idealizada e escrita.

Sobre essa abertura a camadas mais baixas na narrativa, as discussões que Maria Filomena Coelho desenvolve sobre a jurisdição da aristocracia podem ajudar na compreensão do cenário.

Para a pesquisadora, interpretações tradicionais, de tendências que ela chama de estatistas ou centralistas, costumam ler uma capacidade de ingerência da realeza sobre a nobreza e a Igreja positivamente, como um indício de uma centralização precoce do poder régio. Quando essa ingerência não se observa, sendo privilegiadas as negociações, quando a realeza *cede* seu espaço jurisdicional para a Igreja e a nobreza, tende-se a interpretar um cenário de debilidade dessas instituições. Por vezes, nessa interpretação tradicional, a nobreza é estudada como um elemento à parte, esquecendo que o rei é oriundo desta, e que é também um elemento partícipe de suas estratégias e lógicas de manutenção e reprodução de seu status como *ordem superior privilegiada*. Acaba, portanto, por representá-la como um corpo social que se opõe aos esforços de "modernização" executados pela monarquia, que se traduziriam em ações para submeter os nobres ao estado, como a supressão de seus privilégios.¹⁵⁸

A autora propõe que não se pode deixar de apreender de forma conjunta a institucionalização da monarquia, da nobreza e do monacato, tradicionalmente apresentadas como separadas. Frequentemente classificadas como instituições de naturezas distintas, com jurisdições próprias, elas aparecem como instâncias colaboradoras, complementares, ou

¹⁵⁸ COELHO, Maria Filomena. Op. Cit. p. 123.

quando em conflito, antagônicas. Inversamente, a autora mostra que as especificidades institucionais e suas respectivas jurisdições são *amplamente apropriadas pelo conjunto da aristocracia cristã*, cuja experiência política é essencial para o fortalecimento dessas instituições.¹⁵⁹

Monarquia, nobreza e clero formam a parte elevada da sociedade cristã medieval. Cada uma produz uma vasta literatura que tem por objetivo construir suas respectivas identidades jurídicas, circunscrevendo quais conteúdos lhes são exclusivos. Apesar de parecer individualizada, essa sistematização se insere numa cultura política *coletiva e plural*, experimentada por identidades jurídicas diversas.

Desta forma, a adição dos feitos da aristocracia guerreira, aparecendo lado a lado aos feitos da realeza na *Crónica de Castilla*, se apresenta como um exemplo, dentro do sistema de produção simbólica, dessas relações de negociação entre os três grupos, das aproximações e afastamentos, segundo os interesses em jogo, e do estabelecimento de *redes aristocráticas* – neste caso específico, um rede de alianças entre a realeza, a baixa nobreza e às elites urbanas – que fortalecem e beneficiam as três instituições proporcionalmente.

O capital simbólico produzido por tais instrumentos de legitimação acaba sendo dividido igualmente, em benefício das três partes, justificando as *distinções* que fundamentam sua posição privilegiada nessa sociedade.

Assim, na narrativa da crônica, a monarquia é representada com traços eminentemente cavaleirescos, em claro aceno aos grupos sociais que está abraçando, e representa a cavalaria através do valor máximo da lealdade e do *serviço*.

3.2. Representações da monarquia cavaleiresca

Na *Crónica de Castilla* acompanhamos os senhorios de Castela e Leão da coroação de Fernando I (1016 – 1065) como rei de Leão depois de se casar com a rainha Sancha I, até a resolução do problema da sucessão de Alfonso IX, quando seu filho Fernando III (1201 – 1252) de Castela se consagra como unificador das duas coroas. Em quase 150 anos de narração, a *Crónica de Castilla* destrincha os principais acontecimentos dos senhorios de todos os reis de Castela e Leão desse período.

No mais das vezes, a imagem que é apresentada dos monarcas é favorável, senão até elogiosa, investindo seguramente na estratégia alfonsina de utilizar a matéria histórica como principal veículo do discurso político na região. Contudo, é um fato de interesse que os

¹⁵⁹ COELHO, Maria Filomena. Op. Cit. p. 124.

cronistas não tenham receio em censurar levemente os atos indevidos de alguns dos monarcas mais irascíveis da linhagem – a saber, Sancho II e Alfonso VI. Movimento que é um claro indicativo das tendências conciliatórias legadas pela historiografia posterior ao reinado de Alfonso X.

Não obstante, até mesmo os monarcas imperfeitos são representados como verdadeiros cavaleiros: homens de grande coragem e proeza nas armas, orgulhosos e sempre preparados para defender sua honra de possíveis ofensas de seus súditos e, sobretudo, dos mouros.

Além dos valores cavaleirescos, a representação construída da monarquia, em especial quando trata da figura de Fernando I, é de líderes profundamente ligados ao religioso, amigos das igrejas e defensores da fé.

Investigaremos agora o processo de construção discursiva de tais representações.

3.2.1. Monarcas desejados por Deus

Nieto Soria aponta que, devido à natureza eminentemente religiosa e cristã da sociedade medieval ocidental, o apelo ao sagrado se tornava um dos meios mais efetivos de propaganda política.¹⁶⁰ O grosso do arcabouço de representações religiosas cristãs era quase de domínio público, bastante arraigado nas populações europeias em geral, independente de serem da *prima pars* ou do povo. Esse quadro de apropriação generalizada de formações discursivas de teor religioso facilitava seu emprego como lastro para o discurso político. Assim, o procedimento de associar a figura real a símbolos ou imagens no universo judaico-cristão era frequente, garantindo a recepção mais ampla possível para a mensagem que se pretendia projetar.¹⁶¹

No campo da crônica castelhana, Rodríguez-Peña Sainz de la Maza explica que a História, para o homem medieval, era fruto direto da vontade divina, parte de um grande plano já devidamente preparado pelo Criador que englobava todas as pessoas e todos os acontecimentos em todos os períodos históricos. Essa presença divina na matéria histórica é percebida por sua constante ingerência no devir dos fatos, sendo Deus o grande juiz responsável por premiar ou castigar seu povo eleito – neste caso, os cristãos peninsulares – de acordo com suas ações, mas principalmente com base no comportamento de seus governantes. As expressões mais concretas desta vontade divina nas crônicas são manifestadas quando a

¹⁶⁰ NIETO SORIA, J. M. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII – XIV)**. Madrid: Eudema, 1988, p. 43 e 47.

¹⁶¹ RODRÍGUEZ-PEÑA SAINZ DE LA MAZA, D. **La imagen regia en la crónica castellana: el caso de Alfonso VIII**. Dissertação de mestrado – Universidad Autónoma de Madrid, 2016. p. 52.

balança pende a favor ou contra os cristãos peninsulares, nas batalhas ou em outros momentos de grande necessidade.¹⁶²

Esta perspectiva estava na raiz da tradição neogoticista iniciada nas três famosas crônicas de Alfonso III e perdurou na historiografia castelhana, passada adiante por Lucas de Tuy e D. Rodrigo Jiménez de Rada, no *Chronicon Mundi* e no *De Rebus Hispaniae*, respectivamente, chegando às *Estorias alfonsinas* e finalmente na *Crónica de Castilla*.

Ainda pesa nesta questão de aproximar a representação régia do sagrado o fato de um dos argumentos mais primordiais de justificação da monarquia como instituição – não só na Idade Média, mas também muitos séculos antes e depois – consistir na graça divina. Na península, desde os documentos da chancelaria de Fernando I adotava-se a forma “*Dei gratia rex*” para apresentar a titulação régia. O rei era convertido em Vigário de Deus na intenção de reforçar seu poder e eliminar os limites que pudessem lhe ser impostos. Houve um momento em que o ofício real se “teologizou” para elevar a grandeza dos monarcas, tornando-os incomparáveis e tentando obrigar a obediência dos súditos, uma vez que servir ao rei era equivalente a servir a Deus.¹⁶³

Contudo, a partir do advento do *taller alfonsi* e de sua busca jurídica e secular pela primazia da monarquia, a centralidade do teor religioso nos argumentos de sustentação do poder régio foi perdendo espaço, e sendo substituída, ainda que apenas em parte, pelo argumento da superioridade intelectual do monarca. Como herdeira da fórmula alfonsina, a *Crónica de Castilla* pouco se apoia em elementos religiosos ou sagrados em sua narrativa de engrandecimento da figura real. Ao invés de lançar mão de uma fartura de milagres e intervenções celestiais nos acontecimentos dos quais a *Crónica* dá conta, os cronistas utilizaram essa estratégia de modo muito mais sutil, fazendo a vontade divina aparecer muito mais frequentemente na forma de *profecias* e sonhos portentosos que anunciavam a ascensão ou a vitória dos reis desejados.

Certamente ainda estão presentes na narrativa os testemunhos de milagres. Um exemplo importante é a narração de um ordálio realizado em Toledo, pouco depois de sua conquista por Alfonso VI, em 1085. O ritual deveria decidir se na cidade seriam mantidos os ritos da liturgia visigótica – chamados *gallizianos* pelos cronistas – até então vigentes na península, ou se eles seriam substituídos pela liturgia gregoriana – os cronistas chamam de rito *francês* – que começava a se espalhar pela Europa. Em meio a este debate, pesava a

¹⁶² RODRÍGUEZ-PEÑA SAINZ DE LA MAZA, D. Op. Cit., p. 52 – 53.

¹⁶³ Idem, p. 54 – 56.

opinião da esposa do rei, que era francesa e gostaria de ver a liturgia que seu país adotara implantada também em Castela.¹⁶⁴

Um concílio com todo o clero da Espanha havia sido reunido para discutir a implantação do rito gregoriano. Depois de muitos conflitos e contendas, foi decidido que o assunto deveria ser resolvido com num duelo judicial. Um cavaleiro lutaria em nome do clero e do “povo espanhol” pela manutenção do rito visigótico, e outro lutaria pelo rei e pela rainha, que apoiavam o rito gregoriano.

O representante do rei, entretanto, acaba rapidamente derrotado, mas D. Alfonso se recusa a aceitar o resultado. O monarca passa então a se posicionar contrário à possibilidade de resolver de uma querela religiosa por meio de um combate, e a ameaçar quem o contradissesse.

Os clérigos reunidos ali resolveram, então, fazer outro tipo de ordálio. Eles lançaram na fogueira os livros litúrgicos, gregoriano e visigótico, ao mesmo tempo. Um milagre teria sido manifestado nessa ocasião, sendo o livro gregoriano lançado de volta para fora do fogo, incólume, enquanto o livro toledano teria suportado as chamas sem sofrer qualquer queimadura, continuando dentro da fogueira sem arder.

O rei, muito obstinado, novamente não aceitou o resultado do ordálio, pouco se impressionando com o milagre que testemunhara. Nem mesmo essa amostra da vontade divina o havia feito mudar de ideia ou se acalmar, continuando o monarca a ameaçar de morte seus opositores.

O resultado da situação foi a implementação à força o rito gregoriano por todo o reino, gerando certa comoção. Seis igrejas em Toledo, contudo, mantiveram o rito visigótico mesmo assim, bem como alguns poucos mosteiros isolados.

O cronista parece ter vontade de censurar a postura do rei, mas não o faz, citando apenas o provérbio “*que allá van leyes do[nde] quieren reyes*” e falando da importância da sabedoria de tais ditados populares, principalmente no livro do rei Salomão.¹⁶⁵

¹⁶⁴ CC, fólhos 44 rosto a – a 44 verso a. Este é certamente é o assunto de caráter estritamente religioso mais comentado na fonte. Provavelmente este trecho é uma herança do *De Rebus Hispaniae*, já que seu autor, D. Rodrigo Jiménez de Rada, era arcebispo de Toledo, a quem essas histórias tinham um significado especial. Neste mesmo ponto, a *Crónica* se detém longamente em narrar os acontecimentos e os conflitos políticos internos à hierarquia da Igreja que levaram à escolha e confirmação do primeiro primaz da Espanha e primeiro arcebispo de Toledo depois da conquista por Alfonso VI, D. Bernaldo.

¹⁶⁵ CC, fólho 44 verso a e b:

Cuenta la estoria que tan grande fue la porfía que el rey tomó en este lugar que a los vnos amenazava de muerte e a los otros que echaría del reyno. E mandó tomar el offiçio francés e mandó que vssasen por él. E quando vieron que a fazerles era, tomáronlo por fuerça. E de allý adelante fue vssado por todo ssu reyno, p[er]o en Toledo fyncaron seys iglesias que vssan del offiçio toledano, que dan oy día testimonio del offiçio.

A imagem que se observa é de uma monarquia rígida em suas decisões, que se insere nos assuntos religiosos para apoiar seus próprios interesses. Além desse sinal de ingerência nos assuntos clericais, o rei se mostra neste trecho pouco temeroso das consequências de se opor a possíveis sinais de determinações divinas, preferindo confiar em sua própria interpretação do que seria melhor ou pior para as igrejas castelhanas.

Estes testemunhos, contudo, são raros na *Crónica*,¹⁶⁶ aparecendo com mais frequência nos relatos do reinado de Alfonso VI, momento em que os cronistas se detém por longos períodos para comentar os imbróglis políticos em Roma e os conflitos entre os papas e o Imperador.

No relato do reinado de Fernando I,¹⁶⁷ o rei é apresentado como a cabeça e o protetor do reino, um governante justo, que aplica as punições devidas aos vassalos desviantes; enquanto recompensa seus homens igualmente. Mas o que parece ser mais importante, principalmente em comparação com os registros dos reinados de seus filhos, Sancho II e Alfonso VI, é que ele é apresentado como um homem pio, que *temía mucho a Dios*, dado às boas obras, construtor de igrejas e que concede fartas rendas aos mosteiros. D. Fernando I, o Magno é descrito sempre como um homem fervoroso, que pede a Deus suas graças com orações, jejum, e peregrinações frequentes a Santiago de Compostela. Ao receber a graça da vitória em combate, ele retribui a mercê divina com doações às igrejas e partindo em mais peregrinações. Por sua posição de destaque, é também diante dele que o divino e o sobrenatural se manifestam, presenciando alguns milagres e recebendo visitas dos santos. Suas ações militares e conquistas estão sempre envoltas em narrativas proféticas, sendo o futuro de seus passos revelado por aparições dos santos, ou por sonhos premonitórios.

Sobre a conquista de Coimbra por D. Fernando, é contada a curiosa história de uma revelação que São Tiago teria trazido em sonho a um bispo grego em peregrinação que albergava em Compostela, durante os longos sete anos pelos quais o rei sitiou a outra cidade. Em sonho, o santo admoestava o peregrino por não creditá-lo como um cavaleiro, e sim como

E muncho fueron pesantes los de España por aquella fuerça que el rey fizo, e llorando por ende muncho. E leuantósse entonçe este prouerbio que traen oy en día las gentes, «que allá van leyes do quieren reyes», prouerbio que quiere tanto dezir commo palabras de fazaña, que quiere mostrar sseso e castigo e enseñamiento. E el rey Salomón fizo libros d'estos prouerbios, e sson escriptos en la Blibia con otros libros, e dízenle “Libro de los prouerbios de Salomón”.

E desde entonçes el offiçio galliziano fasta el offiçio françés, tan bien en el psalterio commo en las otras leyendas, fue allý rresçebido en las Españas e guardado lo que nunca ante. E maguer que en algunos monesterios lo guardaron yaquanto tienpo, por esso y fincó el traslado del psalterio e aùn sse reza en algunas iglesias cathedrales e en los monesterios; pero al comunal de Françaia anda por toda la tierra, e el comunal aquel vssan en la escriptura de las letras e en el offiçio.

¹⁶⁶ Como Diego Catalán aponta, a *Crónica de Castilla* é a crônica menos alinhada à hierarquia eclesiástica até o século XV. CATALÁN, Diego. Op. Cit. 63.

¹⁶⁷ CC, fólhos 1 rosto a – 14 verso b.

um pescador. Para convencer o fiel de que se tratava sim de um guerreiro, o santo teria aparecido plenamente armado, montado num cavalo branco, e carregando três chaves. Santiago teria explicado ao peregrino, que as chaves eram para abrir os portões de Coimbra, e entregá-la a D. Fernando com o mínimo de esforço. Antes de partir, ele teria dito com exatidão o dia e a hora em que a cidade capitularia: num domingo, às três horas. Tal profecia teria se concretizado mesmo sem o conhecimento do rei, que só soube da aparição do santo uma vez que o cerco havia acabado e que a cidade havia sido rendida. Como um homem muito piedoso, D. Fernando permitiu aos mouros famintos de Coimbra ir embora sem maiores danos depois que abriam os portões da cidade. Ao final do relato, D. Fernando agradeceu muito a Deus a graça da vitória e foi novamente em *romería* à Compostela, prestar sua veneração ao santo que lhe trouxera as chaves da cidade.¹⁶⁸

¹⁶⁸ CC, fólíos 7 rosto a – 8 rosto a: *En el dizeo cheno año del rey don Fernando que él ouo tomados estos logares, auiedo a coraçón él de auer a Coynbra, fuese para Santiago en romería, por conssejo de Rodrigo de Biuar que le dixo que le ayudaría Dios a cobrarla, et demás de tornada, que querría que lo armasse cauallero et cuidaua resçibir cauallería dentro en Coynbra. Et el rey, auiedo talante de cobrar este lugar et porque vio que lo aconsejaua bien Rodrigo, ffuesse para Santiago, e fezo su romería bien e mucho honestamente e faziendo mucho bien. Et quando llegó a Santiago, estudo en oraçión tres días, et desí mucho offresçiendo e tomando muy grand deuoción que Dios le cunpliesse lo que cudiçiaua.*

Et con la ayuda del apóstol Santiago, guisó su hueste muy grande et vino sobre Coynbra et çercóla. Et púsole sus engeños e sus castillos de madera; mas la villa era tan grande e tan fuerte que siete años la touo çercada.

Et auía allí, en la tierra en poder de los moros, vn monesterio de monges que dizen oy día Loruaçio, et aquellos monjes biuían de lauor de sus manos, et tenían alçado mucho trigo e mucho ordio et mucho mijo et muchas legunbres que non sabían los moros d'ello. Et tanto se alongaua la çerca de la çibdat que ya non auían viandas los christianos et queríanla desçercar. Et quando los monges lo oyeron, vinieron priado al rey et dixiéronle que la non desçercasse, ca ellos darían vianda de aquella que luengamente auían ganado. Et abondaron toda la hueste fasta que todos los de la villa enflaqueçieron de fanbre e de grand quexa.

Et los christianos lidiauan fuertemente e tirauan los enjeños de cada día, et fueron quebrantando del muro de la çiudad. Et quando esto vieron los moros, vinieron a la merçed del rey e echándose a sus pies e pidiéndole merçed que los dexasse salir, e que le darían la villa e todo el algo que en ella auía, et que le non rogauan tan solamente sinon por la vida. Et el rey con piadat otorgógelo. Et entráronles la villa vn domingo a ora de terçia.

Mas demientra que el rey tenía çercada la villa, acaesçió que vn romero de tierra de Greçia vino en romería a Santiago. Et auía nonbre Estiano et era obispo, e dexara su obispado por trabajar su cuerpo en seruiçio de Dios. Et estando en la iglesia de Santiago faziendo su oraçión et en su vigilia, oyó vn día dezir a los de la villa e a los romeros que venían ende en romería que Santiago que apareçié como cauallero en las lides en ayuda de los christianos. Et quando él lo oyó, pesól' et dixo así:

—Amigos, non le llamedes cauallero mas pescador.

Et él, teniendo esta porffía, plogo a Dios que se adormeció e apareçióle Santiago con vnas llaues en la mano, et díxole de muy buen alegre contenente:

—Astiano, tú tienes por escarnio por que me llaman cauallero et dizes que lo non só. Et por esso vine agora a ty mostrarme por que jamás nunca dubdes en mi cauallería, ca só cauallero de Jhesu Christo e ayudador de los christianos contra los moros.

Et él diziéndole esto, fuele traýdo vn cauallo muy blanco. Et el apóstol caualgó en él muy guarnido de todas armas e frescas e muy claras e hermosas, a guisa de cauallero, et díxole cómo quería yr a ayudar al rey don Fernando que yazia sobre Coynbra siete años auía. “E por que seas mas çierto de esto que te yo digo, con estas llaues que yo tengo en las manos abriré cras a ora de terçia las puertas de la çiudad de Coynbra e darla he al rey don Fernando». Et desde le ouo dicho esto, tirósele delante, de guisa que non sopo d'él el obispo Estiano.

O quadro que é pintado de D. Fernando é o de um rei dotado de diversas virtudes religiosas, em oposição à ganância e ira de seus filhos. É sintomático que D. Fernando I seja representado de tal forma: o primeiro rei a unificar as duas coroas de Leão e Castela se mostra *merecedor* da graça divina por seguir um código de condutas sacralizadoras e moralizantes. Sua trajetória parece se encaixar nos arquétipos apontados por Nieto Soria de *rey cristianísimo* e *rey virtuosísimo*.¹⁶⁹ O primeiro é marcado pela incansável atividade guerreira contra os infiéis – D. Fernando se lança contra os mouros do momento em que é coroado rei de Leão até seus anos finais de vida –, pela atitude religiosa pessoal – as orações, os jejuns, o dar graças constante pelas conquistas – e pelo respeito pela Igreja – as incontáveis doações de terras e rendas. O segundo tem muito mais a ver com uma postura ética que política – observado na justiça com o qual D. Fernando reparte as benesses e os castigos, como bom suserano e sensato em suas decisões.

Certamente seu descendente homônimo do momento de escrita da *Crónica*, Fernando IV, tem muito a ganhar com a descrição de um antepassado tão pio e próximo da Igreja, uma vez que àquela altura sua mãe, rainha regente Maria de Molina, ainda pleiteava junto ao papado a legitimação de seu casamento com Sancho IV e, por consequência, a legitimidade do jovem rei como herdeiro por direito de Castela e Leão, em oposição às reivindicações de Alfonso de la Cerda. Resulta bastante interessante, do ponto de vista da promoção da imagem do herdeiro, que a rainha regente tenha ambicionado aproximar, através da homonímia, a imagem de um rei tão virtuoso à de seu filho, até então carente de legitimação.

No entanto, a *Crónica* parece apontar que o reino não pode usufruir sempre de um governante exemplar. O único erro pelo qual os cronistas culpam D. Fernando é o de ter escolhido repartir as terras que conquistara com a graça de Deus entre seus três filhos e duas filhas. No leito de morte, o monarca convoca seus súditos, os bispos e sua família para ouvir sua partição: ele deixa o reino de Castela para seu primogênito, Sancho; para o filho do meio, Alfonso, deixa o reino de Leão; e para o mais novo, Garcia, deixa o reino da Galiza; para as filhas, Elvira e Urraca, deixa o senhorio e as rendas das cidades de Toro e Zamora, respectivamente. O rei moribundo é advertido por seus súditos sobre risco de dividir suas posses dessa forma, mas D. Fernando se mantém irredutível, dizendo escolher manter os costumes navarros de seu pai em detrimento dos castelhanos, e ordenando que seus filhos jurem não cobiçar as posses dos irmãos. O mais velho é categórico em dizer que só fará a jura

Et otro día mañana llamó clérigos e legos quantos auía en la çiudad de Santiago et díxoles lo que viera e oyera, et el día e la ora señaladamente quando Cohinbra auía de seer tomada. Et bien ansí como él dixo, fue fallado después en verdat, como d' esta guisa auemos dicho.[...]

¹⁶⁹ NIETO SORIA, J. M., Op. Cit.

porque seu pai ordena, mas que ele acredita estar tendo seu direito de herdeiro tolhido e que cedo ou tarde esse erro seria corrigido.¹⁷⁰ Logo o reino é lançado numa guerra fratricida por monarcas invejosos e sedentos por posses.

O rei, que até então era um homem piedoso para com os outros cristãos – a piedade aos mouros é algo pouco considerado na fonte, sua menção é apenas no sentido de deixá-los ir embora vivos ao final de um cerco, por exemplo – e cumpria sempre com sua palavra, que buscava ser bem aconselhado por seus cavaleiros e não cobiçar as posses alheias acaba substituído por reis que não cumprem tais exigências. Sancho II de Castela e D. García da Galiza são representados como dois perjuros, por quebrarem o juramento que teriam feito de não tomar as posses de seus irmãos, quando da partição testamentária de seu pai. Ganaciosos, se lançam para conquistar as terras dos irmãos, e acabam desafortunados, tendo fins bastante lamentáveis que claramente edificam um discurso moralizante, destinado a passar adiante os valores que os cronistas acreditam ser pertinentes ao líderes políticos do reino.

García, responsável por despojar parte das posses de sua irmã, D. Urraca de Zamora, anexando *muy grande pieça de la tierra que le diera su padre*, é punido por Sancho, que invade a Galiza – com a anuência de D. Alfonso – e a conquista pela força das armas. Acaba sendo feito prisioneiro, posto em ferros, e passa o resto dos seus dias trancafiado no castelo de Luna, de onde só sai para ser sepultado em São Isidoro de Sevilha, ao lado do pai.¹⁷¹

O outro irmão beligerante, D. Sancho, é descrito sempre como um homem temperamental – com *sangre visigótica caliente* nas veias¹⁷², e portanto propenso às mesmas guerras fratricidas às quais os godos teriam se entregado. O monarca de Castela seria alguém que inspirava temor entre cristãos e mouros – e até entre seus irmãos – que nunca se conformou em não ter sido o único herdeiro, e que buscou justificar suas pretensões às terras dos outros apelando para o fato de que García teria quebrado o juramento primeiro, logo todo o resto do acordo ficaria invalidado. Depois de conquistar a Galiza, se lança também contra seu outro irmão, Alfonso, em Leão, derrotando-o em batalhas campais, submetendo-o,

¹⁷⁰ CC, fólhos 13 verso b – 14 verso b.

¹⁷¹ CC, fólhos 15 rosto a – 18 verso b, e 41 verso a.

¹⁷² CC, fólho 15 rosto a: *Et tomó en sí muy grand pesar et non [lo] quiso consseñtir, ca como dize el arçobispo, “señor non quiere otro mayor en lo suyo”, et los reys de España vinieron de la fuerte sangre de los godos, porque acaesçió muchas vezes que los godos se mataron con sus hermanos sobr’esta razón, et este rey don Sancho desçendió d’esta sangre, et touo que le sería grand mengua si non juntasse los reynos, ca non se tenía por pagado con lo que le diera su padre, mas que tenía que todo deuía seer suyo. Et estonçes mostró contra ellos la fortaleza que tenía en el coraçón, non queriendo que oviessen nada saluo lo que les él diesse por su mesura. Et por esto fue mucha sangre vertida.*

primeiro como prisioneiro, depois o enviando ao monacato, e por fim ao exílio, conquistando seu reino e acumulando, novamente, as três coroas.¹⁷³

Mas ser o senhor supremo da península cristã não é o suficiente para um rei de tão *grant corazón*. Primeiro resolve despojar sua irmã Elvira da cidade de Toro, e depois se volta contra Urraca em Zamora, irando-se com as intervenções da infanta em favor e proteção do irmão destronado Alfonso. Envia o maior cavaleiro do reino, Rodrigo Días de Vivar, de quem falaremos mais a frente, para negociar a rendição da cidade, o que falha. O monarca raivoso além de colocar a culpa em seu vassalo mais leal, resolve sitiá-la a cidade, num cerco que dura meses. Entre os defensores de Zamora, um cavaleiro traidor e reconhecidamente desonrado chamado Vellido Adolfo arquiteta um plano para assassinar o rei. Desconfiado dos seus e procurando uma saída rápida para seus objetivos, D. Sancho acredita nas mentiras de Vellido e se coloca numa situação de perigo, acabando assassinado, traído e abandonado moribundo.¹⁷⁴

Contudo, mesmo para este rei cheio de defeitos, Deus lhe concede uma oportunidade de absolvição. Apesar de estar trespassado por um punhal, o monarca conserva sua consciência e a capacidade da fala, encomendando sua alma ao Criador e pedindo perdão pelos atos de ganância que cometera contra os irmãos.

Sua história resulta num conto de advertência moralizante. Embora não esteja explícito, fica a impressão de que a vontade divina de que falávamos antes ainda se faz presente, castigando os monarcas que se deixam levar demais pelas paixões mundanas. Certamente a *Crónica* chama a atenção dos futuros infantes que viessem a lê-la para a importância de saber refrear a raiva, de respeitar os familiares e de ouvir seus vassalos.

Com a volta de D. Alfonso ao foco da narrativa, a intenção divina retorna, mais uma vez na forma de profecias.

Narrando as desventuras do então destronado Alfonso no período em que ele vivera em exílio no reino taifa de Toledo, a *Crónica* relata que, sob o teto do rei al-Mamún,¹⁷⁵ D. Alfonso recebeu muitas honras e foi tratado com muitos luxos, tendo uma casa ao lado da muralha do Alcácer e uma fazenda próxima. Ele teria jurado de bom grado defender e proteger al-Mamún enquanto vivesse em sua corte, e o rei mouro teria correspondido o juramento, amando-o como se fosse seu filho. Contudo, vendo a riqueza e a grandeza de Toledo, e ciente de que esta grande capital outrora pertencera aos visigodos, Alfonso teria se

¹⁷³ CC, fólhos 15 rosto a – 20 verso b.

¹⁷⁴ Idem, fólhos 20 verso b – 24 verso b.

¹⁷⁵ Yahya ibn Ismail al-Mamun, rei da Taifa de Toledo entre 1043 e 1075. Os cronistas o chamam de Alimaymón.

sentido indignado e ressentido dos mouros, rezando a Deus para que houvesse de fazê-lo rei novamente. Se esta graça lhe fosse concedida, ele conquistaria a cidade pela glória de Cristo e para a expansão da fé.¹⁷⁶

O poder divino começa a operar quase que imediatamente, já livrando Alfonso de um possível assassinato e lhe oferecendo informações essenciais sobre como enfraquecer as defesas da cidade.¹⁷⁷

Pouco tempo depois, a *Crónica* conta, mesmo ignorando como seria possível saber de tais coisas, os detalhes de uma conversa entre alguns nobres mouros da corte do rei al-Mamún, no fatídico Dia Santo do Sacrifício.¹⁷⁸ Um deles teria sonhado por três noites seguidas, que D. Alfonso adentrava a cidade cavalgando sobre o lombo de um porco, seguido por mais incontáveis porcos, que invadiam a cidade e suas mesquitas. Finalmente, enquanto conversavam, um tufo de lã teria caído sobre a cabeça de Alfonso, que o rei mouro prontamente tentou retirar, mas quando sua mão se aproximava, o tufo foi levado pelo vento.¹⁷⁹

¹⁷⁶ CC, fólio 19 verso b e 20 rosto a:

Cuenta la estoria que Alimaymón, rey de Toledo, que se pagaua del rey don Alffonssso tanto que lo amaui bien como ansí o como si fuesse su fijo. Et el rey don Alfonso fézole pleito de lo amar e de lo guardar e seruir sienpre mientras con él biuiesse, e de non se partir d'él sin su mandado. Et otrosí fezo pleyto Alimaymón el rey a él que lo amasse e lo honrrasse e lo guardasse quanto pudiesse. Et desí mandóle fazer muy grandes palacios buenos de çerca del muro contra sí del alcáçar fuera, por que non le fiziessen enojo a él nin a ningunas de sus conpañias los moros de la çibdat. Et era çerca de vna huerta suya, por que se saliesse a folgar quando quisiesse.

Et el rey don Alffonssso amáualo seruir por ello. Et pero, veyendo la muy grande honrra del rey de Toledo en cómmo era muy poderoso e señor de grande cauallería e de la más noble çiuat que los reys donde él venía ovieron, començóse de doler en el su coraçón porque la veya en poder de moros. Dixo ansí en su coraçón:

—Señor Dios, Padre poderoso Jhesu Christo, en Ti es todo el poder de dar e de quitar, e grande derecho es que se cunpla tu voluntad, ansí commo la cunpliste en mí que me diste reyno, e fue tu voluntad e quitéstemelo, et fezísteme venir seruir a los enemigos que eran a seruiçio de mi padre. Et Señor, en Ti tengo esperança que me sacarás de seruidunbre e que me darás tierra e reyno a mandar, et fazerme as tanta merçed por que será conquerida esta çiuat para sacrifficar en ella el tu cuerpo santo a honrra de la christiandad.

Et esta oraçión fezo él con grande deuoçión e con muchas lágrimas, e el Nuestro Señor Dios oyógelas, segund adelante iredes por la estoria.

¹⁷⁷ CC, fólio 20 rosto b e 20 verso a.

¹⁷⁸ Importante data no calendário de festividades religiosas muçulmanas, chamado pelo cronistas de Pascua del Carnero.

¹⁷⁹ CC, fólios 20 verso a e 20 verso b:

Cuenta la estoria que vn día, por la Pascua del carnero que han los moros, salió el rey de Toledo fuera de la villa a degollar el carnero, segund lo solían fazer al lugar adonde era costunbre, et fue con él el rey don Alffonssso. Et él era ome mucho apuesto e de buenas costunbres, e pagáuanse d'él los moros. Et él yendo con el rey a par, yuan dos moros honrrados en pos d'ellos, et dixo el vno al otro:

—¡O qué fermoso cauallero este christiano, e qué de buenas maneras! Meresçía seer señor de grande tierra.

Et respondió el otro:

—Yo soñé agora tres noches ha que este Alffonssso entraua por Toledo caualgando en vn grande puerco e muchos puercos tras él, que toda Toledo fo<r>çauan, e aun las mesquitas.

Et dixo el otro:

—Sin falla éste ha de seer rey de Toledo.

Nesta narração profética, além do neogoticismo latente, até mesmo elementos da simbologia islâmica são habilmente mobilizados e articulados pelos cronistas na construção da legitimidade divina do reinado deste monarca. Pelo fato de o sonho se repetir por três vezes, pela conversa se dar numa importante festividade religiosa muçulmana, ainda mais na hora mais central da cerimônia, e pelo fato de o cristão montar um animal que é anátema para os mouros, invadindo assim as mesquitas da cidade, os sinais da escolha divina redundam tão claros que os próprios mouros que dialogam chegam à conclusão de que Alfonso seria algum dia alçado à posição de rei daquela cidade, como de fato se cumpre, em 1085, depois de um longo cerco.

Percebe-se que, na *Crónica de Castilla*, mesmo após a mortandade fratricida, a vontade divina não castiga os cristãos peninsulares por muito tempo, bastando aparecer um novo rei fiel e merecedor, que encomende seu senhorio nas mãos divinas, para que as conquistas e a glória retornem.

3.2.2. Monarcas guerreiros

Além dos valores religiosos, a monarquia cavaleiresca da *Crónica de Castilla* é representada também como dotada das virtudes da cavalaria.¹⁸⁰ O monarca é o responsável por reunir os *omnes buenos* para defender as fronteiras do inimigo mouro, bem como para estendê-la sobre o território do *Outro*, ao sul. O combate ao mouro é um elemento onipresente no discurso de legitimação construído nessas crônicas, onde os cristãos parecem estar sempre no ataque,¹⁸¹ e fundamenta o que poderíamos chamar de projeto político de todos os monarcas dos quais ela se ocupa. O valor do rei sempre começa a ser medido na conta de quanta destruição e mortandade ele é capaz de empreender na *tierra de moros*. Invariavelmente, o rei é representado como um guerreiro assíduo e valoroso, que não teme o perigo e que organiza, no mais das vezes pessoalmente, grandes operações militares, chegando a encabeçar os *acez* em combate.

Et ellos esto diciendo, alçósse al rey don Alfonso vna vedija en la cabeça e paróse derecha. Et el rey Alimaymón violo et púsole la mano por ge la apremiar, mas luego se le alçaua como era la mano tirada. Et aquellos dos moros touiéronlo por fuerte señal e començaron de yr fablando. [...]

¹⁸⁰ Em especial a bravura e a honra, para além da simples excelência marcial. Mais aprofundamento em BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria**. Da Germânia antiga à França do século XII. Trad. Néri de Barros Almeida e Carolina Gual da Silva, Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

¹⁸¹ Para o período do qual a *Crónica de Castilla* se ocupa, até faz sentido devido à debilidade dos reinos taifas muçulmanos em relação ao poderio dos reinos cristãos. Entretanto, mesmo em cenários de adversidade para os castelhanos, como a chegada dos almorávidas em 1086 (que os cronistas chamam *alárabes*), as derrotas são poucas e, no mais das vezes, muito passageiras, com poucas consequências negativas. Neste exemplo em questão, morre o filho de D. Alfonso VI, mas a dianteira de Castela na península permanece inabalada. CC, fólhos 48 verso b – 51 verso b.

A atividade militar que o monarca lidera é também uma importante fonte de renda e oportunidade de crescimento material para o reino. Neste aspecto, o rei aparece também como o responsável por recrutar, convocar e pagar soldos às tropas que partirão nas operações. Ao final das incursões, é por iniciativa pessoal do rei que os espólios sejam devidamente repartidos entre os cavaleiros que tomaram parte nos combates, de acordo com o tamanho de sua participação e de seu merecimento, recebendo seja em ouro, em mantimentos ou em cativos. Por via de regra, o monarca toma apenas a parte que lhe cabe: o quinto dos espólios. Os cavaleiros mais destacados são agraciados com rendas extras ou com terras.

De la Maza explica que essa representação de uma monarquia eminente guerreira se observa na península desde o século VIII. Devido ao enfrentamento bélico quase que permanente, os principados cristãos nortenhos se viram obrigados a se converterem, desde muito cedo, em formações sociais, econômicas e políticas adaptadas a esse cenário de conflito constante. Alguns historiadores chegam a afirmar que essa *sociedade de fronteira*,¹⁸² organizada por e para a guerra, atingiu um grau de especialização talvez até maior que o habitual no resto do ocidente medieval.¹⁸³

Essa realidade indubitavelmente impactou a forma como a realeza procurava se representar, lançando mão de um extenso léxico de valentia pessoal para qualificar os seus. Ademais, o componente épico que serve de fonte para a escrita das crônicas se ocupa de “heroificar” a figura régia, distinguindo-os do resto da humanidade por sua plétora de valores marciais.

De la Maza continua elucidando que muitos dos episódios militares narrados proporcionam aos cronistas uma desculpa ideal para exagerarem a dimensão dos embates, utilizando várias figuras retóricas para amplificar a violência do combate. Mas números extremamente inflados de inimigos mortos e pouquíssimas casualidades entre os cristãos servem para enfatizar a virulência da guerra contra o “infiel”.¹⁸⁴

Entre as qualidades que um rei guerreiro poderia possuir, se destaca a capacidade de provocar temor nos corações de seus inimigos. D. Fernando I, D. Sancho II, D. Alfonso VI e D. Alfonso VIII são alguns dos principais exemplos na *Crónica de Castilla* de monarcas que aterrorizavam seus adversários.

¹⁸² GARCÍA FITZ, Francisco. Op. Cit.

¹⁸³ RODRÍGUEZ-PEÑA SAINZ DE LA MAZA, D. Op. Cit. 77.

¹⁸⁴ RODRÍGUEZ-PEÑA SAINZ DE LA MAZA, D. Op. Cit. 80 – 81. Na batalha que Álvar Fáñez luta contra o rei mouro de Denia, Ben Alfanje, a *Crónica* chega a citar a diferença absurda de 500 cristãos para quinze mil mouros. Os cronistas relatam uma vitória milagrosa dos cristãos, como é de praxe, com o comandante acertando um golpe perfeito no rosto do líder inimigo e pondo seu exército em fuga. CC, fólio 41 rosto b.

Ora, quando quem nutre um medo do monarca é o inimigo muçulmano, o discurso se alinha com polos antagônicos clássicos sobre os quais se fundamenta o poder régio medieval: num polo positivo encontra-se o rei, digno do amor de seus súditos, mas também de temor de sua ira justa; já no polo negativo está a figura do tirano, que causa espanto e medo devido à inconstância de seu temperamento e às punições que exerce de maneira injustificada. Como o poder régio busca se fartar de discursos que promovam sua superioridade e seu prestígio, este elemento do temor é convertido em um traço respeitável e desejável, tanto para ser dirigido aos adversários do monarca, para que eles não ousem atentar contra ele ou contra seu reino, mas também para manter seus súditos leais e obedientes.¹⁸⁵

Entretanto, como já vimos com a história de D. Sancho II, o mais colérico dos reis retratados na *Crónica*, ao monarca compete saber também reafrear essa fúria e saber dirigí-la aos alvos corretos.

Para além das realizações especificamente marciais, de la Maza nos mostra que as crônicas se apropriaram plenamente das representações cavaleirescas observadas também em outras partes do Ocidente Medieval posteriores à chamada “mutação cavaleiresca” que Dominique Barthélemy situa por volta do ano mil, quando a defesa da honra toma um papel preponderante no *ethos* dos cavaleiros. Ora, ainda que as considerações de Barthélemy não se apliquem adequadamente para um contexto ibérico, face a realidade social diversa sucitada pelo constante conflito no sul, responsável por engendrar uma *sociedade de fronteira*, os valores que este autor descreve são também exaltados na mesma medida pelas elites guerreiras castelhanas.

A *honra* pode ser entendida como o valor de uma pessoa a seus próprios olhos assim como aos dos demais. Explicando melhor, corresponde à estima que o cavaleiro nutre por seu valor e por sua aptidão marcial, bem como ao reconhecimento que a sociedade como um todo lhe confere por estas qualidades. É este reconhecimento dos pares que permite o cavaleiro construir um sentimento de orgulho justo a respeito de sua própria figura. Qualquer ofensa contra sua honra poderia justificar o uso da violência física.¹⁸⁶

Ora, para uma monarquia que se apropria cada vez mais da ética cavaleiresca isto não poderia ser diferente.

Muitas das operações militares descritas na *Crónica de Castilla* são deflagradas para vingar desonras e traições ao monarca perpetradas por seus inimigos. Quando é um de seus vassallos que o desonra, o cavaleiro é *echado de la tierra*: banido e tem que procurar outras

¹⁸⁵ RODRÍGUEZ-PEÑA SAINZ DE LA MAZA, D. Op. Cit., p. 81.

¹⁸⁶ Idem, Op. Cit., p. 85.

terras e outro senhor para servir. Este é o caso até mesmo para o mais leal dos súditos de Alfonso VI, Rodrigo Díaz de Vivar, o El Cid, que, por inadvertidamente ter quebrado uma promessa que o rei havia selado com seu amigo, o rei mouro de Toledo al-Mamún, cai em desgraça e é forçado a vagar pela *Tierra de moros* roubando e destruindo tudo o que podia para reaver a confiança de seu senhor. Só depois de muitos meses combatendo diariamente, destruindo plantações, capturando fortificações e matando mouros em nome de seu suserano, que El Cid é perdoado e aceito de volta em seus serviços.¹⁸⁷

A melhor maneira de se tornar honrado era atingindo grandes proezas militares, se lançando nas batalhas com bravura e alcançando o sucesso mesmo contra muitas adversidades. Ora, a Península Ibérica, em sua realidade de conflito permanente acabava configurando um palco privilegiado para a busca da honra, ao que todos reis da *Crónica de Castilla* se dedicaram. Do outro lado, são a derrota, a covardia e o arдил os responsáveis pela desonra e pela infâmia, máculas no prestígio do cavaleiro que deveriam ser sanitizadas a qualquer custo.¹⁸⁸

Ainda na questão da representação cavaleiresca da monarquia, podemos esmiuçar a forma como o rei é colocado como protagonista da narração bélica.

Já vimos anteriormente que, na evolução da historiografia medieval, as histórias dos reinos foram tomando a forma de uma narração seriada dos principais acontecimentos do reino numa sucessão ininterrupta de senhorios. Neste movimento, a biografias dos monarcas vão paulatinamente se confundindo com a história do reino. Esse processo de personalização do relato histórico nas figuras dos reis constituiu uma das estratégias discursivas mais habilmente empregadas pela historiografia alfonsina para firmar a superioridade do poder régio e seguiu sendo utilizada na *Crónica de Castilla*. Os reis continuam sendo os principais motores da história e por vezes é deixada inclusive a impressão de que é o monarca sozinho quem protagoniza as proezas militares no campo de batalha, visto a abundância do uso da terceira pessoa do singular na narração: *les ferío muy reziamente, mató muchos y presó otros tantos*.

Certamente as crônicas exageram o quanto os reis participavam ativamente das batalhas e o quanto eles se expunham ao perigo, combatendo nas linhas de frente, visto os grandes riscos a pessoa régia e, por conseguinte, à integridade política e administrativa do reino no caso da morte do monarca. Um grande exemplo de como esse problema da superexposição ao perigo era real é a morte do rei aragonês Pedro o Católico, abatido em

¹⁸⁷ CC, 30 verso a – 40 rosto b.

¹⁸⁸ RODRÍGUEZ-PEÑA SAINZ DE LA MAZA, D. Op. Cit., p. 85 – 86.

combate em 1213 por estar numa posição muito avançada no campo de batalha. Seu reino acabou sendo lançado numa crise política de graves consequências.

Mesmo assim, para construir a imagem de uma monarquia aguerrida, que não teme o perigo e que anseia pelo sangue dos mouros a todo momento, a *Crónica de Castilla* se ocupa longamente em descrever, muitas vezes com riqueza de detalhes, as operações militares e o fazer da guerra em Castela e Leão.

3.2.3 O fazer da guerra na *Crónica de Castilla*

A *Crónica de Castilla* deixa bastante perceptível que, como em outras partes de Europa, os líderes militares hispânicos não empregaram estratégias de confronto direto de forma sistemática. Eles preferiam táticas de confronto indireto, que eram mais eficientes para os meios limitados dos quais dispunham. Estas consistiam em operações de assédio¹⁸⁹ temporárias que visavam enfraquecer continuamente as bases econômicas, militares, políticas e psicológicas de seus adversários e são narradas corriqueiramente na *Crónica*, cada relato de cada monarca conta com dezenas de descrições de operações de assédio. Tratados castelhano-leoneses referem-se a tal modalidade de combate como *guerra ligera*, *guerra de passada* ou *guerra guerriada*.¹⁹⁰

Baseavam-se em incursões de devastação de tamanho, alcance, duração e intensidade variáveis. As mais comuns, chamadas na fonte de *correduras* ou *cavalgadas*, eram de curto alcance e duração, de um ou dois dias. Pequenos contingentes de cavaleiros em armamento leve adentravam o território inimigo, preferencialmente à noite, aproveitando o fator surpresa, e retornando a uma fortificação próxima antes que os defensores pudessem se mobilizar. O propósito dessas operações era atacar alvos específicos, para roubar comida ou gado, matar ou capturar a população, e destruir infraestrutura agrícola e plantações. O butim tinha papel central nas operações, fundamentando tanto seu planejamento quanto seus objetivos.¹⁹¹

Desde os estágios mais remotos da chamada “*Reconquista*”, grandes incursões foram realizadas, guiadas pelo monarca ou por algum grande aristocrata, com forças maiores e penetrando mais fundo no território inimigo, e essas são as mais discutidas na *Crônica*. Sabe-se muito pouco sobre sua organização antes do século XI. Cavaleiros, infantes e arqueiros se concentravam num local fixo, de onde partiam com itinerários planejados com a ajuda de guias moçárabes ou muçulmanos. Para o momento mais remoto da *Crónica*, na primeira

¹⁸⁹ Terminologias para os tipos de operações militares medievais são muito bem esclarecidas em CONTAMINE, Philippe. *La guerre au moyen âge*. Paris: Presses universitaires de France, 1980.

¹⁹⁰ GARCÍA FITZ & MONTEIRO, Op. Cit., p. 66

¹⁹¹ Idem, ibidem.

metade do século XI, D. Fernando I reunia as hostes em Santiago de Compostela, principalmente por motivos espirituais. A expedição era precedida por cerimônias onde o exército e seus estandartes eram benzidos. Na campanha, o comando ficava na mão dos *adalides*, que eram líderes militares com conhecimento e experiência.¹⁹²

As expedições de larga escala, chamadas na fonte de *fonsado*, são usualmente precedidas de jejuns e peregrinações rumo a Santiago de Compostela por parte do monarca que a lidera. Em geral, poucos detalhes são dados na *Crónica* sobre a organização dessas expedições, ficando o enfoque em celebrar os resultados materiais de cada incursão, relatando enormes ganhos em gado aprisionado, ouro e cativos. Comparada com outras formas do guerrear medieval, as cavalgadas são relativamente pouco esmiuçadas na *Crónica*. Isso, contudo, certamente não se dá por sua escassez. Muito pelo contrário, o motivo parece ser o caráter cotidiano e frequente de tais atividades. Resultaria relatar todas as instâncias nas quais os monarcas organizaram incursões de assédio, sendo assim, os cronistas se dedicaram apenas àquelas que consideraram especiais na grandeza dos saques, na extensão dos danos causados, ou na função edificante da narrativa que está construindo, servindo por vezes como etapa de desenvolvimento de determinados personagens.

Os cristãos desenvolveram, também, mecanismos de resposta às incursões muçulmanas. Quando uma incursão era detectada, os defensores observavam a movimentação de uma distância segura. Se houvesse tempo, a população fugia para fortificações. Tropas defensivas locais, chamadas *apellido*, eram efetivas contra ataques menores. No caso de incursões grandes, preparavam emboscadas (*çeladas*) em pequenos grupos, enquanto uma força maior era organizada para interceptar o inimigo durante sua retirada, uma vez que um exército carregando saques se movia mais lentamente. Era conveniente bloqueá-los nas passagens de colinas. A perseguição podia, contudo, terminar em combate frontal.¹⁹³ A *Crónica*, a princípio, tende a relatar pouco tais mobilizações de caráter defensivo, muito pelo momento histórico de enfraquecimento bélico de al-Andalus nos séculos iniciais dos quais a fonte se ocupa. Realidade que muda sensivelmente, mas por curtos períodos, com a chegada dos Almorávidas, em 1086, e dos Almóadas, em 1147. Novamente, o protagonista de tais operações, quando não o próprio monarca, é El Cid, retratado como eficiente defensor das fronteiras do reino, responsável por interromper ou impedir incursões muçulmanas em suas terras e nas terras de seus correligionários.

¹⁹² GARCÍA FITZ & MONTEIRO. Op. Cit., 2018, p. 66 – 67.

¹⁹³ Idem, p. 67.

Crônicas e tratados militares permitem rastrear o desenvolvimento dessas incursões de longo alcance. Eram operações temporárias, de no máximo 45 dias. Tropas reais, exércitos de nobres, milícias urbanas e Ordens Militares integravam as forças que poderiam somar alguns milhares de homens. Entre os contingentes, podiam haver pastores, responsáveis por transportar o gado apresado, guardiães de espólios e cativos (*guardadores*), equipes de cuidados médicos (*físicos, maestros de las llagas*) e clérigos. Os líderes militares continuavam a ser os *adalides*, que acompanhavam o rei ou o comandante do exército. Suas operações eram planejadas a partir de informações obtidas por espionagem ou interrogatório de prisioneiros. Eles guiavam o exército buscando por rotas e passagens que oferecessem espaço suficiente para os acampamentos. Sistemas de segurança também ficavam sob sua discricção.¹⁹⁴

A prudência dos líderes, observação cuidadosa do terreno, vigilância à movimentação inimiga e a disciplina das tropas eram considerados fatores essenciais aos bons resultados. O exército em marcha poderia ser dividido, preferencialmente, em quatro colunas de cavaleiros prontos para o combate. O exército era precedido e flanqueado por batedores. A coluna nunca deveria se quebrar, especialmente na travessia de locais acidentados. Durante a marcha, pequenos grupos faziam saídas regulares para garantir as provisões da hoste e multiplicar os efeitos da operação. Se a coluna fosse atacada, recomendava-se que as provisões fossem protegidas no centro, e que fossem evitadas perseguições para que não caíssem na armadilha tradicional da cavalaria leve muçulmana conhecida por *tournafuy*. Em circunstâncias ideais, um exército em retirada poderia dar a volta e entrar no território inimigo de novo.¹⁹⁵

A guerra de assédio, além de seu propósito econômico imediato, tinham objetivos estratégicos de longo prazo. Campanhas importantes foram planejadas para ganhar prestígio e enfraquecer o domínio muçulmano na região. A partir do século XI, incursões foram usadas como meio de extorquir e punir os reinos taifas, bem como uma arma política. Diversas são as menções na *Crónica* a tréguas compradas pelos reinos taifas, pagas com prata e ouro, para que as destruições cessassem. Incursões sistemáticas eram lançadas com o objetivo de desestabilizar politicamente os potentados de al-Andalus, abalando a credibilidade dos grupos no poder de serem realmente capazes de proteger seus súditos, e aprofundando muitas crises políticas em curso entre os domínios mouros.¹⁹⁶

¹⁹⁴ GARCÍA FITZ & MONTEIRO. *Opc. Cit.*, 2018, p. 68.

¹⁹⁵ *Idem*, *ibidem*.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 68 – 69.

Nas áreas fronteiriças, a função estratégica das destruições e do assédio estava diretamente ligada à expansão territorial. O dano acumulado de sucessivas incursões neutralizava o potencial ofensivo dos muçulmanos e exauria sua capacidade defensiva, pavimentando o caminho para a anexação definitiva em médio ou longo prazo. A conquista de uma praça, por exemplo, dificilmente poderia acontecer sem uma fase anterior de enfraquecimento, por meio da exaustão de recursos econômicos e da conquista de pontos fortes circundantes.¹⁹⁷ Este é o caso de Toledo, que a fonte cita impressionantes sete anos de destruições para que a cidade se rendesse.¹⁹⁸

Entretanto, a expansão territorial efetiva exigia, necessariamente, o controle de fortalezas. O próprio termo Castela alude à onipresença da guerra nas fronteiras, e da construção de castelos para se proteger de ameaças externas. Dada a inegável superioridade das táticas de defesa sobre as de ataque no período medieval, qualquer grupo numa posição fortificada com muralhas e em terreno mais elevado poderia se defender de atacantes em maior número. Desta forma, os líderes e habitantes de Castela e Leão, tendo de lidar constantemente contra os muçulmanos, outras potestades cristãs e conflitos internos, implementaram a política de construir sistematicamente e manter fortificações. Num nível estratégico, a função de enclaves fortificados não era a de constituir uma barreira, mas a de atrasar ao avanço do inimigo. Só o domínio de cidades assegurava controle estável sobre o território. Ao mesmo tempo, fortalezas eram as bases a partir das quais eram lançadas as operações de assédio e conquista.¹⁹⁹

Essas construções eram tremendamente diversas no que diz respeito a seu posicionamento, seu desenho, aos materiais de sua construção, tamanho e funcionalidade. As construções mais comuns incluem as muralhas urbanas, que serviam para defender e marcar a jurisdição das cidades. As mais antigas eram legado de assentamentos romanos. Contudo, partindo do século XI, novas cidades começaram a ser construídas em regiões esparsamente povoadas, equipadas com muralhas. Mesmo com a progressiva expansão de Castela e Leão rumo ao sul, procurava-se manter intactas as muralhas das cidades conquistadas. Além disso, muitos pequenos vilarejos tinham fortificações, sendo o meio rural frequentemente associado à presença de uma fortaleza. Membros da nobreza, Ordens militares e a Igreja construíam castelos de onde irradiava seu poder senhorial, exercendo domínio político e econômico sobre os territórios sob sua jurisdição. Torres de vigia ou *atalayas* eram erigidas por todo o

¹⁹⁷ GARCÍA FITZ & MONTEIRO. Op. Cit., p. 69.

¹⁹⁸ CC, fólios 41 verso b e 42 rosto a.

¹⁹⁹ GARCÍA FITZ & MONTEIRO. Op. Cit., p. 69 – 79.

território, mas principalmente perto das fronteiras. A importância dessas fortificações era, portanto, não apenas militar, mas também se dava pelas funções administrativas que possuíam, constituindo pontos de desenvolvimento agrícola, mercados e locais de coleta de impostos, os verdadeiros centros de poder da península medieval.²⁰⁰

Havia várias formas de se tomar uma fortaleza. O *furto* consistia num ataque surpresa rápido, realizado por um pequeno grupo de guerreiros experientes que se aproveitava da escuridão da noite, de condições climáticas favoráveis ou do descuido da guarnição para escalar as muralhas e capturar o lugar. Outro método era o do assalto em massa (*por fuerza*), que poderia funcionar em fortificações pequenas, com guarnições reduzidas, mas que era arriscado demais quando atacando uma cidade.²⁰¹ Esses dois métodos, deveras temerários para os grandes contingentes guiados pelos monarcas, eram os favoritos de cavaleiros mais audazes e sedentos por fama, como é fartamente documentado no período em que a *Crónica* acompanha as aventuras de El Cid pela *Tierra de moros*, quando ele cai em desgraça com seu senhor, Alfonso VI.²⁰²

Frequentemente esses meios se mostravam impraticáveis. Os atacantes levantavam então um bloqueio ou *cercos*. Por vezes aconteciam lutas fora das muralhas, mas o objetivo dessa operação era forçar a rendição dos defensores. Para tanto, era necessário isolar fisicamente o lugar, para que a fome, a sede e as doenças inviabilizassem a resistência. O bloqueio efetivo de uma cidade exigia um esforço militar, logístico e técnico considerável. A necessidade de concentrar tantos recursos humanos explica porque muitos cercos eram operações conjuntas de diferentes *potestades*. Garantir os suprimentos das tropas que cercavam era essencial, sendo a inabilidade em garantir a logística necessária o motivo de diversos cercos prolongados acabarem em retirada dos atacantes. Em lugares com grandes guarnições, sortidas executadas pelos defensores também constituíam um perigo constante. Durante um cerco, era indispensável isolar o lugar militarmente, impedindo a chegada de reforços. Via de regra, quando os defensores percebiam que não havia perspectiva da chegada de ajuda externa, iniciavam-se as negociações de rendição, segundo termos razoáveis.²⁰³

A *Crónica de Castilla* é farta em descrições de cercos. Alguns são deflagrados com justificativas vindicantes, apelando para a doutrina da *guerra justa*, como da cidade de Viseu, empreendido pelo rei Fernando I como punição ao abate de seu sogro, muitos anos antes, por uma seta disparada das muralhas da cidade. Observamos descrições de métodos empregados

²⁰⁰ GARCÍA FITZ & MONTEIRO, Op. Cit., 79 – 80.

²⁰¹ Idem, p. 69.

²⁰² CC, fólhos 30 verso b – 40 verso b.

²⁰³ GARCÍA FITZ & MONTEIRO. Op. Cit., p. 69 – 70.

para proteger os atacantes de flechas, prendendo tábuas nos escudos para diminuir o poder de penetração dos projéteis, e da construção de castelos de madeira ao redor da cidade cercada, técnica que potencializava a eficiência do sítio por fortificar as posições de bloqueio dos atacantes, dificultando escaramuças de tropas do interior da cidade ao mesmo tempo que impedia a chegada veloz de um exército de reforço aos defensores. A crônica também cita constantemente o emprego de *engeños*, torres sobre rodas e catapultas e *fondas*.²⁰⁴ No que tange a essas máquinas de cerco, sabe-se muito pouco, já que a terminologia utilizada nas crônicas não evidencia se os engenhos são catapultas, de lançadoras de projéteis, ou trabucos de contrapeso.²⁰⁵

Apesar de sua reputação, os engenhos não costumavam ser decisivos no desfecho de um cerco. Sua qualidade técnica é muito limitada e eram vulneráveis a ataques dos defensores. Autores de tratados militares do período eram céticos quanto a sua eficiência no cerco a cidades, preferindo contar com a fome ou a surpresa. As armas de cerco, porém, aparecem em quase todos os relatos de grandes operações de sítio na *Crónica de Castilla*, o que provavelmente se explica por seus efeitos psicológicos, capazes de aterrorizar os defensores, contribuindo para uma rendição mais rápida.²⁰⁶

Resta por fim discorrer sobre as batalhas campais. Ora, desde as primeiras décadas de confrontos após a conquista islâmica, os exércitos das Astúrias e de Leão procuraram evitar batalhas abertas contra os muçulmanos, preferindo emboscadas e lutas de pequena escala. A partir do século XI, as batalhas tiveram papel secundário nas estratégias de expansão cristãs, visto que as incursões e a captura de fortalezas eram mais eficientes para alcançar um domínio territorial duradouro. Exemplo definitivo desta realidade é o caso de Fernando III, último rei de Castela e Leão do qual a *Crónica* se ocupa – e o mais bem sucedido nas guerras expansionistas contra os muçulmanos – conquistou uma área de mais de 100.000 km² sem jamais ter lutado uma batalha campal.²⁰⁷

É sabido que as batalhas eram muito arriscadas em termos militares e políticos. Vários governantes morreram em combate, gerando consequências desastrosas. Desta forma, as batalhas costumavam se desenrolar como resultado circunstancial de outras ações. Alguns confrontos diretos foram travados para parar o avanço de um exército invasor. Outros ocorreram durante a perseguição a invasores em retirada. No contexto dos cercos, batalhas

²⁰⁴ CC, fólhos 6 verso a – 7 rosto a.

²⁰⁵ GARCÍA FITZ & MONTEIRO. Op. Cit., p. 70.

²⁰⁶ Idem, ibidem.

²⁰⁷ Idem, p. 71.

ocorriam quando reforços chegavam ou quando os defensores saíam para enfrentar os atacantes.²⁰⁸

Apesar dos riscos, os reis entendiam os benefícios de uma vitória em campo aberto. Autores castelhanos reproduziam a máxima antiga de evitar uma batalha e só lutá-la caso seu resultado pudesse decidir uma guerra em definitivo. A ética cavaleiresca, com todas suas representações a respeito do combate frontal, também nutriu essa consciência. Não se deve desprezar, também, o fascínio pelos aspectos litúrgicos em volta das batalhas campais. Por razões práticas e psicológicas, a batalha constituía uma alternativa militar válida para expulsar uma ameaça externa, para eliminar um rival político, como afirmação de legitimidade ou para rapidamente resolver um conflito.²⁰⁹

Este parece ser o uso preferido das descrições de batalhas campais na *Crónica de Castilla*. No mais das vezes, vitórias em batalhas campais são apontadas como o corolário no processo de legitimação de um novo monarca. Tanto no caso de Fernando I, quanto de seu filho, Sancho II, a legitimidade de seu senhorio só é reconhecida por todos os súditos diante de vitórias decisivas em campo aberto contra seus irmãos, também monarcas dos reinos cristãos rivais vizinhos. Pouco se fala sobre os detalhes táticos e estratégicos, com alguma sorte nomeando tal ou qual cavaleiro ficou responsável por coordenar determinada seção do exército, ficando a narrativa mais focada, novamente, nas consequências políticas que a vitória ou a derrota traziam.

Na hora do combate, a escolha do terreno era importante. No campo aberto, as posições visadas eram as que garantiam altitude ou obstáculos naturais, também levando em conta a posição do sol e a direção do vento. Batalhas próximas a muralhas eram comuns, especialmente quando na defensiva. Quando perfilados, os combatentes se preparavam espiritualmente e eram encorajados por discursos dos líderes. Os exércitos eram dispostos numa ordem específica, algo que era considerado crucial. A organização ideal das hostes era formada pela vanguarda, centro, flancos, e retaguarda, posição considerada natural para o rei, devido à segurança que dispunha e à visão elevada que garantia do campo de batalha.²¹⁰

Nem sempre é possível conhecer as táticas usadas em cada batalha. Os exércitos muçulmanos confiavam no assédio à distância através de arqueiros a cavalo, fugas simuladas (*tournafy*) e manobras envolvendo os flancos, ainda que não evitassem combate de proximidade com cavalaria bem equipada e formações compactas de infantaria. Seu uso

²⁰⁸ GARCÍA FITZ & MONTEIRO. Op. Cit., p. 71 – 72.

²⁰⁹ Idem, p. 72.

²¹⁰ Idem, ibidem.

experiente dessas estratégias explica muitas de suas maiores vitórias. Entre os cristãos, há evidência do uso de cavalaria leve à moda moura bem antes do século XI. Após essa data, cavalaria com armadura cada vez mais completa, se lançando contra o inimigo em formações cerradas, preferencialmente portando lança foi prevalente.²¹¹

A unidade tática mais importante era o esquadrão (*acies*, *az*), um retângulo com várias linhas de guerreiros formando uma frente estendida. Os *acies* se comunicavam por mensageiros, sinais sonoros (gritos, trompas e tambores) e sinais visuais (bandeiras e cruzeiros). Soldados a pé (*peones*) subestimados pelos autores medievais, executavam funções táticas essenciais, como defender acampamentos, enfraquecer as linhas inimigas com o lançamento de projéteis (fundeiros e besteiros), e proteger a cavalaria, antes de sua hora de entrar em ação ou entre uma carga e outra. Também poderiam compor formações mistas com os cavaleiros.²¹²

O desfecho de uma batalha campal não era sempre previsível. Por isso os textos de juristas insistem na prudência, na disciplina e na manutenção da formação cerrada, prescrevendo punições severas para os que não acatassem as ordens. Controlar a sanha dos homens pelo saque também era uma preocupação constante, mas que por vezes era impossível de conter, podendo resultar em viradas catastróficas.²¹³

3.3 Representações de uma cavalaria leal

Depois de explorarmos a representação que a monarquia construía de si, convém analisarmos a parte que talvez se configure a mais importante no ponto de vista de construção de uma identidade castelhana e de sustentação de um projeto político de sociedade harmoniosa, fundamentada na cooperação entre a realeza e a nobreza guerreira, que faz a *Crónica de Castilla* despontar como marco de ruptura com o modelo historiográfico alfonsino.

Ora, a figura do cavaleiro é representada sobretudo na pessoa de Dom Rodrigo Díaz de Vivar (1043 – 1099), El Cid *Canpeador*, e apresenta a imagem a de um apoiador fiel de todos os momentos. Certamente a figura da Castela medieval mais conhecida na atualidade e mais presente na cultura popular em geral.²¹⁴ O cavaleiro foi inclusive utilizado pelos

²¹¹ GARCÍA FITZ & MONTEIRO. Op. Cit., p. 72

²¹² Idem, p. 72 – 73.

²¹³ Idem, p. 73.

²¹⁴ Jacques Le Goff, estudando o “imaginário medieval”, chega a afirmar que El Cid é uma das únicas figuras de destaque na Idade Média a ser transmitida aos dias de hoje com sua imagem inalterada, já tendo alcançado um *status* mítico no próprio período em que viveu. LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020 (Coleção de bolso). Opinião um pouco controversa, visto que especialistas no tema

ideólogos da ditadura franquista na Espanha como uma pilastra de sustentação daquele regime.²¹⁵

El Cid sempre está disponível para cavalgar a mando do rei, e de realizar as mais impressionantes proezas militares em seu nome. Quando volta vitorioso, jamais falta em repartir os espólios entre os seus, como também em destinar o quinto devido do butim ao seu suserano.

A imagem que é passada do cavaleiro é a de um amigo do rei, conselheiro de todas as horas, responsável por ouvir suas preocupações e sugerir sempre os melhores cursos de ação. Quando D. Sancho é derrotado em batalha pelos homens de D. Alfonso, ele está lá, não apenas para confortar e dar apoio emocional ao monarca diante da dor da derrota, ele o motiva a aceitar a vontade de Deus e confiar que ela estaria, cedo ou tarde, do seu lado, na perspectiva de retornar à peleja no dia seguinte. Quando seu rei é tomado prisioneiro, El Cid tenta negociar sua soltura. Se não consegue libertá-lo por acordos, parte para o combate e o salva, mesmo diante das mais acachapantes desvantagens.²¹⁶ Em determinado trecho da narrativa, El Cid está cansado do combate e sem uma lança, mas mesmo assim luta sozinho contra treze cavaleiros leoneses para libertar D. Sancho, e os vence, inclusive matando a maioria deles²¹⁷.

É papel dele, também, aproximar o rei de Deus, incentivando D. Fernando a estar sempre a caminho da próxima peregrinação, e não o deixando perder de vista as virtudes

como Diego Catalán e Patricia Rochwert-Zuili afirmam que sua figura foi alterada entre os épicos em verso e a *Crónica de Castilla*.

²¹⁵ ALVARO, Bruno Gonçalves e PRATA, Rafael Costa. Guerras rendilhadas da erudição: um breve panorama dos combates e debates em torno do conceito de reconquista. **SIGNUM-Revista da ABREM**, v. 15, n. 2, p. 104-126, 2014

²¹⁶ CC, fólhos 18 verso b – 19 rosto b.

²¹⁷ Idem, ibidem: *Otro día mañana, estando el rey don Alfonso con su gente seguro, loando de los suyos del bien que Dios les fiziera, llegó el rey don Sancho su hermano muy raiosamente ante que uviassen aper-*^{19r^b}*çebir et firió en la hueste, e priso e mató d'ellos <e> vençieronse los otros. Et fue ende preso el rey don Alfonso en la yglesia de Carrión, que dizen de Santa María, adonde se ençerró. Et dieron tornada buscando su señor, et tan de rezio firieron los castellanos que fue sin guisa.*

Et el rey don Sancho, andando por la batalla, ubiáronlo apartar, e prendieronlo e començáronse de yr con él treze caualleros. Et en esto óuolo de ver el Çid cómo lo leuauan a su señor preso los leoneses, et fue en pos los treze caualleros solo, e non leuaua lança, que se le quebrantara, et alcançóles e díxoles:

—Caualleros, dadme mi señor e yo daruos he el vuestro.

Et ellos conoçieronle en las armas e dixieronle:

—Ruy Díaz, tornadvos en paz e non querades contienda, si non, leuaruos emos preso con él.

Estonçes el Çid, con grand pesar, díxoles:

—Dadme vna lança d'esas vuestras e yo solo, vós treze, tollervos he mi señor, et esto cunpliré yo con la merçed de Dios.

E ellos touieron esto en nada, et porque era vn cauallero solo, diéronle vna lança. Et estonçes combatióssse con ellos muy esforçadamente et de tal guisa que los fue maltrayendo que mató d'ellos los onze e vençió los dos. Et d'esta guisa cobró a su señor el Çid. Et desí tornóse con él para los castellanos, e ovieron con él muy grand plazer. Et fuéronse con él para Burgos et leuaron al rey don Alfonso preso.

cristãs. Tenta dissuadir D. Sancho a despojar D. García de suas terras²¹⁸. Na intransigência do rei, o aconselha a ser piedoso com os outros cristãos e não passá-los no fio da espada ao cabo das batalhas. Quando Alfonso é levado em cativo, intercede por ele com Sancho. Parte de El Cid a alternativa de libertá-lo caso ele promettesse seguir o monacato em Sahagún²¹⁹.

Finalmente, o cavaleiro sabe exatamente sua posição na ordem das coisas. Quando na presença de seus próprios vassallos, dos mouros que lhe pagavam tributos, o cavaleiro não deixa de prestar a devida homenagem à seu senhor, negando a reverência que seus homens fazem menção a prestar-lhe, exigindo em vez disso que mostrassem essa deferência para com o rei, seu superior²²⁰. Quando poderes exteriores à península tentam se impôr sobre Castela, El Cid defende a independência de seu território – e por que não a *castelhanidade*? – e aconselha D. Fernando a não aceitar a sujeição estrangeira, de senhores de além dos Pirineus, afirmando preferir lutar até a morte que se submeter a gente de fora, e indo pessoalmente combatê-los em suas posse na Catalunha²²¹.

3.3.1 A voz dos *fijosdalgo*

Para Patricia Rochwert-Zuili, os episódios que remontam a viagem do Cid e de seus companheiros descrevem uma ascensão, desde a sua genealogia, que aparece na lenda dos juízes de Castela, até a morte do personagem e a evocação de seu destino póstumo. No entanto, esses homens não pareciam predestinados a um futuro glorioso. De fato, a *Crónica* sublinha, no início do seu relato, a ascendência mais jovem de Rodrigo – o filho do último filho de Laín Calvo – bem como a origem bastarda dos seus sobrinhos.

No entanto, na Castela da virada dos séculos XIII e XIV, bastardos e irmãos mais novos viram a sua situação deteriorar-se consideravelmente. Crianças naturais perderam seus direitos em favor de filhos legítimos e a transmissão de propriedade pelo nascimento tornou-se uma prática comum.²²²

Rochwert-Zuili explica que o cronista se inspira no modelo fornecido pelo Cantar de Rodrigo para implantar uma estratégia lexical sutil, designando El Cid e seus companheiros pelo vocábulo *fijosdalgo*, mais frequentemente usado para qualificar os vocábulos *cauallero* e *escudero*, e exaltando com essa palavra o nascimento dos membros do grupo, apesar das discriminações internas que o afetam. Ele age no sentido de reunir esses homens sob um

²¹⁸ CC, fólhos 16 rosto a – 16 verso b.

²¹⁹ Idem, fólhos 19 rosto b e 19 verso a.

²²⁰ Idem, fólhos 10 rosto a e 10 rosto b.

²²¹ Idem, fólhos 10 verso b – 12 rosto b.

²²² ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 33.

critério comum: o estado natural. Para a pesquisadora, é nesse dispositivo semiológico, que a superioridade de Ordoño, o caçula de um bastardo, sobre Diego, o filho mais velho do Conde de Carrión, ganha então seu sentido completo: da natureza ao *status* legítimo e do mais jovem ao mais velho, o cronista opera uma série de mudanças que refletem as aspirações dos que ficaram para trás na aristocracia e lhes dá um vislumbre de uma perspectiva de ascensão social.²²³

A ascensão ao poder dos homens das cidades da qual tratamos na seção dois – facilitada pela “Reconquista” e pelo esforço de povoamento que a acompanhou – remonta ao século XII, quando a cavalaria urbana recebia vários privilégios e estava isenta, nomeadamente, do pagamento de *pechos* (impostos reais diretos). Esses privilégios, que também podiam ser estendidos aos plebeus, foram ratificados e reforçados nos séculos XIII e XIV. Por exemplo, em 1258, as Cortes de Valladolid concederam formalmente aos cavaleiros vilões a isenção da maioria dos impostos diretos. Da mesma forma, em 1293, um privilégio real assimilou cavaleiros vilões aos cavaleiros (*gentis homens*). Em 1295, durante as Cortes de Valladolid, também foi decidido que os homens bons poderiam aceder aos mais altos cargos reais. Finalmente, em 1301, em Burgos, onde a maioria das franquias foram confirmadas, foi proibida a prisão de quem não pagasse o imposto real.²²⁴

A trajetória narrada do Cid é, portanto, um reflexo desse processo de assimilação e promoção de grupos menos privilegiados. Especialmente sintomático desse processo são as reivindicações do Cid para aceitar o perdão de Alfonso VI e retornar ao seu serviço. Nessa ocasião, o Campeador exige do monarca direitos²²⁵ semelhantes aos dos cavaleiros de alto nascimento (*gentis homens*), equiparando-os aos moradores da cidade, grupo do qual ele é representante. Esse episódio ilustra, na escrita do passado realizado pela *Crónica*, a ascensão no presente de corpo nobre onde as divisões hierárquicas tendiam a se confundir. Através do Cid são expressas as ambições de uma aristocracia mediana ou portadora de certa infâmia e as dos homens das cidades que sonhavam em prosperar.²²⁶

²²³ ROCHWERT-ZUILLI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 34.

²²⁴ Idem, parágrafo 37.

²²⁵ CC, fólhos 39 verso b e 40 rosto a: *E el Çid gradeçiòle la merçed que le fazia, mas díxole que nunca vernía a la su merçed si non le otorgase lo que le quería demandar. E él otorgógelo. E el Çid estonçe demandó que otorgase a los fijosdalgo que quando oviese alguno de salyr de la tierra, que ouiese treynta días de plazo, así commo ante avían nueue días, e que non pasase contra ningunt fijosdalgo nin omne çibdadano syn ser oýdo commo deuíta por derecho, nin pasase a las villas nin a los otros lugares contra sus preuillejos nin contra sus buenos vsos, nin les echase pechos ningunos desaforados, sy non, que se le pudiesen alçar toda la tierra por esto fasta que ge lo emendase.*

²²⁶ Idem, parágrafo 38.

No entanto, embora a declaração de Cid soe como um aviso, ela não questiona a autoridade real. O personagem de Rodrigo na *Crónica* não é o homem arrogante e rebelde que encontrado no *Cantar*. Como já mencionado, ele é retratado como um súdito exemplar cuja ascensão não é alcançada à margem do poder real, mas ao seu lado. É notável a insistência do cronista na lealdade inabalável de El Cid a todos aqueles a quem serve, insistência que parece reiterar o que o Código Alfonsino preconizava na Lei 2 do Título 18 da Segunda Partida. Ao final do episódio, El Cid é recuperado à estrutura do governo real, onde o serviço leva não apenas à virtude, mas também parece ser o principal meio de promoção social. Nesse processo, porém, a valorização da excelência cavalheiresca desempenha um papel essencial; ela condiciona a ação desses homens e determina seu sucesso.²²⁷

3.3.2 Excelência cavalheiresca e serviço

Como já vimos, as passagens que relatam os lendários feitos de armas desses valentes cavaleiros pontuam a narrativa da Crónica e ajudam se prestam a edificar aqueles que parecem ser seus principais destinatários.

Para Rochwert-Zuili, as palavras do cronista no relato da batalha entre o Cid e os reis mouros Fariz e Galve²²⁸ são, deste ponto de vista, bastante significativas. A pesquisadora aponta a natureza dupla do comentário, mostrando, por um lado, que a excelência dá acesso à posteridade. Por outro lado, enfatiza que os atos desses cavaleiros estão em perfeita harmonia com as regras de comportamento que a realeza pretende impor. De fato, o cronista repete o que o legislador alfonsino diz na Lei III do Título XXV da *Segunda Partida* sobre homens que morreram durante uma luta em nome de Deus e do seu suserano. Ele defende, portanto, as virtudes do *serviço* ao senhor, que não só carrega cavaleiros no cumprimento de seu dever de trabalhar para o bem, mas também permite que prosperem e difundam sua fama.²²⁹

Também o modelo do "bom cavaleiro", que se estende por toda a história, perpetua os atos exemplares de El Cid e seus homens. As sucessivas lutas entre o grupo de *caualleros fijosdalgo* e representantes da alta nobreza – o conde Martin Gonzalez, os condes criminosos, o conde de Sabóia, o conde de Barcelona e os filhos do conde de Carrión – sublinham então a superioridade do *mérito* sobre o nascimento. A *excelência cavalheiresca* se ergue então como o principal artifício desta nobreza menor, dedicada ao serviço, que anseia atingir os estratos

²²⁷ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafos 39 e 40.

²²⁸ CC, fólho 35 verso a: *Mas conuiene que vos digamos quáles omnes fueron en esta batalla e en esta lid en que tanto bien sse fizo, commo auedes oýdo, pero que commoquier que ellos sson y finados, non es derecho que mueran los nombres de los que bien fazen, ca non lo ternán por razón los que atienden a fazer bien o lo han fecho; ca si se callase, non serían tenudos los buenos de fazer bien.*

²²⁹ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafos 41 a 43.

mais elevados da hierarquia social,²³⁰ e que de fato os atinge, décadas depois da escrita da *Crónica de Castilla*, com a inauguração da dinastia de Trastâmara.²³¹

O apreço e a posteridade desses cavaleiros e bons homens cujas aspirações El Cid carrega baseiam-se, portanto no *mérito* e no *serviço*. Estas são as qualidades que levam o rei de Aragão a pedir a mão de uma das filhas do Campeador em casamento. A ideia que se constrói é de que a excelência cavalheiresca leva à nobreza – e não o caminho inverso – se estendendo a toda a linhagem e se tornando uma marca registrada da família.²³²

3.3.3 Uma cavalaria cristã

No momento da morte, o personagem do Cid adquire uma dimensão superior. Narrada de maneira semelhante à “boa morte” de Fernando I, a morte do Campeador parece ser o coroamento de sua carreira. Todas as etapas que marcam a passagem de um rei pio são descritas com precisão: sua morte é anunciada previamente por São Pedro, que aparece em sonho; sobre seu testamento é relatado incluir seus companheiros de jornadas, os cavaleiros; e finalmente é realizada a administração dos últimos sacramentos, selados com uma oração de encomenda da alma. Este é o modelo de uma cavalaria cristã cuja piedade é exaltada em pé de igualdade com a da realeza. A única diferença significativa é o embalsamamento de seu corpo, o que o permite ser mantido por dez anos sem apodrecer. O corpo de El Cid fica, portanto, exposto aos olhos do mundo como testemunho da recompensa suprema por um caminho exemplar, sob a égide da proteção divina.²³³

De fato, a trajetória de Ruy Días é marcada pela manifestação de vários mensageiros de Deus. É o caso de São Lázaro que lhe aparece durante a sua peregrinação a Santiago de Compostela e que lhe garante a proteção divina ao anunciar os seus futuros sucessos militares,²³⁴ do anjo que se dirige a ele antes da sua partida para o exílio,²³⁵ ou mesmo de São Pedro que anuncia sua morte, quando Valência é assediada pelos almorávidas; e, por fim, seu último sucesso militar, póstumo, é garantido graças à intervenção de Santiago.²³⁶

Rochwert-Zuili entende que é através do Cid que a *Crónica de Castilla* se presta a restaurar a missão religiosa da cavalaria, em sua luta contra os infiéis e sua contribuição para a expansão do Cristianismo. Isso se evidencia conversão de homens que conheceram ou se

²³⁰ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 44.

²³¹ GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Op. Cit., p. 87.

²³² ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafos 48 e 49.

²³³ Idem, parágrafo 50.

²³⁴ CC, fólhos 4 rosto b a 4 verso a.

²³⁵ Idem, fólho 32 rosto b.

²³⁶ Idem, fólho 109 rosto b.

aproximaram de El Cid. Mostra não só que o cavaleiro cumpre plenamente a sua missão, mas também que funda uma verdadeira “linhagem espiritual”. Não é sem propósito que o governador de Rodrigo em Valência seja um judeu convertido, que recebeu o nome de batismo de Gil Diaz, e ficou apavorado com o movimento dos seus restos mortais do Cid quando quis tocar na sua barba.²³⁷

Mesmo depois que seu corpo é enterrado, a memória de El Cid continua a influenciar as ações dos homens de sua linhagem, direcionando-os de volta ao espiritual. Uma evidência é o trecho acrescentado onde D. Sancho VI, o Sábio de Navarra, seu bisneto, renuncia, sob o incentivo do abade que zela pelos restos mortais do seu antepassado e que brandia o sua heráldica, levar para Navarra os despojos que acumulados durante suas campanhas em Castela. Por trás desse discurso perfeitamente estruturado, é possível vislumbrar o modelo real das *Siete Partidas*. Assim, o descendente de Rodrigo perpetua, através da memória de seu ancestral, a palavra régia proclamada no código alfonsino.²³⁸

Para Rochwert-Zuili, a elevação do Cid ao posto de monarca, torna-o uma lenda e o emblema de Castela, uma marca de sua identidade. Este seria o significado da passagem onde é dito que o rei Alfonso X mandou construir uma nova tumba para El Cid e sua esposa. A menção ao panteão para onde o Rei Sábio também transferiu os corpos de dois dos primeiros governantes de Castela e Leão, o conde castelhano Garcia Fernandez e o rei Ramiro de Leão, revela não só as aspirações daqueles que o Cid representa, mas também, segundo a pesquisadora, o sentimento “protonacionalista” que se manifesta no *Crónica*. Através da história de El Cid, herói castelhano por excelência, é a memória de Castela que o cronista procura perpetuar.²³⁹

Estes casos de valorização trazem aos holofotes o crescimento, na comitiva do rei, de uma poderosa aristocracia cavaleiresca que se impõe, tanto pelo seu nascimento, como pela sua competência, e também pela sua dimensão espiritual.

Uma aristocracia que Rochwert-Zuili rastreia como pertencente, particularmente, da região da *Tierra de Campos*, região que se estende por Zamora, Valladolid, Palência e Leão.

3.3.4 A *Tierra de Campos*

Assim como o autor d’O Cantar de Rodrigo, que situa muitos de seus episódios na região de Palência, o cronista faz da *Tierra de Campos* o teatro onde se manifestam os interesses de El Cid e de seus homens. Diversas referências atestam apontam para essa região.

²³⁷ CC, fólio 108 verso b.

²³⁸ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafos 53 e 54.

²³⁹ Idem, parágrafos 55 e 56.

É em Palência que o rei Afonso VI anuncia a Rodrigo que Ximena deseja casar-se com ele,²⁴⁰ é lá que Álvaro Fáñez e Martin Antolinez – amigos e lugares-tenentes do Cid – se encontram com o rei para lhe oferecer o presente em ouro, armas e pérolas que o Campeador lhe envia para obter seu perdão.²⁴¹ É ali que os homens do Cid informam ao rei a afronta cometida pelos filhos do conde de Carrión a suas esposas.²⁴² Da mesma forma, a cidade de Valladolid é o lugar onde se realiza a primeira embaixada de Álvaro Fáñez ao rei e onde os homens de El Cid se encontram com Afonso VI para pedir-lhe que convoque as cortes.²⁴³

Esses indícios não existem nas fontes épicas da *Crónica*, podendo ser um sinal do apego do cronista à *Tierra de Campos*. No entanto, Rochwert-Zuili mostra que há mais sobre essa questão. A maioria dos novos personagens que encontramos no texto são desta região.²⁴⁴

Entre os juízes encarregados de presidir as Cortes de Toledo, durante as quais o Cid, desonrado pelos filhos de Carrión, exige a justiça do Rei Afonso VI, estão alguns membros de famílias pertencentes a uma antiga nobreza, mas secundárias em relação às grandes linhagens como os Lara e os Castro: os Osorio, os Villalobos e os Girón, justamente da Terra de Campos. Ora, no presente de escrita da fonte, membros da família Villalobos aparecem entre os signatários dos atos de Fernando IV e, ao que parece, todos tinham títulos. Essas também eram famílias com as quais a cavalaria urbana da cidade aspirava se aliar. Certas linhagens dessa aristocracia cavaleiresca iriam ter sucesso e, no final do século XIV, viriam a formar as casas da chamada “nova nobreza Trastamarista” que Salvador de Moxó (1969) conceitua. Rochwert-Zuili conclui que a evocação de representantes dessas famílias como detentores de cargos importantes no tribunal atendia às reivindicações tanto de uma nobreza de “segunda categoria”, como às de homens de status inferior em busca de prestígio. Mas esses não são os únicos acréscimos apresentados pela Crônica. Existem vários outros personagens da *Tierra de Campos*.²⁴⁵

Pela evocação desses personagens a *Crónica de Castilla* representa, dessa forma, não apenas a ascensão dos homens das cidades da *Tierra dos Campos*, como também os princípios de um pacto que consagra o renovação do corpo nobre na comitiva real.

No contexto histórico, que cobrimos na segunda seção, vimos que entre os anos de 1296 a 1300, a regente Maria de Molina encontrou precisamente na *Tierra de Campos* o valioso apoio da cavalaria urbana e da burguesia. Tudo se desenrolou em torno de Palência,

²⁴⁰ CC, fólhos 3 rosto a e 3 rosto b.

²⁴¹ Idem, fólho 74 verso b.

²⁴² Idem, fólho 89 rosto b.

²⁴³ Idem, ibidem.

²⁴⁴ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 60.

²⁴⁵ Idem, parágrafos 61 a 65.

onde a regente conseguiu manter a cidade, cobiçada por Alfonso de la Cerda e seus partidários, graças ao apoio de um grupo de cavaleiros e *omnes buenos* liderados por um certo Alfonso Martinez. Se Maria de Molina e o filho puderam contar com estes homens, foi precisamente porque, negociando com eles, lhes concederam vários privilégios. Foi em Valladolid, durante as Cortes de 1295, que Fernando IV foi oficialmente reconhecido como herdeiro da coroa. Em 1299, foi também aí que se decidiu aumentar o número de alcaides e notários do rei, cargos atribuídos aos cavaleiros e aos *omnes buenos* das cidades.²⁴⁶

Esse mesmo Alfonso Martinez que carregava, em 1300, o título de alcaide do rei e devia tudo à regente e ao filho dela, era um desses homens. Seu destino, todavia, viria novamente a ser relacionado com o do Cid num falso testamento que Georges Martin data do início do século XV, e revela o apreço da cavalaria municipal ao imaginário cidiano e, em particular, aos filhos do Cid, cuja presença cultural em Palência é indiscutível. É a partir de mais esses indícios que Rochwert-Zuili crê que os autores da *Crónica de Castilla* também tinham vínculos estreitos com o Concelho de Palência, ou pelo menos, que conheciam seus principais representantes e sabiam dos eventos ocorridos na virada dos séculos XIII e XIV.²⁴⁷

De toda forma, aquela região, onde a rainha costumava ficar, foi o lugar privilegiado de encontro entre a realeza e os homens das cidades, onde haviam selado a sua aliança. É o que provavelmente também explica a importância dada, na história, a outro ator: as mulheres em posições de poder.²⁴⁸

3.4 Representações das rainhas: mulheres de bom entendimento

A historiografia alfonsina dá muitos exemplos de mulheres que desempenharam um papel político importante junto aos reis, especialmente como conselheiras, mas a *Crónica de Castilla* apresenta a versão mais acabada desse modelo.

Rochwert-Zuili, certamente por ser ela própria mulher, chama a atenção aos demais pesquisadores à “linhagem” simbólica de mulheres exemplares que a *Crónica* nos apresenta. Da primeira rainha da narrativa, D. Sancha, esposa de Fernando I, a última, D. Berenguela de Castela, mãe de Fernando III, o cronista as descreve a todas como dotadas de uma qualidade imprescindível, o *buen entendimiento*, que justifica plenamente sua ação. Este último é exercido em duas áreas: primeiro no aconselhamento aos maridos, irmãos e filhos, e segundo na mediação entre o temporal e o espiritual. Somos, portanto, lembrados de que foi por

²⁴⁶ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 67.

²⁴⁷ Idem, parágrafo 68.

²⁴⁸ Idem, parágrafo 69.

conselho de Sancha que Fernando I mandou construir o Panteão de Leão.²⁴⁹ Quando o rei morre, a rainha dedica o resto dos seus dias aos cuidados *de las biudas e de los huérffanos que eran d'ella aconsejados*.²⁵⁰ Da mesma forma, somos informados de que Eleanor, esposa de Alfonso VIII, esteve na origem da construção do mosteiro de Las Huelgas Reales de Burgos. Essas informações, com paralelos em outras crônicas da historiografia alfonsina, certamente não são novas, mas se dão em uma série que permite ao cronista destacar a ação exemplar dessas mulheres e ampliá-la.²⁵¹

Outras personagens femininas, ainda que não sejam rainhas, também adquirem um papel importante na narrativa. É o caso de Ximena, que zela pela salvação da alma de El Cid e pela perpetuação de sua memória; de *doña* Sol, que educa seu sobrinho Garsias Ramirez e o aconselha ao longo de seu reinado; ou de Berenguela de Castela, sendo a *Crónica de Castilla* a única fonte que nos mostra sua piedade por seu pior inimigo, o conde Álvaro Nuñez de Lara, que ela sepultou dignamente, cobrindo seu caixão com uma folha de ouro.²⁵² A Infanta Urraca, também, além de ter intercedido diversas vezes pelo bem estar de Alfonso VI, é a principal assessora do irmão, a quem ele manda chamar assim que chega do exílio para assumir o trono.²⁵³

Por trás dessas mulheres, sem dúvida paira a sombra de Maria de Molina. A regente era ela própria da Terra dos Campos. Sua mãe, Doña Mayor, vinha de uma família poderosa – os Téllez de Meneses – que se instalou na região no início do século X. Entre os antepassados de Maria de Molina estava don Tello Téllez de Meneses (1170-1246), que foi bispo de Palência e fundou a primeira universidade da península. Na época da composição da *Crónica de Castilla*, a sé episcopal de Palência era ocupada por outro parente da regente, seu sobrinho don Álvaro Carrillo. Além disso, Maria de Molina residia regularmente no seu palácio em Valladolid perto do qual tinha ordenado, desde 1282, com o acordo do bispo de Palência, a construção do mosteiro de las Huelgas, destinado a acolher a comunidade das abadessas cistercienses cujo convento fora queimado para ser transformado num panteão real como o de Burgos – isto segundo as palavras da Rainha em seu segundo testamento, datado em 29 de junho de 1321.²⁵⁴

Seria isso um indicativo de que na virada do século XIII para o XIV a escola da catedral de Toledo não era mais o centro de produção documental privilegiado da realeza?

²⁴⁹ CC, fólho 9 rosto b.

²⁵⁰ Idem, fólho 14 verso b.

²⁵¹ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 71.

²⁵² Idem, parágrafo 72.

²⁵³ CC, fólho 27 verso b.

²⁵⁴ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 73,

Rochwert-Zuili insiste que muito pelo contrário, uma vez que o sucessor de Gonzalve Pérez Gudiel,²⁵⁵ seu sobrinho Gonzalve Diaz Palomeque, também era muito próximo da realeza. Ele havia contribuído diretamente para a afirmação e legitimidade do jovem Fernando IV, intercedendo com sucesso por sua causa junto ao papa Bonifácio VIII, para a obtenção da dispensa papal que legalizou, postumamente, o casamento de Sancho IV e Maria de Molina.

Além disso, outra pista presente no texto poderia indicar que a *Crónica de Castilla* teria sido composta em Toledo ou nas redondezas.

A precisão com que o texto localiza a Laguna do Douro, situada sete quilômetros ao sul de Valladolid, mostra que o cronista conhece muito bem a *Tierra de Campos*, mas localiza a composição da Crônica ao sul daquela região. Esse elemento, confrontado com o modelo oferecido pelo texto, revela, portanto, se não a escolha de um novo lugar para a composição da obra historiográfica, pelo menos a emergência, na narrativa, da voz dos autores cujas ambições, voltadas para a *Tierra dos Campos*, se expressam abertamente. No entanto, é também lá que a regente parece querer registrar a legitimidade da sua ação e da dos seus descendentes. Na segunda regência de Maria de Molina, durante a menoridade de seu neto, ela também treinará, naquelas partes, Ferrand Sanchez de Valladolid, futuro grande notário do rei e responsável pela composição da Crônica de Três Reis e da Crônica de Alfonso XI.²⁵⁶

Embora seja difícil determinar a identidade da pessoa ou pessoas que compuseram a Crônica, Rochwert-Zuili distingue o perfil de duas famílias da cavalaria toledana que poderiam ter realizado essa tarefa: os Garcia de Toledo e os Gomez.

Alguns membros da primeira linhagem sim fizeram carreira na *Tierra dos Campos* e outros presenciaram a promoção de seus pares nesta região. Gomez Garcia foi abade de Valladolid e conselheiro de Sancho IV. Seu irmão Juan foi o Grande Alguazil de Toledo e o Grande Escriturário de Castela. Ele também recebeu concessões de Sancho na região de Talavera. Diego, filho de Juan, era um dos parentes do rei Fernando IV. Exerceu importantes responsabilidades administrativas e militares – foi nomeadamente Grande Chanceler do Selo do Sigilo e Grande Almirante do Mar. Em julho de 1302, confirmou os privilégios e franquias que Sancho IV e seu filho haviam concedido ao conselho municipal de Palência.²⁵⁷

O principal representante da segunda linhagem, Ferrand Gomez, iniciou sua carreira em 1295. Ele foi primeiro Grão-Notário do Reino de Toledo, depois Chanceler e Grão-camareiro de Fernando IV. Seu irmão, Gutierre Gomez, sucedeu a Gonzalve Diaz Palomeque

²⁵⁵ Arcebispo de Toledo que fora grande apoiador de Sancho IV.

²⁵⁶ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 76.

²⁵⁷ Idem, parágrafo 78.

e foi nomeado arcebispo de Toledo em 1311. Como mostram duas cartas de 27 e 28 de setembro de 1300, ele fazia parte do capítulo de Toledo na época da composição da *Crónica de Castilla*.²⁵⁸ Certamente, na virada dos séculos XIII e XIV havia no capítulo da catedral de Toledo homens capazes de conceber e promover o modelo de alianças que a regente havia exercido com os homens das cidades da Terra de Campos. Contudo, não é possível apontar precisamente quem. De toda maneira, é entre homens com tais carreiras, que se encontram os responsáveis pela escrita da *Crónica de Castilla*.²⁵⁹

Resultante do encontro entre uma regente e cavaleiros e bons homens das cidades, a *Crónica de Castilla* mostra, portanto, sinais de estreita colaboração. Com o objetivo de consolidar, por um lado, o lugar que esses homens haviam adquirido na realeza e dentro do reino, celebra, por outro lado, o esforço de uma rainha-mãe trabalhando para legitimar e fortalecer o poder de seu filho. Assim, ela representa, ao longo da história dos primeiros reis de Castela, uma “linhagem” de mulheres exemplares que contribuíram para a coroação de seus filhos, irmãos ou sobrinhos, e que os apoiaram no exercício do poder. Essa dimensão de linhagem, que emerge claramente na obra, é um dos principais elementos da propaganda moliniana, como Ferrand Sanchez de Valladolid compreendia perfeitamente e colocara em prática ao falar de Maria de Molina em sua *Crónica de los reyes de Castilla*. (83)

Assim, como sua avó Berenguela, que morando perto de Santo Isidoro de Leão encomendou uma crônica a um monge leonês, Maria de Molina, profundamente ligada à *Tierra de Campos* confiou a composição da *Crónica de Castilla* a um clérigo de uma família de cavaleiros urbanos para celebrar, profícua união da realeza e dos homens das vilas daquela região.

Em suma, Rochwert-Zuili conclui que a *Crónica de Castilla* é a primeira obra²⁶⁰ em que possível assinalar detalhadamente a presença e influência da regente, trazendo em si as três características principais da sua política de produção simbólica: a *castelhanidade*, destinada a fundar a identidade linguística e de linhagem da realeza, a afirmação da dimensão espiritual da realeza – área especialmente reservada às mulheres – e, por fim, a união ideal da realeza com uma cavalaria de atributos redefinidos, marcada pela valorização do *serviço*. Da parceria entre a rainha e a cavalaria urbana nasce uma nova forma de conceber e escrever a história castelhana, que agora afirma a representação de uma monarquia “aristocrática” ou “cavalheiresca”.

²⁵⁸ ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Op. Cit., parágrafo 79.

²⁵⁹ Idem, parágrafos 80 – 82.

²⁶⁰ Para a autora, além das já citadas crônicas do notário Ferrand Sánchez de Valladolid, se assemelhariam com a *Crónica de Castilla* a Crônica Particular de São Fernando e o Livro do Cavaleiro Zifar.

3.5 Considerações parciais

Ao cabo desta breve análise, parece se estabelecer, com essas representações produzidas na *Crónica de Castilla*, um projeto de sociedade cristã, tipicamente castelhana, onde reina a ordem, e cada peça da máquina sabe seu devido lugar para que todo o sistema funcione em harmonia, para o bem do conjunto. **O rei é a cabeça, o primo inter pares, apoiado por seus condes e cavaleiros, cujo domínio é desejado e aprovado por Deus.** Quando esta ordem é perturbada, como quando o direito de herança, por exemplo, é lesado, o reino é punido divinamente, seja numa guerra fratricida que atenta contra toda a moralidade cristã que vem sendo construída, seja com desastres externos.

De uso eminentemente pedagógico, a *Crónica de Castilla* forneceu às gerações de aristocratas seguintes um modelo de como agir e como se portar, indicando a cavaleiros e infantas régias os comportamentos e valores dignos de serem perseguidos, tudo isso enquanto justificava as distinções sociais e as relações de poder vigentes na península.

Contudo, em todo processo de significação identitária, essa construção simbólica só é praticável em oposição a um modelo antagônico, ao contrário do qual a identidade se estrutura negativamente. Isto é dizer que identidade e alteridade são processos de significação necessariamente relacionados, imbricados.²⁶¹

Assim sendo, compete a este trabalho analisar agora a forma como a *Crónica de Castilla* representou o Outro, marginal, subalternizado, que é retratado como oposto àquela monarquia cavaleiresca e àquela cavalaria leal. Embora ocupem um espaço reduzido na narrativa, os mouros são parte indissociável dessa construção simbólica e que passou despercebida por vários pesquisadores que discutiram a fonte.

²⁶¹ SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 91 – 129.

4. *Que nos syruamos d'ellos*: representações de alteridade e construção do lugar social do mouro

4.1 Considerações para o estudo da alteridade

Tendo discorrido sobre a forma de produção do *corpus* documental das crônicas em Castela e Leão, observado as técnicas empregadas nestas obras como meio de sustentação simbólica de um projeto político de sociedade cristã e castelhana e analisado as representações que as classes dominantes naquele reino cunharam para si, num esforço ativo de constituir uma “castelhanidade,” convém agora nos debruçarmos sobre a maneira como essas elites letradas representaram o *Outro* muçulmano que habitava no sul – e também dentro de suas fronteiras.

Os mouros, como já pincelamos na segunda seção, costumam ser representados nas crônicas castelhanas de fins do século XIII e início do século XIV como coadjuvantes em toda a história, sendo mencionados apenas em função do desenvolvimento do enredo que se conta sobre os reis, régios protagonistas da História segundo a tradição alfonsina, e sobre os cavaleiros, seguindo as concessões apresentadas na *Crónica de Castilla*.

Para entender os motivos por trás desta tópica, a contribuição de Said é particularmente valiosa.

Discutindo sobre a identificação dos povos, processo amparado por uma compreensão geográfica e imaginativa do mundo, Said considera que todas as coisas na história, assim como a própria história, são criadas pelos homens, e é muito possível, e até comum, que a muitos objetos, lugares ou épocas sejam atribuídos papéis e significados que só vêm a adquirir uma validade objetiva depois dessas atribuições serem realizadas:

É perfeitamente possível argumentar que alguns objetos distintivos são criados pela mente, e que esses objetos, embora pareçam ter existência objetiva, possuem apenas uma realidade ficcional. Um grupo de pessoas vivendo em alguns acres de terra estabelecerá fronteiras entre a sua terra e seus arredores imediatos e o território mais além, a que dão o nome de "a terra dos bárbaros". Em outras palavras, essa prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é "o nosso", e um espaço não familiar além do "nosso", que é "o deles", é um modo de fazer distinções geográficas que pode ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra "arbitrário" neste ponto, porque a geografia imaginativa da variedade "nossa terra-terra bárbara" não requer que os bárbaros reconheçam a distinção [...] "eles" se tornam "eles" de acordo com as [nossas] demarcações [...]. Numa certa medida, as sociedades modernas e primitivas parecem obter a percepção de suas identidades de modo negativo [...] As fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de maneiras previsíveis. Mas o modo como alguém se sente não estrangeiro com frequência se baseia numa ideia muito pouco rigorosa do que existe "lá fora", para além do território conhecido (SAID, 2007, p. 91).

Essa ideia pouco rigorosa do que existe lá fora, sobretudo no tocante ao Oriente e ao Islã, é observada desde os primórdios da Europa, quando o Oriente já era um conceito fabricado, no sentido de ser algo a mais que aquilo que se conhecia empiricamente a seu respeito. Nesta representação, dois aspectos principais distinguem o Oriente e o Ocidente, e se mantêm temas essenciais da geografia imaginativa europeia: a Europa é poderosa e articulada; enquanto a Ásia é derrotada e distante; também o Oriente aparece como perigoso, sendo a racionalidade ocidental solapada por excessos orientais²⁶². No lugar de racionalidade, para a Idade Média, sugerimos que se leia virtude ou ortodoxia religiosa.

Para Said, pelas lentes ocidentais através das quais o oriente é normalmente observado, tende-se a parar de julgar as coisas como totalmente novas ou conhecidas, surgindo uma zona mediana de conhecimento, que permite que se vejam coisas novas como versões alternativas de algo já visto previamente. Essa categoria mediana consiste num método de *controlar e domesticar* o que parece ser uma ameaça. Se a mente precisa lidar com uma experiência de vida radicalmente nova, como foi o caso da reação europeia com o advento do Islã, a resposta tende a ser conservadora e defensiva. Neste mecanismo, o Islã é julgado como uma nova versão fraudulenta de experiência autêntica e anterior, que é a do cristianismo.²⁶³

No que diz respeito ao Islã, o medo europeu não era exatamente infundado, frente à pujança de suas conquistas, e, em nosso contexto particular, da presença constante desse *Outro* a poucos quilômetros ao sul, de onde partia de tempos em tempos para realizar suas expedições de assédio e rapinas. Seu avanço extraordinário em poucas décadas encontrou, a princípio, apenas temor como reação por parte da Europa. Os autores cristãos que se ocuparam de descrever a conquista islâmica a explicaram como um verdadeiro flagelo divino.

Os primeiros anos da repentina e imparável conquista islâmica – que em poucas décadas extinguiu e assimilou o longo e poderoso Império Sassânida, da Pérsia, que conquistou a maior parte do Império Romano do Oriente e que unificou sob um mesmo sistema político uma região tão extensa que ia, no século VIII, da península ibérica e norte da África ao Punjab, na Índia, estabelecendo um Império sem paralelos em toda a História – foi interpretada pelos cristãos do período como um acontecimento sem dúvida sobrenatural,²⁶⁴ e assim tentaram explicá-lo de segundo sua teologia da história e suas concepções cristológicas de mundo.

²⁶² SAID, Op. Cit., p. 93 – 95.

²⁶³ Idem, p. 95 – 97.

²⁶⁴ BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no Ocidente**. Editorial Presença, 1999, p. 200 – 201.

Com o tempo, a civilização ocidental como um todo *incorporou* esse perigo e o conhecimento a seu respeito como um aspecto fundamental de sua vida. Este fato é ainda mais notável na península ibérica, onde o contato e o intercâmbio com os muçulmanos eram cotidianos. À altura do advento do *Orientalismo* moderno, que Said examina, a imagem corrente do Islã era uma versão necessariamente *diminuída* daquele pavor, domesticada ao público ocidental e tornada menos temível.²⁶⁵

Said pondera que esse processo de domesticação de uma realidade exótica é comum entre todas as culturas, e não representa uma atitude especialmente repreensível. Contudo, qualquer europeu pensou e vivenciou o Oriente através dessa operação mental, que limita o vocabulário e o imaginário possíveis. A recepção do Islã no Ocidente é um exemplo desse processo. Os pensadores cristãos que tentaram compreender o Islã já partiam de um referencial limitado: como Cristo era a base de seu credo, realizaram a analogia mecânica, arbitrária e totalmente incorreta, de que Muhammad representava para a nova religião o mesmo que Cristo representava para a deles. Desta confusão surge a polêmica pecha de "maometismo" imposta ao Islã, bem como a alcunha de "impostor", aplicada ao Profeta. Do conjunto dessas concepções errôneas, forma-se um círculo vicioso que, Said argumenta, jamais foi quebrado de fato. O conceito cristão do Islã era integral e autossuficiente, não dependia de corroboração empírica porque já fazia sentido dentro do universo simbólico e imaginativo dos cristãos. Esta caricatura medieval do Islã – assim como o Orientalismo moderno, em seu devido momento – tem muito mais a função de representar o credo muçulmano de modo que faça sentido para o cristão medieval, do que representá-lo em si mesmo, na forma em que ele realmente se apresentava.²⁶⁶

Norman Daniel concorda com esta proposição sobre o caráter antiempírico da imagem ocidental do Oriente. Para ele:

A tendência invariável a desconsiderar o que o Alcorão queria dizer, ou o que os muçulmanos achavam que o Alcorão queria dizer, ou o que os muçulmanos achavam ou faziam em quaisquer circunstâncias, implica necessariamente que a doutrina corânica e outras doutrinas islâmicas fossem apresentadas numa forma que convenceria os cristãos; e formas cada vez mais extravagantes teriam uma chance de aceitação, quanto maior fosse a distância dos escritores e do público em relação à fronteira islâmica. Foi com relutância muito grande que aquilo em que os muçulmanos diziam acreditar foi aceito com aquilo que eles realmente acreditavam. Havia uma imagem cristã em que os detalhes (mesmo sob pressão dos fatos) foram abandonados o menos possível, e em que o contorno geral nunca foi abandonado (DANIEL, apud SAID, Op. Cit., p. 99).

²⁶⁵ SAID, Op. Cit. 96 – 97.

²⁶⁶ Idem, p. 98 – 99.

Essa imagem cristã do Islã ganhou corpo durante toda a Idade Média através de diversas produções simbólicas, seja por poesia, controvérsia erudita ou superstição popular. Sobre a figura de Muhammad, amontoa-se um feixe de atributos pejorativos para combinar, dentro desta formação discursiva, com o status de "impostor". Era visto, assim, além de disseminador de uma falsa Revelação, como um homem lascivo, devasso, sodomita, além de uma série de outras formas de "traições" condizentes nas representações do período com a lógica do que seria sua "impostura" doutrinária. Em séculos de Orientalismo, o Oriente adquire representações que são cada vez mais congruentes com as necessidades ocidentais²⁶⁷.

Contudo, como Said aponta e como mencionamos na introdução desta dissertação, esse discurso não surgiu pronto, foi constituído historicamente²⁶⁸ em diálogo com outras formas discursivas aparentadas e mais antigas, se modificando com o passar dos séculos, com as mudanças de espaços de produção e das conjunturas sob as quais foi sendo cunhado.

Seguindo a proposta metodológica da *formação estratégica* formulada por Said e explicada na introdução deste trabalho, que visa analisar o modo como grupos, tipos e gêneros textuais adquirem peso e poder referencial entre si, impactando a cultura em geral, é imprescindível entender a ampla intertextualidade que gestou as representações históricas do Islã e que culminou, ao cabo do século XIII, nas influências mobilizadas na *Crónica de Castilla*.

Contudo, diante da enormidade do corpo documental disponível sobre o tema, torna-se impraticável analisá-lo extensivamente no curto espaço de um capítulo de dissertação. Assim sendo, nos apoiaremos bastante no grande panorama que John Tolan apresenta em seu livro *Saracens* (2002), no qual estuda o desenvolvimento das representações produzidas por escritores cristãos de diversas origens sobre os árabes e sua religião, desde as primeiras conquistas, imediatamente posteriores à Hégira e contemporâneas à liderança do Profeta, até os finais da Idade Média e à minguada do poder islâmico no Ocidente – período no qual a *Crónica de Castilla* é escrita.

Portanto, em virtude do escopo e da minúcia do trabalho apresentado por Tolan, acreditamos ser viável empreender o levantamento de fontes requerido pela *formação estratégica* nos amparando nas inúmeras contribuições que o autor traz sobre o tema das representações do Islã, que a partir de agora citaremos extensivamente.

²⁶⁷ SAID, Op. Cit., p. 100 – 102.

²⁶⁸ ORLANDI, Op. Cit., p. 25 – 53.

3.2 Representações do Islã: dos testemunhos das primeiras conquistas à historiografia alfonsina

Nos primeiros anos das conquistas árabes na Síria e no Levante, os cristãos melquitas²⁶⁹ demonstraram certa ambivalência sobre a conquista islâmica. Alguns se sentiram salvos do despotismo e da “heresia” da igreja bizantina. Já em Constantinopla, os bizantinos entenderam a chegada dos árabes como um flagelo que punia a Igreja pela heresia dos monofisitas. Outros atribuíram a chegada dos “filhos de Ismael” como punição por pecados de natureza sexual. Mas, em geral, os cristãos do Oriente acreditaram que o arrependimento daqueles em falta seria o suficiente para fazer os sarracenos partirem. Com o passar do tempo, tornou-se claro que os novos conquistadores não iriam embora e, diante de suas afirmações de poder, os primeiros cristãos a lidar com as conquistas árabes começaram a entender o Islã como um rival religioso de peso, tentando defini-lo de acordo com termos da cosmologia cristã.²⁷⁰

Alguns autores buscaram a explicação no Apocalipse, vendo a ascensão do Islã e a conversão de muitos cristãos a esta, como a religião do Anticristo e como um sinal do fim dos tempos. Outros definiram a nova religião como heresia, proveniente de um falseamento do cristianismo. Na tentativa de parar as conversões, os pensadores cristãos do oriente empreenderam uma campanha de difamação da nova fé, lançando mão de arcabouços discursivos já utilizados para criticar as heresias. Alguns provocaram os muçulmanos publicamente, atacando o Islã e o Profeta com esperanças de se tornarem novos mártires. Suas histórias foram usadas pelos hagiógrafos como argumento para fortalecer a moral dos cristãos.²⁷¹

Todos esses autores tiveram dificuldades em responder perguntas óbvias, tais como: por que Deus permitiria aos muçulmanos conquistar e manter sob seu domínio territórios tão extensos, reduzindo os cristãos ao status de protegidos? Deus preferia o Islã? Ora, essa foi a conclusão a que muitos convertidos chegaram. Os que se mantiveram firmes na fé mais antiga precisaram adaptar conceitos da teologia e da historiografia cristã para explicar o fenômeno do Islã para seus leitores.²⁷²

Historiadores modernos reconhecem as conquistas islâmicas como um divisor de águas da história mundial, mas para os cristãos do oriente isso não estava tão claro. Para

²⁶⁹ Grupos cristãos ortodoxos de rito bizantino originários do Oriente Médio.

²⁷⁰ TOLAN, John Victor. **Saracens: Islam in the medieval European imagination**. Columbia University Press, 2002, p. 40 – 41.

²⁷¹ Idem, p. 41.

²⁷² Idem, ibidem.

Constantinopla, essas novas invasões devem ter parecido com tantas outras que já haviam testemunhado ao longo de séculos. E, assim como as anteriores, foram vistas como punições divinas aos pecados romanos.²⁷³

Tolan previne outros historiadores quanto a perder tempo procurando palavras como Islã ou muçulmano nos primeiros textos cristãos sobre o tema. Esta é uma tarefa vã, uma vez que os primeiros comentaristas cristãos não vislumbravam a dimensão religiosa das invasões. Muhammad é raramente mencionado, mas quando o é, figura como líder político e militar, não espiritual. Muitos dos cronistas dos séculos VII e VIII também foram rápidos em supor que os árabes seriam idólatras, assim como as tribos que habitavam os desertos e oásis da Arábia inequivocamente eram, até bem pouco tempo antes. Num sermão do ano 634, o patriarca de Jerusalém, Sofrônio, urge os fiéis a se arrependem para se verem livres do tormento dos ímpios conquistadores. A “iminente destruição dos sarracenos” já estaria a caminho. Seu papel no teatro divino seria limitado a uma breve participação de figurantes, instrumentos do castigo divino. Vários outros líderes cristãos orientais do período vão tecer estes mesmos comentários.²⁷⁴

Outros os chamam de “judeus e seguidores do Anticristo.” Um monge do final do século VII chamado Anastácio, do mosteiro de Santa Catarina, no Monte Sinai, imputa aos sarracenos um culto desavisado a demônios. Para esse monge, ainda que os árabes acreditassem estar adorando a Deus, seus verdadeiros mestres seriam demônios, observados pelos cristãos à noite, quando diabretes vojavam pelas cidades ocupadas e quando as oferendas deixadas pelos sarracenos eram engolidas por uma mulher gigantesca de aparência demoníaca vinda do fundo da terra.²⁷⁵

Seguindo a descrição de Anastácio, outros monges, no século seguinte, também negam o monoteísmo dos conquistadores, afirmando que este não passava de um disfarce para sua verdadeira idolatria. Para comprovar essas alegações, um certo Nicetas de Bizâncio apresenta uma tradução fraudulenta da famosa frase islâmica *Allahu Akbar!* (Deus é grande!), a distorcendo para *Allah wa Koubar*, “Deus e Koubar”. “Koubar” seria o nome árabe da deusa Afrodite. Para o autor cristão hostil ao Islã, até mesmo uma simples afirmação da grandeza de Deus é passível de deturpação e apropriação, segundo suas necessidades de confirmar suas suspeitas de idolatria.²⁷⁶

²⁷³ TOLAN, Op. Cit., p. 41 – 42.

²⁷⁴ Idem, p. 41 – 43.

²⁷⁵ Idem, p. 43 – 44.

²⁷⁶ Idem, p. 44.

Independente da interpretação escolhida, o fato é que todas as comunidades cristãs do oriente precisaram lidar com a realidade de que o Islã havia chegado para ficar. As sociedades daquelas regiões começaram a ser arabizadas, tanto em linguagem quanto em costumes, acentuando a maré de conversões, uma vez que cristãos falantes de siríaco e grego foram progressivamente se tornando estrangeiros em suas próprias terras natais. O credo muçulmano passou então a ser encarado como uma ameaça religiosa real, e logo os escritores cristãos precisaram criar argumentos para refutá-lo, não com o intuito de converter os muçulmanos, mas de evitar que mais cristãos se convertessem à nova crença rival. Neste ponto, para Tolan, a construção do Domo da Rocha no seio de Jerusalém, cidade sagrada da Cristandade, constitui um marco de refutação definitiva da ideia de que a vinda dos sarracenos era efêmera.²⁷⁷

Um dos inauguradores dessa nova perspectiva foi o *Apocalipse* de Pseudo-Metódio. Essa obra procurou relacionar a realidade das conquistas islâmicas e da sujeição das populações cristãs com esperanças escatológicas, e vendo os fatos recentes como um sinal do fim dos tempos. Os sarracenos seriam a fomalha que testaria os verdadeiros cristãos no fim dos dias, separando o joio do trigo. Deus os teria trazido não porque preferia eles, mas para punir as depravações sexuais dos cristãos. Esse período de provação, contudo, seria passageiro. O texto se põe a profetizar o final do domínio dos sarracenos sobre os territórios bizantinos, com uma esperançosa promessa de salvação em setenta anos. Os cristãos deveriam aguentar firmes pois a vingança estaria próxima, partindo das lâminas dos bizantinos. Sua vitória traria um período de paz duradoura e desencadearia eventos que levariam ao fim do mundo. De fato, a vitória sobre os Ismaelitas seria só o prelúdio para as invasões de Gogue e Magogue e a chegada do Anticristo.²⁷⁸

A conclusão que se extrai do *Apocalipse* do Pseudo-Metódio é que a perseguição infligida pelos sarracenos seria tanto uma punição divina pela fornicção à qual os cristãos estavam se entregando, como a fogueira do teste final que selecionaria os cristãos dignos do Reino dos Céus. Continua patente, entretanto, a ignorância quanto à religiosidade dos sarracenos, caracterizados simplesmente como “pagãos”. O texto também se esforça em desumanizá-los, chamando-os de “bárbaros”, “espoliadores,” “povo abominável,” e “animais imundos”. O sarraceno é o *Outro* bárbaro diametral, logo suas crenças são de pouca importância.²⁷⁹

²⁷⁷ TOLAN, Op. Cit., p. 46.

²⁷⁸ Idem, p. 46 – 49.

²⁷⁹ Idem, p. 49 – 50.

As caricaturas pintadas pelo Pseudo-Metódio e outros polemistas cristãos não pararam as crescentes ondas de apóstatas, então um olhar mais atento ao adversário se fez necessário. Outros escritores, nos séculos seguintes, se dedicaram a refutar a doutrina islâmica. João de Damasco, presbítero melquita e monge que serviu na corte dos califas omíadas, é um dos nomes mais proeminentes entre esses doutores da igreja. Ele definiu o Islã como apenas uma entre cem outras heresias que se desviaram do cristianismo.²⁸⁰

Para ele, os sarracenos eram um povo de idólatras que adoravam Vênus e que entre eles havia surgido um falso profeta, de nome Mamede, que havia entrado em contato com os livros do Novo e do Velho Testamento e, a partir de um encontro com um monge ariano, teria formulado sua própria heresia. A estratégia discursiva de João de Damasco é a de aproximar a nova religião de outros “erros” do cristianismo sobre os quais ele já discorrera anteriormente em suas obras.²⁸¹

Ele simplifica, até com certo grau de acerto, a crença dos muçulmanos na unidade da pessoa de Deus, da Criação, e do papel de Jesus como um profeta humano e não divino. O absurdo, para ele, é a rejeição da divindade de Cristo e da ressurreição. Ao invés de procurar refutar de fato essas doutrinas, João de Damasco questiona a legitimidade da revelação, perguntando quem seriam e onde estariam as testemunhas que poderiam atestar que a mensagem corânica havia sido ditada por Deus. No texto *Discussão Entre um Sarraceno e um Cristão*, presente em seu livro *Fonte do Conhecimento*, João de Damasco interroga um muçulmano hipotético precisamente com essas perguntas, citando o exemplo de Moisés, que recebera os Mandamentos diante de muitas pessoas, enquanto Muhammad teria recebido sua revelação às escondidas. A resposta dessa discussão hipotética é o silêncio constrangido do sarraceno.²⁸²

Tolan entende que tais argumentos seriam extremamente improváveis de convencer um muçulmano real, que poderia facilmente retrucar perguntando que garantias o cristão teria de que os Evangelhos eram de fato inspiração divina, uma vez que também foram escritos privadamente. Essa ausência de sofisticação teológica se explica, segundo Tolan, pelo caráter mais apologético do que polêmico do texto. Estes argumentos seriam, na verdade, um recurso fácil para cristãos defenderem sua fé de interlocutores muçulmanos, e não um ataque que qualquer pensador muçulmano daria um módico de credibilidade. João de Damasco tenta oferecer mais alguns outros argumentos de caráter mais defensivo que ofensivo, novamente

²⁸⁰ TOLAN, Op. Cit., p. 50 – 51.

²⁸¹ Idem, p. 52.

²⁸² Idem, ibidem.

reafirmando a Trindade e acusando os muçulmanos de serem idólatras por sua veneração à caaba, a qual ele associa diretamente com Khabar (Vênus).²⁸³

Esses textos orientais, sobretudo o do Pseudo-Metódio, não ficaram restritos ao Oriente, sendo traduzidos para o latim e utilizados como referência posterior pelos autores cristãos ocidentais.

Ao final da exposição sobre as representações iniciais do Islã e dos sarracenos cunhadas pelos cristãos do Oriente, Tolan realiza uma reflexão deveras pertinente, dialogando com o processo de domesticação do desconhecido que Said discute. De certa forma, Tolan inverte a argumentação de Said, que denuncia a domesticação e homogeneização dos povos do Oriente realizada pelos imperialistas franceses e ingleses no século XIX. Para Tolan, o surgimento daquelas construções ideológicas pode ser encontrado nessas reações defensivas dos primeiros cristãos orientais a ser confrontados com o advento do Islã:

Terrence Hawkes has said that “a colonist acts essentially as a dramatist. He imposes the ‘shape’ of his own culture, embodied in his speech, on the new world and makes that world recognizable, habitable, ‘natural’ able to speak his language.” The same could be said for the colonized, in this case for Eastern Christians during the first two Muslim centuries. Refusing to acknowledge the fundamental and irreversible nature of the advent of Islam, they imposed the familiar forms of the old Christian Roman commonwealth on the new world of Islam, casting their adversaries (especially Muhammad) in familiar despised roles, roles that allowed the Christian writer to hope for a happy ending. The negative “orientalist” portrayals of Islam that Edward Said denounces in his *Orientalism* as the ideological underpinnings of French and British colonialism in fact have their origins in the defensive reactions of Christian “Orientals”, unwitting subjects of the new Muslim empire (TOLAN, Op. Cit., p. 67).

Essas mesmas reações defensivas, bem como a subsequente produção de modelos explicativos com base em passados e padrões já conhecidos, serão revividas pelos autores cristãos na Hispânia do século VIII, quando os visigodos são derrotados pelos muçulmanos em 711. Tolan observa, inclusive, que a própria trajetória e evolução dos discursos com os quais os autores hispânicos representaram os muçulmanos é semelhante à forma que os autores orientais o fizeram: primeiro os retratando como inimigos militares e um castigo divino e, só depois do crescimento das conversões de cristãos ao Islã, atacando a nova fé como um adversário religioso à altura.

Ora, adentrando propriamente no assunto dos primeiros cronistas cristãos ocidentais a tratar do Islã, Paulo Álvaro e Eulógio são os autores cristãos pioneiros na Espanha a atacar teologicamente o Islã e a construir um lugar para ele na ordem divina, já no século IX.

²⁸³ TOLAN, Op. Cit., p. 52 – 55.

No século da conquista, as descrições das invasões e derrotas são vagas e carecem de uma explicação teológica do motivo da vitória sarracena. Tolan afirma que fica a impressão de que os autores estavam demasiado aturdidos para compor uma justificativa coerente para a derrota dos cristãos.

Sobre este ponto, restam nos dias atuais apenas duas crônicas latinas do século VIII: a de 741 e a de 754. Ambas anônimas e sem título, que se dispõem a continuar histórias universais iniciadas por autores anteriores. A primeira descreve com detalhes as primeiras conquistas dos sarracenos e oferece uma narrativa sucinta e bem acurada do papel do profeta Muhammad em sua religião, sem deixar transparecer qualquer forma de demonização ou desaprovação aos acontecimentos relatados. O leitor não é convidado a deplorar a conquista da Síria pelos sarracenos e não é dada nenhuma lição moral sobre o sentido da derrota bizantina.²⁸⁴

Já a Crônica de 754 oferece uma versão mais detalhada, dramática e moralizante dos mesmos eventos. Nessa narrativa, a derrota bizantina é retratada como uma punição divina à arrogância do imperador Heráclio, envaidecido por suas vitórias contra seus velhos inimigos persas. A Crônica prossegue afirmando que as conquistas dos sarracenos se deram muito mais por suas táticas traiçoeiras do que por poder real, pintando um retrato consideravelmente menos lisonjeiro que a de 741.²⁸⁵

Quanto às conquistas muçulmanas no Ocidente, nenhuma das duas se põe a tecer um lugar específico para o acontecimento na teologia da história cristã. Na de 741, a conquista da Hispânia é descrita de forma breve e desapaixonada, em uma única frase que pouco difere dos relatos de outras conquistas muçulmanas do período. Na de 754, novamente, apresenta-se um pouco mais de conteúdo sobre esse tópico, celebrando os reinados dos monarcas visigodos segundo a tradição de São Isidoro. O rei Rodrigo, contudo, é retratado como um rebelde que tomou o poder do reino de Toledo de forma injusta, através de intrigas. Ele teria organizado um exército e confrontado os árabes numa batalha campal, onde teria morrido abandonado por suas hostes, cuja motivação para acompanhá-lo se limitaria a ambição de alcançar maior poder ao lado do usurpador. A queda da Hispânia às mãos muçulmanas aparece, portanto, como causada pela politicagem de Rodrigo.²⁸⁶

Ainda na crônica de 754, o autor compara o suplício da Hispânia posterior a derrota a grandes desastres da história mundial, como a destruição de Tróia e a sujeição de Jerusalém

²⁸⁴ TOLAN, Op. Cit., p. 79.

²⁸⁵ Idem, p. 79 – 80.

²⁸⁶ Idem, p. 80 – 81.

pela Babilônia. Mas, mesmo com toda essa dramaticidade, a causa da catástrofe não é o descontentamento divino, e sim as maquinações dos invasores árabes e de alguns visigodos ambiciosos ou covardes. Nos capítulos seguintes, o autor não procura demonizar seus novos senhores, relatando as intrigas políticas e empreendimentos militares dos árabes da mesma forma lacônica com a qual relatava às dos reis visigodos. Quase tudo na forma como a crônica é narrada se mantém igual, sendo a única mudança perceptível uma virada no centro de gravidade ao qual os relatos da crônica orbitam, passando os eventos a ser datados de acordo com os anos do governo dos califas e emires, e os relatos de acontecimentos em Constantinopla diminuindo gradualmente, ao passo que fatos acontecidos em Bagdá e Damasco começam a ganhar espaço na narrativa.²⁸⁷

É somente nas descrições de confrontos entre muçulmanos peninsulares e cristãos francos que indícios da lealdade do autor se revelam. Na narração da vitória de Carlos Martel em Poitiers, o cronista demonstra estar torcendo pelos francos, a quem se refere, por duas vezes como *Europenses*. Isso parece aumentar o significado da batalha, sendo um embate entre a “Europa” e os árabes e poderia explicar a reprimenda mordaz que o autor tece aos francos por pararem de batalhar ao anoitecer, permitindo aos *ismaelitas* retornar à Hispânia. No entanto, Tolan recomenda cautela às leituras apressadas que desejam encontrar nesse texto as raízes ideológicas da ideia de *reconquista*. Ele observa que esses trechos são passagens isoladas, em muito sobrepujadas pela simplicidade das demais narrativas, e principalmente chama atenção para o fato de o autor não demonstrar qualquer animosidade pela religiosidade dos árabes, tópico sobre o qual não escreve uma palavra sequer.²⁸⁸

As duas crônicas chegam às suas respectivas conclusões procurando evitar qualquer especulação de ordem escatológica, diferente de outras crônicas universais anteriores. A de 741 acaba abruptamente, enquanto a de 754 finda com um capítulo sobre cálculos cronológicos, estimando quantos anos teriam se passado entre o início do mundo, a Encarnação, e a escrita da crônica, mas passando longe de qualquer implicação sobre o devir dos tempos.²⁸⁹

Tolan conclui sua análise do conteúdo destas duas primeiras narrativas reiterando sua característica principal de relatar os eventos sem explicá-los do ponto de vista teológico. Diante do esfacelamento do mundo visigótico e das lutas intestinas dos novos governantes berberes e árabes, os escritores cristãos da Hispânia do século VIII não conseguiram ver

²⁸⁷ TOLAN, Op. Cit., p. 80 – 81.

²⁸⁸ Idem, p. 82.

²⁸⁹ Idem, p. 83.

ordem em meio ao caos a sua volta. Sua identidade provável é de homens da Igreja que aceitavam a contragosto seu status de *dhimmi*²⁹⁰ e, apesar do processo de arabização linguística e cultural no qual estavam imersos, não demonstravam o mínimo de interesse na religião de seus novos suseranos. Como seus correligionários do Oriente no século anterior, eles viam os novos senhores como rivais políticos e militares, ignorando a dimensão religiosa. A preocupação dos autores cristãos hispânicos do século VIII continua sendo direcionada a pequenos grupos de hereges como o dos miguecianos.²⁹¹

Clérigos como os autores dessas crônicas, não só na Hispânia como também no Oriente, se tornaram agentes essenciais no intercâmbio político e cultural entre as sociedades que se mesclavam nas décadas posteriores às conquistas. Homens letrados da Igreja eram os principais mediadores entre as elites muçulmanas reinantes e as massas cristãs. Estes mesmos homens gozaram da liberdade de manter as organizações de justiça e finanças que já estavam estabelecidas antes das conquistas, desde que garantissem entre os seus rebanhos de fiéis os pagamentos dos tributos exigidos. Assim, uma cooperação estreita entre clérigos cristãos e nobres árabes era imprescindível para o proveito de todas as partes. Os governantes muçulmanos recebiam seus impostos enquanto os clérigos mantinham sua autoridade entre a maioria cristã, confirmada por aqueles nas posições superiores assim como inferiores. A estabilidade de suas posições de poder na sociedade se torna um elemento central a dissuadir esses clérigos de atacar diretamente a religiosidade de seus senhores. Contudo, diante do crescimento exponencial das conversões no século seguinte, esses mesmos homens letrados da Igreja hispânica se veem obrigados a mudar de postura.²⁹²

De fato, Tolan tece um panorama rápido da Hispânia naquele período. Enquanto o século VIII foi marcado por guerras e incerteza, o século IX é marcado pela solidificação do califado omíada e pela ascensão de al-Andalus, sobretudo da capital, Córdoba, como um centro cultural do mundo árabe a rivalizar com Bagdá e Damasco.

Os cristãos peninsulares, que até então consideravam seus novos mestres como pertencentes a um povo inferior culturalmente, foram surpreendidos com a abundância da alta cultura muçulmana e com um processo de arabização cada vez mais veloz e inexorável. Chocados com a rapidez das mudanças e se sentido estrangeiros em sua própria terra natal, assim como os cristãos do Oriente haviam se sentido no século anterior, os clérigos

²⁹⁰ Protegidos. Status jurídico e fiscal conferido aos cristãos em al-Andalus em razão de sua religião ser tolerada como pertencente aos “povos do livro.”

²⁹¹ TOLAN, Op. Cit., p. 83 – 84.

²⁹² Idem, p. 83 – 85.

hispânicos começaram uma reação, até então inédita nas conquistas islâmicas, que explodiu na década de 850 com o movimento dos mártires de Córdoba.²⁹³

O estopim, segundo Eulógio em seu *Memoriale sanctorum* teria sido uma discussão casual entre muçulmanos e um padre chamado Perfectus em Córdoba. Perguntado qual sua opinião sobre Jesus e Muhammad, Perfectus tentou desconversar, mas, novamente inquirido sobre suas percepções das duas figuras centrais nos dois credos, explicou a seus interlocutores que acreditava que o Profeta do Islã seria um dos falsos profetas citados nos Evangelhos. Outrossim, Perfectus prosseguiu descrevendo-o como um homem “seduzido por ilusões demoníacas, devoto de feitiçaria sacrílega” e responsável por corromper os corações de muitos idiotas e condená-los à perdição eterna. Os interlocutores muçulmanos teriam ficado estupefatos com a virulência dos ataques do padre, mas o teriam deixado partir. Contudo, com o passar de alguns dias, ele teria sido convocado pelo *qâdi* (juiz) e interrogado, passando meses preso. Em 18 de abril de 850 ele teria sido novamente chamado à presença do *qâdi* que o exigiria se retratar pelas blasfêmias proferidas e que se convertesse ao Islã. A resposta do padre Perfectus teria sido a reiteração de suas afirmações o que o levou a ser sentenciado a morte.²⁹⁴

Ainda que esta narrativa seja de natureza hagiográfica, naturalmente apologética das virtudes cristãs, Tolan enxerga nessa história aspectos realistas no que diz respeito a reação dos muçulmanos com a fé de seus súditos. Primeiro sua disposição é de curiosidade, ainda que marcada por um certo desdém. Depois, vem o choque frente a tanta hostilidade expressa pelo padre cristão.

Certamente que este tal Perfectus não foi o primeiro cristão a ser executado por blasfemar contra o Islã, havendo relatos de casos similares na Síria e no Iraque, assim como pelo menos dois casos anteriores na Hispânia na década de 820. No entanto, no ano seguinte houve outras quinze execuções, sendo dez de monges de mosteiros próximos. A maioria resultado da busca deliberada pelo martírio, quando os monges se apresentaram por vontade própria ao *qâdi* apenas com o intuito de proferir diante dele os mesmos insultos de Perfectus, referindo-se a Muhammad como precursor do Anticristo.²⁹⁵

Esse movimento ameaçou destruir a frágil aliança forjada entre a elite muçulmana e seus súditos cristãos e este era, de fato, o intuito dos mártires, ou pelo menos de seus hagiógrafos: quebrar os laços entre cristãos e “caldeus” e erguer uma muralha de violência e

²⁹³ TOLAN, Op. Cit., p. 85 – 87.

²⁹⁴ Idem, p. 87.

²⁹⁵ Idem, p. 88.

ódio entre os governantes e os governados. Tolan associa esta ação à cultura de resistência que Said descreve em movimentos anticoloniais. Demonizar as potestades que ocupam o território, desacreditar os nativos que compactuam com elas, e usar a violência como maneira de exacerbar a diferença entre o “nós” e o “eles”.²⁹⁶

Em novembro de 851 os bispos de al-Andalus tentaram retomar o controle da situação e impedir novos martírios voluntários, prendendo monges que cogitavam essa alternativa. Os apologistas dos mártires denunciaram esses bispos como “homenzinhos” que se importavam mais com sua saúde mundana que com o seu destino espiritual. Entre os clérigos presos estão o bispo de Córdoba e o próprio Eulógio. Este último, uma vez liberto, se recusa a voltar a celebrar a missa e ser confundido com os clérigos subservientes aos muçulmanos, num ato simbólico que divide a Igreja em al-Andalus entre os fiéis ao poder instituído e os apoiadores dos mártires.²⁹⁷

Diga-se de passagem, esses últimos não eram nada populares entre os cristãos de Córdoba em função dos problemas que eles causavam e a cisão que estavam criando entre os cristãos e as autoridades muçulmanas. Muito da energia empregada por Eulógio e Paulo Álvaro era dirigida a convencer seus correligionários da santidade dos mártires.

De toda forma, Eulógio e Paulo Álvaro são os primeiros cristãos ocidentais a dar um lugar ao Islã no plano divino. As mortes dos mártires seriam as “perseguições do Anticristo”. Em suas palavras os cristãos deveriam escolher seu lado: ou Cristo ou o Anticristo. Não haveria meio termo, logo os fiéis deveriam recusar casamentos mistos, bispos na corte do emir e a vida submetidos ao status de *dhimmi*.²⁹⁸

Para Eulógio, Muhammad seria *praecursor Antichristi* por negar a divindade de Cristo. Perfectus, primeiro dos mártires de Córdoba, teria identificado Muhammad como o falso profeta anunciado no Evangelho de Mateus (24:24).

Contudo, é Paulo Álvaro quem tece um argumento exegético para identificar Muhammad como Anticristo, se amparando em passagens dos livros de Daniel, Jó e do Apocalipse. O trecho do livro de Daniel que relata a visão das quatro bestas²⁹⁹ é um dos

²⁹⁶ TOLAN, Op. Cit., p. 88.

²⁹⁷ Idem, p. 88 – 89.

²⁹⁸ Idem, p. 90.

²⁹⁹ O quarto animal será o quarto reino na terra, o qual será diferente de todos os reinos; e devorará toda a terra, e a pisará aos pés, e a fará em pedaços.

E, quanto aos dez chifres, daquele mesmo reino se levantarão dez reis; e depois deles se levantará outro, o qual será diferente dos primeiros, e abaterá a três reis.

E proferirá palavras contra o Altíssimo, e destruirá os santos do Altíssimo, e cuidará em mudar os tempos e a lei; e eles serão entregues na sua mão, por um tempo, e tempos, e a metade de um tempo.

Mas o juízo será estabelecido, e eles tirarão o seu domínio, para o destruir e para o desfazer até ao fim.

pilares de sustentação de seus ataques, onde ele relaciona a descrição da quarta besta com a carreira de Muhammad e de seus discípulos. O décimo primeiro rei que se levantará depois dos outros, “diferente dos primeiros”, e que submete os outros três seria Muhammad, que derrotou os gregos, os romanos e os godos. “E proferirá palavras contra o Altíssimo” seria a negação da divindade de Cristo. “Destruirá os santos do Altíssimo” seria a perseguição infligida pelos muçulmanos, principalmente no que diz respeito aos martírios de Córdoba. “Cuidará em mudar os tempos e a lei” seria a introdução do calendário islâmico e o Corão. “Eles serão entregues na sua mão, por um tempo, e tempos, e a metade de um tempo” seria a promessa de que o jugo muçulmano estaria fadado a terminar.³⁰⁰

O autor prossegue numa tentativa de calcular quanto tempo faltaria até o fim do domínio muçulmano e chega à conclusão de que seu reino duraria 245 anos, restando apenas 16 para a libertação. Como o Pseudo-Metódio, Paulo Álvaro usa termos apocalípticos para descrever o presente, mas espera confiante o fim das perseguições. Diferente do Pseudo-Metódio, Paulo Álvaro não prevê o fim dos tempos, só o fim do jugo muçulmano.

A este respeito, Tolan faz outra associação pertinente com a ideia de cultura de resistência proposta por Said, lembrando como tais culturas procuram reescrever a história, criando uma historiografia de resistência que se opõe a historiografia triunfalista dos dominadores. Tolan enxerga esse movimento nas promessas apocalípticas de Eulógio, Paulo Álvaro e Pseudo-Metódio de uma vingança cristã.³⁰¹

Quanto ao outro autor, Eulógio se propõe a pesquisar sobre a biografia do Profeta, com a intenção de provar que Muhammad seria o Anticristo. Todavia, é impensável para ele questionar aos muçulmanos sobre essas questões. O autor desencoraja qualquer diálogo com os muçulmanos, procurando fontes de cristãos que não tivessem tido qualquer contato com a presença contaminante dos infieis, e encontrando-a num manuscrito latino no mosteiro de São Salvador de Leyre. Na breve biografia que o manuscrito dispunha, há a descrição de alguns pontos chave da vida do profeta que são distorcidos e vilipendiados profundamente pela pena hostil de Eulógio.³⁰²

Percebendo sua destruição iminente e sabendo que de maneira alguma ele [Muhammad] seria ressuscitado por mérito próprio, ele previu que seria revivido no terceiro dia pelo anjo Gabriel, que tinha o hábito de aparecer para ele sob o disfarce de um abutre, como o próprio Muhammad disse. Quando ele entregou sua alma para

E o reino, e o domínio, e a majestade dos reinos debaixo de todo o céu serão dados ao povo dos santos do Altíssimo; o seu reino será um reino eterno, e todos os domínios o servirão, e lhe obedecerão.

Daniel 7:23-27

³⁰⁰ TOLAN, Op. Cit. 90 – 91.

³⁰¹ Idem, p. 91.

³⁰² Idem, p. 91 – 92.

o inferno, eles [os discípulos de Muhammad] ordenaram que seu corpo fosse guardado sob vigília árdua, ansiosos com o milagre que ele havia os prometido. Quando no terceiro dia eles viram que ele estava apodrecendo, e compreenderam que ele não levantaria de forma alguma, eles disseram que os anjos não estavam vindo porque estavam espantados com sua presença. Tendo chegado a uma conclusão satisfatória - ou é isso que eles pensaram - deixaram seu corpo desprotegido, e imediatamente, ao invés de anjos, cães seguiram seu fedor e devoraram seu flanco. Sabendo do acontecido, eles entregaram o resto do seu corpo ao solo. E em vingança a essa injúria, ordenaram que cães fossem abatidos todo ano para que eles, que em seu nome mereçam um martírio digno em vida, possam compartilhar seu mérito na morte. Era apropriado que um profeta da laia dele enchesse o estômago dos cães, um profeta que entregou não apenas a sua própria alma, mas a de muitos outros, ao inferno. (*Historia de Mahometh pseudopropheta*, In: WOLF, p. 97-99, Apud TOLAN, 2002, p. 92. Tradução livre.)

A cena grotesca de um cadáver em decomposição, devorado por feras é a imagem que Eulógio pinta da passagem de Muhammad para o outro mundo. Convencido de que Muhammad é o Anticristo, o autor supõe que seu papel no Islã é o mesmo que o de Cristo no cristianismo. Desta certeza, tornou-se auto evidente para os polemistas cristãos que Muhammad se afirmava o Messias e que ressuscitaria. Seu corpo apodrecido e conspurcado é apresentado como evidência de que ele não estava próximo de Deus. Para Eulógio pouco importa se nenhum muçulmano acredite que Muhammad é o Messias ou que ele nunca tenha afirmado que iria ressuscitar. A imagem de que ele é o Anticristo, cruzando sua trajetória com a de Cristo de forma distorcida e mórbida, oferece ao leitor cristão uma explicação simples do papel do Islã nos desígnios divinos, dando-lhe meios de compreender sua situação de sujeição dentro de conceitos que ele já conhece, e lhe dissuade a se converter. Eulógio deforma a biografia de Muhammad de modo que ela se encaixe no padrão das biografias do Anticristo. Tolan entende que o autor certamente não era ignorante quanto ao que os muçulmanos diziam sobre seu profeta, ele simplesmente *escolhe* apresentar elementos da vida de Muhammad da pior forma possível para um cristão.³⁰³

Outro tópico que os polemistas cristãos tendem a abordar e aos quais Eulógio segue é sobre o sexo. Nada mais distante dos ideais celibatários dos cristãos do que a poligamia de Muhammad e a promessa de virgens no paraíso. Isto foi rapidamente apropriado e encaixado em tradições já estabelecidas das qualidades do Anticristo. Quanto ao reconhecimento que o Corão oferece à virgindade de Maria, Eulógio fabrica uma mentira deliberada, pensada especificamente para chocar o leitor cristão, dizendo que Muhammad teria afirmado que “a defloraria no Paraíso.” Até mesmo nos elementos em que o Islã e o cristianismo são mais

³⁰³ TOLAN, Op. Cit., p. 92 – 93.

parecidos Eulógio se ocupa de o deformar, no intuito de prevenir que qualquer cristão nutra o mínimo de admiração pelo *Outro* muçulmano.³⁰⁴

Outro ponto no qual Eulógio investe é em afirmar a violência como característica fundante do *Outro* muçulmano. Na biografia que ele tece de Muhammad, Eulógio enfatiza a crueldade do profeta e dos árabes em geral. A perseguição aos mártires seria culpa da disposição natural dos “caldeus”.³⁰⁵

Contudo, todo este movimento dos mártires acaba com o próprio Eulógio sendo executado, em 859.

Já seu companheiro de escrita, Paulo Álvaro, este continuou vivo e teve de se satisfazer como hagiógrafo do primeiro. Depois dele, muito poucos cristãos de al-Andalus terminaram como mártires. Tolan conclui seu estudo do movimento de Córdoba com a reflexão de que se o martírio voluntário foi a última alternativa desesperada de alguns cristãos de preservar sua cultura, língua e religião, e evitar que estas se dissolvessem na cultura muçulmana, ela falhou miseravelmente. Os problemas causados pelos mártires acabaram por encorajar ainda mais conversões de cristãos ao Islã. Entre os cinquenta e poucos mortos, a grande maioria era composta por monges e padres que representaram, no fim das contas, mais ministros da Igreja perdidos em uma região na qual eles já se tornavam escassos. Aparentemente, os mártires foram motivados mais pelo desejo de salvação pessoal, do que por um desejo real de fortalecer a fé cristã como um todo.³⁰⁶

Embora o movimento dos mártires de Córdoba não tenha alcançado grandes consequências imediatas, os discursos polêmicos cunhados por seus líderes encontraram um terreno fértil no norte de al-Andalus. A nascente monarquia asturiana, necessitada de um aparato de justificação simbólica para sua existência e expansão, soube se utilizar das representações formuladas por Eulógio e Paulo Álvaro para garantir sua consolidação enquanto reino cristão legítimo na península.

Como já vimos brevemente na segunda seção, foi no reinado de Alfonso III (852 – 910) que começou a ser construída a narrativa da *restitutio* cristã na península. O contato dos asturianos com os mártires de Córdoba e suas polêmicas contra o Islã começa com o envio de um padre moçárabe chamado Dulcídio pelo rei Alfonso III para negociar um tratado de paz com o califa Muhammad I em setembro de 883. Foi este Dulcídio o responsável por trazer às Astúrias os restos mortais de Eulógio e suas obras completas. Ele e outros clérigos moçárabes

³⁰⁴ TOLAN, Op. Cit., p. 93.

³⁰⁵ Idem, p. 94.

³⁰⁶ Idem, p. 95.

tiveram, portanto, papel preponderante na formulação da ideologia neogoticista que sustentou a monarquia asturiana, expressa nas crônicas escritas entre 883 e 890.³⁰⁷

A primeira delas, a Crônica Profética, foi escrita em abril de 883, nove meses antes da chegada das relíquias do mártir em Oviedo, e previa o fim do domínio muçulmano na península, afirmando que o rei Alfonso III em breve reinaria sobre toda a Espanha. Foi preservada em vários códices, com pequenas variações entre eles, e consiste numa miscelânea que mistura profecia, narrativas históricas e listas de governantes de al-Andalus. Contém também uma genealogia do profeta Muhammad e uma cópia da biografia fraudulenta escrita por Eulógio.³⁰⁸

A Crônica começa com uma profecia que se baseia vagamente no livro de Ezequiel 38 – 39, onde o profeta previa batalhas entre Gogue e Israel. O autor associa Gogue aos godos e substitui Israel por Ismael. A profecia já teria sido em parte cumprida: os Ismaelitas teriam sido trazidos por Deus para punir os pecados dos godos (não realizarem penitência e não respeitarem os ensinamentos dos concílios) e seu tempo de reinado seria de exatos 170 anos. Esse tempo estaria chegando ao fim, segundo os cálculos do cronista, que previa o fim da profecia para o ano seguinte, 884, ainda sob o reinado de Alfonso III.³⁰⁹

Tolan percebe nessa crônica uma clara exportação da atitude “estridente” dos apoiadores do movimento dos mártires de Córdoba. A profecia se aproxima das esperanças escatológicas de Paulo Álvaro, mas seus métodos são mais rudimentares. Enquanto o escritor de Córdoba faz uma exegese intrincada de vários textos proféticos, a Crônica se ampara exclusivamente numa leitura deliberadamente equivocada da profecia de Ezequiel.

Mais tarde naquela década, Dulcídio e o bispo de Orense, Sebastião, trabalharam na Crônica de Alfonso III, uma versão mais nuançada e mais francamente apoiadora da monarquia asturiana dessa mesma visão histórica. A crônica almeja ser uma continuação das *Origens dos Godos*, de São Isidoro, e seu intento ideológico é claro: afirmar que o matrimônio entre a Hispânia e os godos não havia se rompido, apenas atravessava uma separação temporária. A monarquia asturiana restauraria a hegemonia visigótica na região. O texto indica que a conquista islâmica era punição pela depravação moral dos reis godos, sobretudo Vitiza, que seria poligâmico e que teria forçado padres a se casarem. Nessa narrativa um novo personagem surge com papel de muito destaque. Pelágio, um antigo escudeiro dos reis Vitiza e Rodrigo, que teria fugido da tirania dos “caldeus” que forçavam os

³⁰⁷ TOLAN, Op. Cit., p. 98.

³⁰⁸ Idem, ibidem.

³⁰⁹ Idem, p. 98 – 99.

espanhóis a pagar tributos ao “Rei de Babilônia” e procurado abrigo nas cavernas da cordilheira cantábrica. Lá ele teria encontrado um santuário consagrado à Virgem Maria.³¹⁰

Nesse santuário teria se desenrolado a prodigiosa batalha de Covadonga (718 ou 722), entre cristãos e uma “multidão de pagãos” de 187000 guerreiros, decididos a retirar Pelágio e seus poucos companheiros dali. Um bispo moçárabe que acompanharia o exército muçulmano teria apelado que Pelágio se rendesse, mas este o teria negado com altivez, afirmando que o bem-estar da Hispânia e o exército dos godos seriam restaurados por Cristo. O resultado da batalha posterior seria a humilhante derrota da “multidão de pagãos”, fugindo de pedregulhos de catapulta atirados pela própria Virgem para os afugentá-los. Este evento, real ou fictício, é o pilar de sustentação de toda a ideologia da *restitutio*: a figura de Pelágio providenciou uma ligação genealógica entre o passado gótico e os reis asturianos, criando uma missão clara para estes novos governantes cristãos, a de restaurar a hegemonia visigótica na península.³¹¹

Estas crônicas asturianas articularam muito bem os conceitos de *Guerra Justa* e de *Guerra Santa*, como aponta Jean Flori. Santo Agostinho foi o inaugurador dessas doutrinas, ainda no contexto das chamadas “invasões bárbaras,” convocando os cristãos a pegarem em armas para defender o Império Romano. Segundo Agostinho, o fiel não colocaria sua alma em risco caso matasse – sem ódio ou sem motivações pessoais – servindo em guerras *declaradas pela autoridade legítima* com o intuito de *restabelecer a justiça, defender a pátria* ou *reaver terras e bens espoliados*.³¹² Estes três pontos são habilmente unidos nos conteúdos das três crônicas, que apontam Alfonso III como a autoridade legítima da península, responsável por organizar guerras que tinham o intuito de reaver as terras e bens espoliados por “estrangeiros.” Estas guerras, seriam também santificadas, por combaterem os “pagãos”, inimigos da fé, para libertar as igrejas, e desejadas por Deus, como era confirmado pela intervenção da Virgem Maria e de outros santos, que apoiavam os cristãos no campo de batalha.

Tolan observa que o conhecimento sobre a religião do *Outro* muçulmano estava disponível e por vezes foi usado nessas crônicas, mas não aparece como um ponto essencial na narrativa criada. Os cronistas moçárabes que forjaram essa visão profética conheciam bem o movimento dos mártires de Córdoba, mas, também, nada comentam sobre eles, uma vez que os protagonistas dessa nova história são os reis asturianos. Os ideólogos de Oviedo poderiam

³¹⁰ TOLAN, Op. Cit., p. 99.

³¹¹ Idem, p. 99 –100.

³¹² Extensa discussão sobre estes dois conceitos centrais para a compreensão da “Reconquista” e das Cruzadas em FLORI, Jean. **Guerra Santa**. Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013, pp. 42 – 44 e 272 – 274.

lançar mão das histórias dos mártires para retratar os emires de al-Andalus como perseguidores de cristãos, mas pouco ou nada exploraram desse tema. O que esses cronistas herdaram de Eulógio e Paulo Álvaro é, de fato, a habilidade de ver suas próprias lutas através da lente de aumento do Velho Testamento, representando os muçulmanos como os caldeus que, por punição divina, governaram Jerusalém a ferro e fogo a partir da Babilônia. Contudo, segundo a vontade de Deus, a Terra Prometida haveria de ser retomada mais cedo ou mais tarde.³¹³

Nos séculos seguintes, outros autores latinos, também de outras partes da Europa, começam a tomar curiosidade pela religião dos sarracenos. Entre os séculos XI e XII, novos autores procuram descrever o Islã em detalhes sinistros, segundo o processo de domesticação e homogeneização já descrito anteriormente, que o aproximavam dos traços da já conhecida e desprezada idolatria pagã - além da também já mencionada pecha de *heresia*, com Muhammad figurando como o mais proeminente heresiarca. A maioria dos cruzados deste período, por exemplo, luta de consciência limpa, crendo firmemente que seus oponentes são pagãos.

Textos em latim, francês e outras línguas retrataram a religião árabe através dos tons clássicos da idolatria romana: os sarracenos se prostrariam e fariam sacrifícios para ídolos habitados por demônios. Esculturas e pinturas medievais fazem o mesmo. Nesses casos, apenas a pele escura e o turbante são as únicas características que permitem discernir os acólitos retratados como sarracenos.

É durante o século XII que a ficção da idolatria dos muçulmanos atinge sua maior complexidade, sendo descritas pelos escritores ocidentais através de uma panóplia de ídolos de pedra e metal precioso, supostamente adoradas pelos sarracenos, capazes de lançar sortilégios. Essa fabricação de uma suposta idolatria, Tolán explica, não se tratava de uma mera convenção literária, mas constituía um esforço propagandístico ativo de justificar e glorificar as ações da Primeira e Segunda Cruzadas.³¹⁴

A partir do século XIII, reis, cronistas e juristas vão utilizar essas imagens polêmicas do Islã como meio de reafirmar seu direito de conquistar territórios islâmicos e de subjugar grandes minorias muçulmanas ao seu domínio. É também a partir do século XIII que surge um esforço significativo de converter muçulmanos ao cristianismo através de missões, com franciscanos e dominicanos desenvolvendo métodos diferentes para empreender tal tarefa.³¹⁵

³¹³ TOLAN, Op. Cit., p. 100.

³¹⁴ Idem, p. 105 – 106.

³¹⁵ Idem, p. 172 – 173.

Sobre esta proposta de converter os muçulmanos, muitos autores demonstram um certo otimismo. Esse otimismo cai com o avançar do século, frente às recorrentes derrotas dos cruzados e às vitórias de mamelucos e otomanos, bem como dos flagrantes fracassos dos missionários em converter seja muçulmanos, mongóis ou judeus ao cristianismo. Os cristãos europeus do início do século XIV têm uma visão mais sombria e pessimista a respeito do Islã, muitos o retratando como um inimigo com o qual era impossível argumentar, invariavelmente hostil.³¹⁶

Nesta altura chegamos ao período referente a constituição, em Castela e Leão, do *taller alfonsi*, que já comentamos na segunda seção.

Alfonso X procurou definir, em suas *Siete Partidas*, o lugar dos muçulmanos na sociedade castelhana. Sua religião, nas palavras do Rei Sábio, seria um “insulto a Deus” e a “prova” desta afirmação seria Muhammad não ter demonstrado a “santidade extraordinária” necessária a um verdadeiro profeta. A “crença tola” dos mouros os condenaria, assim como aos judeus, a um papel de *subordinados*³¹⁷ dentro de seu projeto de sociedade cristã.³¹⁸

Ora, a percepção de Muhammad como um falso profeta será uma chave, como Tolan explica, para a justificação ideológica da sujeição de muçulmanos peninsulares ao domínio de Castela. Alfonso lança mão das tradições descritas nos parágrafos acima para afirmar seu direito de reinar também sobre os muçulmanos de al-Andalus. Seu discurso é um claro exemplo daquele denunciado por Edward Said nos apologistas do século XIX dos impérios inglês e francês. Um retrato depreciativo do Islã se torna a base para a dominação política e militar do mundo muçulmano.³¹⁹

E, como já vimos, da mesma forma que Alfonso X não criou propriamente as tradições historiográficas empregadas por seus cronistas, sua forma de rebaixar o profeta do Islã e de afirmar o direito visigótico de restituir seu poder sobre a península segue os padrões já formulados por pensadores cristãos anteriores, com destaque para os já citados Lucas de Tuy, autor do *Chronicon Mundi*, e Don Rodrigo Jiménez de Rada, autor do *De Rebus Hispaniae*.

Tolan aponta um contraste interessante entre os trabalhos emanados do *scriptorium* de Jaime I, rei de Aragão e sogro de Alfonso X, e aqueles produzidos pelos chanceleres do Rei Sábio. Enquanto o primeiro não vê a necessidade de construir uma representação polêmica do

³¹⁶ TOLAN, Op. Cit., p. 172 – 173.

³¹⁷ Para alguns historiadores, o papel dado às minorias muçulmanas ou judias nos reinos cristãos ibéricos é semelhante aos *status* de *dhimmis* previamente empregadas pelas autoridades muçulmanas. Contudo, juristas cristãos do período procuraram se afastar dessa associação, uma vez que, na visão deles, a lei islâmica é necessariamente ilegítima, não podendo ser utilizada como precedente legal para qualquer determinação. Vide, TOLAN, Op. Cit., p. 178 – 179.

³¹⁸ Idem, p. 174.

³¹⁹ Idem, p. 174 – 175.

Islã ou de Muhammad para se apresentar como um cruzado e defensor da fé, Alfonso procura utilizar aquelas polêmicas para forjar uma ideologia coerente e poderosa.

Para Tolan essa discrepância se dá devido ao espaço que um projeto de restabelecimento de uma ordem social cristã ocupa na ideologia neogotocista cunhada nas Astúrias e legada a Castela e Leão. A narrativa de um ressurgimento de uma Espanha gótica cristã será endossada, como vimos na segunda seção, nas crônicas encomendadas por monarcas castelhanos no século XIII: o *Chronicon Mundi*, o *De Rebus Hispaniae* e a *Estoria de España*. As três expressam de forma coerente a ideologia da *restitutio*.³²⁰

No *Chronicon Mundi*, São Isidoro de Sevilha aparece como um personagem importante nos embates entre a cristandade e o Islã na península. Seu autor, Lucas de Tuy, tendo servido como cônego na catedral de São Isidoro de Leão - igreja portadora dos restos mortais do santo doutor da Igreja desde o ano de 1063 -, compôs uma hagiografia dedicada a contar os milagres de Isidoro. Assim, empregou a figura do santo cronista e polímata como modelo contra o Islã. Lucas de Tuy retrata, em suas obras, São Isidoro combatendo Muhammad e o filósofo e médico persa Avicena (Ibn Sînâ). Sobre o Profeta, Lucas o descreve de maneira semelhante à de Eulógio em sua biografia fraudulenta, copiada na Crônica Profética asturiana, como um mágico canalha que inventaria revelações falsas para explicar suas crises epilépticas, afirmando ser o Messias. Entretanto, adiciona um episódio curioso no qual Muhammad vai a Córdoba pregar sua doutrina. Isidoro, retornando de Roma, ordena que seus homens o prendam, todavia o Diabo teria avisado Muhammad, que foge para a África. Lucas retrata seu herói pondo o profeta do Islã em fuga. Quanto à morte do Profeta, Lucas de Tuy recorre à uma narrativa muito parecida com a de Eulógio, afirmando que ele teria sido envenenado por um seguidor que desejava pôr à prova sua suposta promessa de ressurreição. A cena resultante ao final dos três dias é idêntica à de Eulógio, com o cadáver semidecomposto devorado por cães, cujos ossos teriam sido enterrados em Medina.³²¹

A difamação da figura de Muhammad torna-se elemento de afirmação da hegemonia leonesa. O domínio dos mouros na península seria necessariamente ilegítimo, uma vez que estes seriam continuadores das traições de um heresiarca.

O outro adversário de São Isidoro é um dos mais reconhecidos sábios do mundo árabe. Chocado com o desenvolvimento da ciência árabe, Lucas de Tuy afirma que os avanços na medicina pelo filósofo persa seriam todos plágios de manuscritos não publicados de Isidoro, roubados por um grego desonesto e entregues aos mouros por puro despeito ao cristianismo.

³²⁰ TOLAN, Op. Cit., p. 180 –181.

³²¹ Idem, p. 181 – 182.

O papel de Avicena seria o de um farsante, responsável apenas por traduzir os trabalhos do latim para o árabe, e roubar os louros de um intelectual cristão.³²²

Isidoro teria também previsto a queda dos godos e sua restauração, segundo Lucas. Como patrono de Leão, ele teria ajudado ativamente os reis leoneses em seus empreendimentos militares contra os mouros, aparecendo em visões, por vezes ao lado de Santiago, sempre portando notícias da vitória, ou intercedendo pelas conquistas cristãs.³²³

Lucas de Tuy exprime as ideias de que o domínio mouro da Hispânia é baseado na violência e no engodo. Seu profeta seria um enganador que guiaria seus fiéis à conquista através de falsas revelações, e figuras desonestas como Avicena seriam culpados de roubar os méritos e os dons dos cristãos para si.

Don Rodrigo Jiménez de Rada – assim como outros intelectuais à sua volta – apresenta uma visão similar dos confrontos entre cristãos e muçulmanos na península, ainda que algo mais sofisticada. Diferente de outros autores, Don Rodrigo, arcebispo de Toledo, é protagonista de vários eventos, pregando a Cruzada antes da batalha de Las Navas de Tolosa (1212) e atuando como conselheiro de Alfonso VIII e Fernando III. Uma vez apontado arcebispo, Rodrigo escolhe um certo Marcos como diácono e o incumbe de traduzir o Alcorão para o latim.³²⁴

Marcos conclui a obra em 1210, antes de Las Navas de Tolosa, quando o exército do califa almóada al-Nasir figurava como uma ameaça para vários cronistas além dos Pirineus.³²⁵ Sua tradução surge como parte do arsenal a ser empregado pelos cristãos contra os mouros. No prefácio, Marcos apresenta Muhammad novamente como um mago habilidoso que, em suas andanças, teria tomado conhecimento de rudimentos do judaísmo e do cristianismo e decidido influenciar seu povo a abandonar a idolatria e adorar o único Deus. Muhammad teria achado os preceitos do Evangelho de amar os inimigos e evitar os prazeres da carne demasiado difíceis de seguir e percebido que os judeus eram odiados em toda a parte por terem assassinado Cristo. Portanto, resolveu proclamar que Jesus não havia sido assassinado e misturar as duas tradições com suas próprias vontades, promulgando uma nova lei. Para fazer os árabes aceitarem esta nova lei, ele teria fingido um ataque epiléptico em Meca e anunciado às massas ali reunidas que recebera uma revelação do Arcanjo Gabriel. Marcos prossegue

³²² TOLAN, Op. Cit., p. 182.

³²³ Idem, ibidem.

³²⁴ Idem, p. 182 – 183.

³²⁵ Alguns chegaram a afirmar que a vinda dos almóadas havia sido chamada pelos cátaros para ajudá-los contra a Cruzada Albigense, ou pelo rei João da Inglaterra para ajudá-lo na luta contra a França. Como no século XII a figura de Muhammad era apontada como a de um heresiarca, tornou-se comum imaginar hereges, muçulmanos, judeus e traidores agindo juntos num complô anti-cristão. TOLAN, Op. Cit., p. 183.

catalogando doutrinas corânicas com bom nível de precisão, descrevendo a unidade de Deus, o papel de Jesus como profeta, os rituais de oração e ablução, jejum e peregrinação. Marcos conclui afirmando que Muhammad se estabeleceu como profeta e reinou sobre seu povo como Davi e Salomão.³²⁶

Tendo forjado essa lei “falando como uma pessoa delirante”, Muhammad teria “seduzido povos bárbaros através de ilusões fantásticas”, conquistando o mundo pela guerra e oprimindo os cristãos da Índia à Espanha. Marcos apresenta a conversão de igrejas em mesquitas como uma conspurcação, tornando a (re)conquista dos territórios ocupados pelos mouros por reis cristãos algo implicitamente legítimo.³²⁷

Rodrigo Jiménez de Rada, deplorando a opressão de sua arquidiocese e ultrajado pelos chamados dos muezins nos minaretes, teria ordenado que Marcos traduzisse o livro dos mouros, de “decretos sacrílegos e estranhos preceitos”, para que aqueles que eram proibidos de combatê-los através das armas o fizessem através da pena, refutando os “decretos detestáveis” de Muhammad e “arrastando não poucos mouros à fé católica.” O léxico empregado é de coerção e força: o combate intelectual é apenas complemento do combate militar.³²⁸

Quanto aos escritos do próprio arcebispo, estes repetem a imagem de Muhammad descrita acima. Seu propósito seria revelar a “dissimulação e ferocidade” dos mouros e como através de falsas revelações Muhammad teria criado uma doença contagiosa. Ainda que mais detalhada e mais fiel a fontes muçulmanas, a representação que Rodrigo produz de Muhammad é a de um pseudoprofeta sedento por poder. O arcebispo reitera a ilegitimidade das conquistas árabes da época do Profeta, que configurariam uma “rebelião” contra o Império Romano. No mesmo sentido seguiria a conquista de 711, sendo a Hispânia usurpada de seus governantes por direito.³²⁹

A ideia de uma “reconquista” cristã aparece com clareza no *De Rebus Hispaniae*. Rodrigo apresenta Castela como protagonista dessa empreitada, restaurando as cidades ao cristianismo e ao poderio gótico. A ideia de uma purificação é ainda mais chamativa em sua descrição da conquista de Córdoba por Fernando III. No minarete principal, onde o nome do “pérfido” era invocado diariamente, foi exaltado o nome do crucificado, sendo erguida a cruz e as insígnias do rei. Dentro da mesquita, água benta é aspergida, eliminando a “sujeira de Muhammad”, um altar é erguido em honra à Virgem, e celebrada a missa. Para Rodrigo a

³²⁶ TOLAN, Op. Cit., p. 183.

³²⁷ Idem, p. 184.

³²⁸ Idem, ibidem.

³²⁹ Idem, p. 184 – 185.

conquista da Andaluzia pelos exércitos de Castela é a restauração da ordem política e eclesiástica de outrora.³³⁰

Alfonso X, contudo, é o responsável, assim como mencionado na segunda seção, por tecer uma trama coerente com esses fios discursivos numa ideologia que afirma seu direito e dever como “rei de três religiões” de reinar sobre cristãos, judeus e muçulmanos.

Já discorremos sobre a unidade da produção intelectual de Alfonso na construção de seu projeto político de tendências centralizadoras, como demonstrou Georges Martin. John Tolan concorda com essa coesão dos empreendimentos intelectuais do Rei Sábio. Para este pesquisador, o vasto programa de tradução de obras em árabe para o castelhano realizado a mando do monarca reflete o desejo de hispanicizar o conhecimento árabe.³³¹

Em sua obra historiográfica de maior importância, a *Estoria de España*, os escribas de Alfonso X narram os feitos das sucessivas dinastias que dominaram a península: gregos, cartagineses, romanos, vândalos, visigodos e árabes. No entanto, apenas aos romanos e visigodos é concedida a legitimidade. Alfonso, como já vimos, se apresenta como sucessor de ambos. Os outros senhorios são representados como intrusos, com destaque para os cartagineses e os mouros.³³²

Tolan examina duas passagens importantes da *Estoria de España*: o tratamento dado a Muhammad e a narração da conquista da península em 711.

Quanto ao primeiro tópico, a *Estoria* pinta o retrato de um heresiarca, se apoiando nas crônicas de Lucas de Tuy e Rodrigo Jiménez de Rada. Geralmente os cronistas optaram pelas descrições mais detalhadas e precisas de Rodrigo, mas, deliberadamente, preferem a versão mais evocativa de Lucas sobre a morte do Profeta, reiterando sua falha em ressuscitar e na profanação de seu corpo pelos cães. Rodrigo contrasta as figuras Muhammad e Jesus de forma implícita, ressaltando a negação de Cristo ao sexo e ao poder mundano contra a ânsia do Profeta por ambos. Alfonso X leva mais adiante essa contradição, evidenciando a discrepância de suas mortes: o supremo sacrifício de Cristo como marca de sua vitória gloriosa, e a morte indigna do Anticristo, falhando em sua ressurreição e tendo o cadáver conspurcado. Esse detalhe faz todo sentido dentro da macro narrativa que a *Estoria* compõe. Ora, é do interesse de Alfonso louvar o domínio romano e gótico da península ao passo que desqualifica o domínio mouro, apresentando seu Profeta e primeiro líder como um cafajeste, mentiroso e Anticristo. Tolan sublinha o erro de Norman Daniel de acreditar que autores

³³⁰ TOLAN, Op. Cit., p. 185 – 186.

³³¹ Idem, p. 186.

³³² Idem, p. 187.

medievais como Alfonso X e seus clérigos não souberam distinguir fontes confiáveis das não confiáveis. Pelo contrário, eles demonstraram pleno domínio de uma técnica historiográfica bastante avançada que Aurell já afirmava: a capacidade de manipular o passado para endossar determinado projeto político.³³³

Essa mesma mobilização de diferentes fontes se mostra aparente novamente no episódio da conquista islâmica da península. A *Estoria* narra um conto dramático dos pecados dos visigodos, sua punição através da derrota contra os berberes, e seu lento e constante renascimento. A *Estoria* replica Rodrigo apontando a evidência da malícia dos invasores em sua aparência, com “faces negras como piche, os mais belos entre eles pretos como um bule,” subscrevendo em uma longa tradição cristã de associar a cor da pele dos muçulmanos com a de criaturas diabólicas. Eles seriam “o povo vil africano que não superava os demais em nada a não ser em astúcia e desonestidade.” A *Estoria* descreve a destruição e desolação da Espanha nas mãos dos bárbaros, com lamentação especial para a profanação das igrejas e sua conversão em mesquitas, mas já lança o germe do ressurgimento do poderio gótico e cristão na pessoa dos reis de Leão e Castela, técnica discursiva herdada de seus predecessores asturianos e mobilizada para estruturar a ideologia régia da “reconquista”.³³⁴

Outro texto da chancelaria alfonsina que Tolan analisa são as já mencionadas *Siete Partidas*, onde o Rei Sábio afirma seu direito de sujeitar muçulmanos e judeus peninsulares a seus desígnios. Ainda que as *Partidas* não tenham sido implementadas *de facto* durante o reinado de Alfonso, são uma testemunha ímpar a explicitar como o monarca concebia sua ingerência sobre seus súditos muçulmanos. Segundo as vontades centralizadoras do rei, a luta empreendida por ele contra o Islã justificava o controle régio sobre a Igreja, ratificando seu direito de apontar bispos, uma vez que era o monarca que derrotava os mouros e restaurava as mesquitas a igrejas.

As *Siete Partidas* definem e restringem o lugar dos muçulmanos na sociedade castelhana em função de sua inferioridade religiosa. O *Titulo 25* que dispõe sobre os mouros os qualifica como aqueles que acreditam que Muhammad é o Profeta e mensageiro do Senhor. Já que Muhammad não teria demonstrado a santidade exigida de um verdadeiro profeta, sua lei seria um insulto a Deus (*denuesto de Dios*) e uma imbecilidade (*nescedat*). Por sua “tolice”, aos mouros deveria ser dado status legal semelhante ao dos judeus. Eles poderiam viver “observando sua própria lei e não insultando a nossa.” Eles não poderiam ter mesquitas em cidades cristãs e não deveriam praticar seus sacrifícios na frente de cristãos. Suas

³³³ TOLAN, Op. Cit., p. 187 – 188.

³³⁴ Idem, p. 188 – 189.

mesquitas eram propriedade do rei, portanto ele poderia dispor delas como lhe aprouvesse. Muçulmanos estrangeiros em visita à corte seriam protegidos. Um muçulmano (ou judeu) não poderia ter posse de escravos cristãos, e não poderia servir como testemunha contra um cristão, exceto para casos de traição.³³⁵

Muitas das leis das *Partidas* dispõem sobre a conversão de muçulmanos ao cristianismo. Já que Deus desejava que os fiéis o buscassem por vontade própria e por amor, cristãos deveriam tentar converter mouros gentilmente e através de palavras, sem constrangimentos ou opressão. A legislação alfonsina designa também punições para o cristão que oprimisse os mouros. Ainda que a *Estoria de España* retrate Muhammad como heresiarca, o mesmo status não é estendido nas *Partidas* aos mouros, mas não os permite praticar ativamente a heresia.³³⁶

Além destes pontos, as *Partidas* também procuram facilitar a conversão de mouros, determinando que ninguém pudesse impedir um mouro de se converter ao cristianismo, ou chamá-lo de vira-casaca ou insultá-lo. O medo dos insultos seria um dos motivos a dissuadir aqueles que “reconhecem a superioridade de nossa fé” de se converterem. Possíveis problemas legais referentes à legitimidade de casamentos pós-conversão também são evitados pelas *Partidas*.³³⁷

Várias leis demonstram que o Islã ainda é considerado uma ameaça, não só militar, mas também religiosa para a sociedade castelhana da segunda metade do século XIII, capaz de contaminar os cristãos. A poluição suprema seria a apostasia: cinco das dez leis envolvem punições para cristãos que se convertessem ao Islã. Eles deveriam perder todas as propriedades e ser executados. Mesmo que se arrependessem e retornassem ao seio da Igreja, não poderiam mais servir como testemunhas, possuir um cargo público ou ser beneficiados por testamentos. A preocupação com a apostasia se fazia justificada em razão das intermitentes guerras com os nacéridas de Granada e os merínidas do Marrocos, bem como das esporádicas rebeliões de mudéjares que mencionamos na segunda seção. Neste cenário, a apostasia de cavaleiros, seguida da emigração e aliança com adversários estrangeiros era uma hipótese bastante plausível para os monarcas castelhanos. As *Partidas* prosseguem especificando que apóstatas poderiam ser acusados até depois de sua morte e que apenas aqueles que realizassem serviços extraordinários à religião cristã poderiam escapar das punições. Outro ponto que ressalta o contexto político da apostasia, permitindo o retorno de

³³⁵ TOLAN, Op. Cit., p. 189 – 190.

³³⁶ Idem, p. 190.

³³⁷ Idem, ibidem.

rebeldes à sociedade castelhana em troca de serviço militar ou da revelação de informações estratégicas valiosas.³³⁸

A contaminação por via sexual também figura como uma preocupação nas *Siete Partidas*. Um muçulmano ou judeu que se deitasse com uma virgem ou viúva cristã deveria ser apedrejado, enquanto a parceira deveria perder metade de suas posses. Caso ela fosse casada, ambos seriam executados. Caso ela fosse uma prostituta, seriam açoitados juntos em procissão pela cidade. As penas a reincidentes são ainda mais severas. Entretanto, não existe proibição para um homem cristão que se deita com uma muçulmana ou judia. Este hábito parece ser aceito tacitamente.³³⁹

Em uma passagem, Alfonso X recorre a lei muçulmana da *dhimma* como exemplo a ser seguido. Um dos títulos da Sétima Partida dispõe sobre os mouros que insultam Deus, a Virgem ou os santos, seja verbalmente ou cuspiendo ou batendo em cruzes ou imagens. A punição seria física e medida de acordo com a gravidade da ofensa. A justificativa apresentada exemplifica que em lugares onde os mouros têm poder sobre os cristãos, eles puniriam fisicamente aqueles que insultassem o Profeta ou sua doutrina, logo seria também apropriado proibir os mouros de criticar ou insultar a fé cristã.³⁴⁰

Tolan conclui sua análise das obras alfonsinas fazendo uma reflexão sobre a aparente contradição entre o lugar subalterno imposto aos mouros nas *Partidas* com o destaque que a cultura árabe ocupou na corte de Alfonso. O Rei Sábio foi notório patrono de poetas, músicos, artistas, arquitetos e estudiosos mouros. Em iluminuras aparece cercado de súditos mouros e judeus. Nas *Cantigas de Santa Maria* há testemunhos de mouros e judeus que se beneficiam com os milagres operados pela Virgem. Finalmente, há o fenômeno da arquitetura mudéjar, que funde tradições muçulmanas e cristãs em belíssimas igrejas. Ora, o fato é que mesmo nestes exemplos a presença muçulmana está *subordinada* ao quadro cristão castelhano dominante. Os mouros e judeus que recebem as bênçãos da Virgem, no mais das vezes, se convertem ao cristianismo. As igrejas mudéjares tomam elementos da arquitetura muçulmana emprestados para finalidades específicas dos ritos cristãos. O fato de mouros e judeus de importância servirem a Alfonso simboliza justamente a subserviência de suas comunidades à autoridade cristã. As encomendas de traduções de obras em árabe não indicam respeito ou admiração em particular pelo Islã, assim como as obras gregas traduzidas para o árabe na Bagdá do século IX não marcam uma predileção do califa pelo cristianismo ou pelo

³³⁸ TOLAN, Op. Cit., p. 190 – 191.

³³⁹ Idem, p. 191.

³⁴⁰ Idem, ibidem.

paganismo grego. Em ambos os casos a tradução das riquezas culturais da civilização rival são um meio de *apropriação*: os califas abássidas procuraram arabizar e islamizar a cultura e o conhecimento grego e persa; assim como Alfonso X procurou hispanicizar e cristianizar a cultura e o conhecimento judeu e árabe/muçulmano.³⁴¹

Alfonso X, portanto, criou uma poderosa ideologia que articula vários argumentos anteriores: a restauração da monarquia gótica na Hispânia; a afirmação do poder imperial romano; a reconversão de mesquitas em igrejas; a proteção e socorro aos cristãos sujeitados ao domínio muçulmano; a defesa da ilegitimidade de qualquer governo muçulmano, com ênfase para o caso ibérico; a apropriação e nacionalização da cultura do *Outro* muçulmano. Na construção dessa ideologia, a difamação do Islã e do Profeta ocupa um lugar privilegiado. Ainda que Alfonso X não tenha conseguido tornar exequível a grandiosidade do projeto político ensaiado em seus textos historiográficos e jurídicos, ele certamente legou a seus sucessores uma meta a ser buscada a qualquer custo.³⁴²

A *Crónica de Castilla*, como herdeira da tradição alfonsina, naturalmente mobiliza técnicas parecidas em sua forma de representar os mouros e sua religião. Convém agora nos debruçarmos a analisar o retrato que a fonte pinta desse *Outro* muçulmano.

4.3 Os mouros na *Crónica de Castilla*

Seguindo os preceitos articulados por Alfonso X comentados acima, a *Crónica de Castilla* segue sua proposta de assegurar aos mouros um papel subalterno na sociedade castelhana. Subscrevendo também nas convenções de difamação do Islã, do Profeta e de árabes importantes, apresentados como personagens traiçoeiros, os mouros costumam ser representados na *Crónica* como, de certa forma, continuadores de uma “tradição da traição”.

A condição dos mouros enquanto mouros não se apresenta como uma questão ao longo de todo o texto, nem a crônica se ocupa de definir com detalhes quem eles são. Esses pontos são tomados pelos autores como já devidamente solucionados e de domínio do leitor. Sua diferença em relação aos cristãos também é tomada por natural,³⁴³ não ensejando grandes reflexões por parte do cronista. Sua existência é ontologicamente diversa da cristã castelhana e não necessita ser reiterada em explicações pormenorizadas.³⁴⁴

³⁴¹ TOLAN, Op. Cit., p. 192 – 193.

³⁴² Idem, p. 193.

³⁴³ Semelhante a diferença sustentada por ideólogos imperialistas ingleses e franceses e as populações orientais, como demonstrado por SAID Op. Cit.

³⁴⁴ Lembrando que a *Crónica de Castilla* consiste numa continuação da *Estoria de España*, pode-se também considerar que o cronista toma por subentendido que o leitor já apreendeu as descrições do Islã e dos mouros tais como as expostas e discutidas nos tópicos anteriores.

Essa diferença fundante entre ser mouro e ser cristão e castelhano acaba sendo apresentada como justificativa simples e corriqueira para mortandades perpetradas pelos cavaleiros castelhanos nas guerras de assédio e conquista. Ao final de uma sangrenta batalha entre D. Fernando I e seu irmão, D. Garcia de Navarra, o monarca castelhano se alegra com a vitória e, “movido pela piedade,” ordena que seus homens não façam mal aos cristãos derrotados, mas lhes permite “se vingarem nos mouros” que acompanhavam as hostes do rei navarro. O resultado: dos mouros que vieram para a batalha com D. Garcia, a maioria acabou morta ou tomada em cativo.³⁴⁵ Na conquista de Lamego, depois de saquear a cidade, D. Fernando ordena que a maioria dos mouros e das mouras seja executada.³⁴⁶ Quando lhes é oferecida clemência, como nos vários casos em que El Cid captura fortalezas em suas andanças por al-Andalus, seu destino é o cativo.³⁴⁷

Esta mesma diferença fundante entre ser castelhano e ser mouro pode ser apontada nos aspectos peculiares da forma de vassalagem insincera prestada por El Cid, em seus anos de exílio, ao rei taifa de Saragoça, al-Mutaman. Em nenhum momento Ruy Dias se lança pelo rei mouro nos mesmos riscos que se lançava pelos reis cristãos. O Campeador evita como pode se indispor com líderes cristãos quando em serviço dos mouros, restringindo suas rapinas às terras de outros reinos taifas – como o de Denia e Valência – rivais de Saragoça, e se negando a combater com aragoneses aliados dos mouros. Em última instância, sua perspectiva é sempre a de retornar ao lado de Alfonso VI e ao *serviço de Dios*, causando tanto mal aos mouros quanto lhe fosse possível enquanto não atingia seu objetivo.³⁴⁸

É interessante notar que essa diferença considerável no tratamento dispensado a mouros se estende também aos raros judeus que são mencionados na *Crónica*. Sua “obstinação” de se manter fiéis a uma crença “inferior” permite que a conduta justa e verdadeira exigida de um cavaleiro possa ser levemente distorcida de acordo com suas necessidades. Num episódio deveras pitoresco, El Cid, recém banido de suas terras por cair em desgraça com seu senhor e sem dinheiro o suficiente para pagar os homens que o acompanhariam no exílio, aplica um golpe num casal de judeus ricos de Burgos. O Campeador manda seus homens encherem dois baús com areia e cobrirem apenas a parte de cima com joias. Os baús são então penhorados por um ano com os usurários judeus que, por

³⁴⁵ *Et después que fue muerto el rey don Garçía e su hueste [vençida], el rey don Fernando fue mucho alegre, pero fue movido de piedad et mandó a los suyos que non fiziessen mal a los christianos, mas que se vengassen en los moros. Et ellos fiziéronlo anssí, en guisa que de los moros que ende vinieron con el rey don Garçía fincaron todos los más que muertos o que catiuos.* CC, fólio 6 rosto b.

³⁴⁶ CC, fólio 7 rosto a.

³⁴⁷ [...] *e catiuad d'estos moros e moras que fallardes e non los matedes de aquí adelante, ca mejor será que nos syruamos d'ellos e ellos nos mostrarán los aueres ascondidos.* CC, fólio 33 verso b.

³⁴⁸ CC, fólios 37 rosto a – 39 verso a.

saberem da boa fama de El Cid, não se dão ao trabalho de conferir se as arcas estavam de fato cheias de joias e o oferecem trezentos marcos de ouro e de prata pelos tesouros. Ruy Dias deplora ter que recorrer a tal arдил naquela situação de necessidade, pedindo a Deus uma oportunidade de desfazer o engodo em algum momento futuro. Entretanto ele segue em frente, não direcionando sua ira e frustração ao seu senhor, que o expulsou de suas terras e o fez se rebaixar ao nível de um estelionário, mas sim a *todos los paganos*, pedindo a Santa Maria forças para destruí-los e tomar deles o butim necessário para continuar provendo por seus vassallos.³⁴⁹

Este caso é, contudo, a única vez na *Crónica* na qual os mouros são chamados de pagãos: a palavra é usada num momento de fúria do Cid, e parece ser proferida mais como um xingamento do que pelo cavaleiro de fato conceber os mouros como idólatras. Por outro lado, ele certamente os concebe como seus verdadeiros inimigos.

No geral, a narrativa pouco se ocupa em descrever as práticas religiosas dos mouros. Seu foco é relatar sua conduta política e militar. Neste sentido, os mouros são frequentemente retratados como fracos e desunidos, sempre tramando contra seus correligionários, demonstrando uma postura subserviente para com os cristãos castelhanos,³⁵⁰ seguindo aquela tendência de domesticação de um pavor do passado que Said discute. À altura da escrita de *Crónica*, os reinos cristãos peninsulares já haviam testemunhado o esfacelamento da pujança muçulmana com a queda do Califado de Córdoba – nas primeiras décadas do século XI, anterior ao reinado de D. Fernando e aos relatos mais remotos aos quais a crônica se remete – e imposto dois séculos de derrotas constantes aos potentados taifas, almorávidas e almóadas, influenciado a política interna desses estados islâmicos, saqueado seus bens, anexado seus territórios e levado sua gente em cativeiro. As ações deste mouro contemporâneo, portanto, são representadas numa forma necessariamente *diminuída* das temidas incursões de séculos anteriores.

Em sua maior parte, a narrativa da *Crónica* é a da vitória dos cristãos castelhanos. Os relatos de incursões muçulmanas geralmente são breves e pouco detalhados.³⁵¹ Eles invariavelmente terminam em vitória de El Cid e dos monarcas, que protegem o território de Castela, seja pondo o inimigo em fuga e retornando com parte dos espólios tomados, seja de fato destruindo as hostes muçulmanas.

³⁴⁹ CC, fólhos 31 rosto a – 31 verso b.

³⁵⁰ Inclusive é em função da reverência dos mouros a Rodrigo Dias de Vivar que o cavaleiro ganha sua alcunha de El Cid. Nesta circunstância, seu vassallos mouros se oferecem para lhe beijar a mão, ao que ele nega, instando seus subordinados a beijar primeiro as mãos do rei, D. Fernando. CC, fólhos 10 rosto a – 10 rosto b.

³⁵¹ Com exceção das que tratam da chegada dos *alárabes* (almorávidas) à península.

Entretanto, a representação construída dos mouros conserva algo daquele perigo inicial. No mais das vezes eles são expostos como mentirosos, que estariam sempre à espera de um momento de fraqueza dos senhores cristãos para trair os acordos que fechavam com eles e de roubar seus bens. Eles aparecem como invejosos, ciosos das riquezas, inclusive dos dotes espirituais dos cristãos, chegando a cobiçar as relíquias dos mártires cristãos e dos prodígios que elas seriam capazes de produzir.

Nos relatos do reinado de D. Fernando são mencionados vários momentos em que o monarca e seus condes precisam mobilizar suas hostes para punir incursões de mouros em Castela e Leão. O resultado das sortidas é, invariavelmente, a vitória do monarca, que pacifica os mouros e os obriga a pagar tributos e parias até que eles novamente se levantem contra o rei. Os tratados de paz e as tréguas firmadas costumam sempre ser quebradas primeiro pelos mouros, tornando-os perjuros contumazes.

Um episódio que expressa com clareza essa imagem dos mouros como um povo invejoso e ganancioso é o que dá conta do traslado das relíquias de São Isidoro.

Estando muito rico e tranquilo, já se aproximando da velhice, o rei Dom Fernando, a pedido da rainha, teria decidido construir uma igreja em Leão para guardar seus restos mortais e de seus descendentes. Para aumentar a honra da nova igreja que construiria, desejava supri-la de tantas relíquias quanto possível, incluindo os restos mortais dos mártires de Sevilha. Para conseguir tais relíquias, teria partido numa guerra de assédio contra o reino taifa de Sevilha, destruindo, queimando e matando tanto quanto possível, até que o rei mouro al-Mu'tadid enviasse seus mensageiros para discutir os termos de um acordo de trégua e vassalagem. Aconselhando-se com seus cavaleiros, o rei teria achado por bem aceitar a trégua, recebendo tributos, parias, a vassalagem de al-Mu'tadid e a garantia do recebimento dos restos mortais dos mártires. O rei teria partido então para a cidade de Zamora para povoá-la e enviado bispos e condes para resgatar as relíquias. Num momento de oração, São Isidoro teria aparecido aos bispos portando notícias das relíquias que eles buscavam. O santo teria explicado aos religiosos que as virgens mártires desejavam continuar a repousar naquela cidade, logo, seus restos mortais não seriam revelados a eles. Contudo, o santo teria oferecido a localização de seu próprio corpo para que fosse levado para Leão. Os bispos então teriam seguido as indicações do santo, acompanhados do rei mouro e de sua cavalaria. Lá chegando, encontraram a cova pelo cheiro agradável de almíscar e bálsamos que emanava dos ossos, insuflando saúde e ânimo nos cristãos e muçulmanos que estavam próximos. O rei de Sevilha, espantado com a beleza do milagre, teria cobiçado as relíquias, arrependendo-se de ter concordado com o traslado e planejando uma maneira de impedi-lo. Contudo, uma vez

cogitada essa traição, o rei teria perdido a visão súbita e inexplicavelmente, como castigo por sua inveja, sendo dissuadido assim de tomar o corpo do santo para si.³⁵²

Neste relato, mesmo não comungando da fé cristã, o rei mouro cobiça os prodígios curativos sobrenaturais oferecidos pelas relíquias, pouco se importando com as implicações religiosas de reconhecer que os restos mortais de um “santo” cristão seriam capazes de operar milagres. Ora, nem mesmo a Muhammad é imputada a operação de milagres, ficando tal prerrogativa exclusiva a Allah. Ainda que pouco verossímil, esse conto demonstra que os cronistas castelhanos vislumbravam claramente a possibilidade de os mouros aceitarem sua “inferioridade” religiosa e buscarem, mesmo que da forma errada, se aproximar do cristianismo.

Outros episódios nos quais os mouros aparecem como medrosos ou covardes se repetem nos relatos do reinado de Sancho II e Alfonso VI. Uma vez exilado de Leão por seu irmão, D. Alfonso busca asilo na corte do rei taifa de Toledo, al-Mamún, de quem recebe muitas honras e é tratado com muitos luxos. Prestando vassalagem ao rei mouro, Alfonso teria jurado de bom grado defender e proteger al-Mamún enquanto vivesse, bem como não abandonar seu serviço sem que lhe fosse concedida a licença devida, e o rei mouro teria correspondido o juramento, amando-o como se fosse seu filho. Pouco tempo depois, ocorre de Alfonso estar repousando no horto de veraneio de al-Mamún e ouvir segredos importantes sobre as defesas da cidade. Os súditos do rei mouro percebem a presença do príncipe cristão que finge estar dormindo para não ser questionado. Eles discutem com o rei, tentando convencê-lo a matar Alfonso e evitar que os segredos fossem vazados para o inimigo. O rei, contudo, por amar Alfonso, se recusa a fazê-lo, mas passa seus dias perturbado pelo prognóstico de ter revelado as fraquezas de Toledo.³⁵³

Tempos depois, já coroadado, Alfonso retorna para Toledo para ajudar al-Mamún em uma guerra contra o rei de Córdoba. Estando Toledo cercada pelas tropas de Córdoba, al-Mamún teria tido medo da aproximação das enormes hostes de D. Alfonso, pensando que ele poderia tentar se apoderar da cidade. O rei mouro teria enviado então mensageiros que pediam ao monarca castelhano que se lembrasse do juramento que outrora fizera. D. Alfonso teria ignorado os mensageiros e nada respondido, avançando pela região e pondo em fuga as hostes de Córdoba. D. Alfonso teria ido então confraternizar com seu amigo al-Mamún em seu alcácer, acompanhado apenas de uma guarda muito reduzida. al-Mamún teria agradecido muito a Alfonso por ele lembrar da promessa que haviam feito e ter vindo ajudá-lo em

³⁵² CC, fólhos 10 rosto b – 10 verso b.

³⁵³ CC, fólhos 19 verso b – 20 verso a.

momento de necessidade. Festejaram muito a sós, o que preocupou os vassalos de Alfonso que temiam que os mouros pudessem lhe fazer algum mal: *et touieron que fiziera grande locura en se meter ansí en poder de los moros*. No outro dia, D. Alfonso convidou o rei de Toledo para um banquete em seu acampamento. al-Mamún prontamente aceitou o convite e o seguiu até onde suas hostes haviam montado acampamento. Depois que entraram na tenda do rei e que começaram a comer, a mando de D. Alfonso, quinhentos cavaleiros armados cercaram a tenda e ficaram de prontidão. al-Mamún ficou muito espantado com a movimentação e temeroso que o castelhano desejasse tomá-lo em cativo. Alfonso, entretanto, apenas disse para o mouro ficar tranquilo e comer. Ao final do banquete, o rei castelhano exigiu que o rei mouro o liberasse do juramento de não agressão e de socorro que prestara quando sob o poder do mouro. Temendo que algum mal se abatesse sobre ele, al-Mamún obedeceu e liberou Alfonso de seu juramento, dizendo por três vezes que sua dívida estava paga. Alfonso, contudo, ordenou que trouxessem os Evangelhos, pôs a mão sobre as Escrituras e refez o mesmo juramento, dessa vez, estando al-Mamún sob o seu poder.³⁵⁴

Este testemunho é narrado de modo que o ato de Alfonso pareça magnânimo e um exemplo de honestidade e respeito diante de alguém mais fraco. Contudo, esse mesmo ato pode ser interpretado como uma demonstração de poder, no sentido de sujeitar o mouro mostrando-lhe que este acordo mútuo só se manteria pelo desejo expresso de Alfonso. Diante de sua incapacidade de se proteger, o mouro cede.

Outro relato que parece retratar os mouros como um povo covarde diz respeito à reconversão da mesquita de Toledo ao cristianismo. Depois da conquista da cidade, D. Alfonso e os mouros teriam selado o acordo de capitulação com a promessa de que a grande mesquita não seria tocada, e o monarca procurou garantir a observância desta cláusula durante seu governo. Contudo, a rainha, D. Constança, teria aproveitado uma viagem do rei para incitar o arcebispo a invadir a mesquita e convertê-la. Assim o arcebispo teria feito, se infiltrando à noite com um grupo de cavaleiros *e echó dende todas las suzidades de la seta de Mahomat*, restaurando o templo ao cristianismo. Os mouros ficaram indignados com a quebra da promessa e enviaram mensageiros ao rei para informá-lo do que havia acontecido, queixando-se. D. Alfonso muito se enfureceu em descobrir que o primaz e a rainha haviam passado por cima de sua palavra, partindo irado para Toledo, temendo perder a cidade para uma rebelião moura. Sua vontade, dizia-se, era de atear fogo na rainha e no primaz. Os mouros, no entanto, quando ficaram sabendo da fúria do rei, decidiram aconselhá-lo no

³⁵⁴ CC, fólhos 29 rosto a – 29 verso b.

sentido de apaziguar seus ânimos, uma vez que acreditavam que se o rei concretizasse sua vingança contra a rainha e o primaz, traria apenas arrependimento e mais inimizade entre as duas populações. Foram, assim, recebê-lo em Olias. Lá o rei prometeu vingá-los, mas os mouros pediram que ele perdoasse seus súditos, pois temiam que se fossem apontados como causadores da morte da rainha, seriam futuramente mortos pelos cristãos. Esse medo de represálias futuras teria levado os mouros a não mais reivindicar o cumprimento da promessa que o rei os havia prestado. Caso o rei de fato executasse a rainha e o primaz, os mouros afirmaram que iriam embora de Toledo e não mais retornariam.³⁵⁵

Nesta situação, a população moura da cidade prefere se sujeitar às piores desonras e ter sua grande mesquita convertida por temerem possíveis represálias futuras. É certo que este testemunho se presta também a uma interpretação positiva, de exemplo de humildade e perdão por parte dos mouros.

Retornando à questão de ou mouros serem traíçoeiros, percebe-se que, segundo a narrativa da *Crónica*, o medo dos súditos de D. Alfonso por sua pequena aventura entre os mouros não é infundado. Em outro relato, é contada a história de um certo andaluz chamado Adefyr Almofalaz que teria pedido ajuda ao rei de Castela para que viesse socorrer um irmão seu que estaria preso no castelo de Rueda, próximo de Saragoça. O rei teria enviado o conde D. Garçía e um infante chamado D. Rramiro com grandes hostes para ajudar esse mouro. Estes vassallos poderosos do rei teriam se encontrado com aquele homem, que teria, por sua vez, requisitado a presença pessoal do monarca. Alfonso a teria concedido. Lá chegando, o rei teria sido informado que este mouro havia morrido e prometido que entregaria o castelo a Alfonso. Convidaram o rei para jantar no castelo, mas o rei negou, já prevendo uma traição. Contudo entraram o infante D. Rramiro e o conde D. Garçía e muitos outros homens. Assim que eles teriam atravessado os portões, a guarnição nas torres teria lhes apedrejado até a morte. O rei teria ficado indignado com a traição e a desonra imposta, convocando seu fiel vassallo, El Cid, para cercar o castelo e submeter os mouros ali refugiados.³⁵⁶

Contudo, nem todos os mouros retratados na *Crónica* são necessariamente perversos. Já mencionamos o caso do rei taifa de Toledo, al-Mamún, que é creditado na fonte como um homem sábio e de “bons costumes.” Outro mouro que é benquisto na narrativa é o rei de Sevilha, al-Mu'tamid (1040 - 1095): *vn moro de muy buenas costunbres e muy poderoso*.

O que os dois têm em comum? Ora, boas relações com o monarca castelhano, Alfonso VI. Um refugiou Alfonso em seu período de exílio, o protegeu e concedeu honrarias. O outro

³⁵⁵ CC, fólhos 43 rosto b - 43 verso b.

³⁵⁶ CC, fólhos 39 verso a - 40 rosto b.

pagava suas parias segundo o exigido, sem reclamar, e se articulava com o apoio do rei cristão contra seus rivais dos demais reinos taifas. Finalmente, al-Mu'tamid se torna sogro de D. Alfonso, quando sua filha Zayda *se enamoró d'él*.

A ocasião deste casamento entre D. Alfonso VI e Zayda acaba ganhando importância por servir de preâmbulo para a narração da chegada dos almorávidas na península ibérica e evidenciar um processo discursivo muito interessante operado na *Crónica de Castilla*: a forma como os cronistas conseguem se apropriar de um fato histórico que foi um grande revés para os cristãos peninsulares e o submetem ao desejo e à ação do monarca castelhano.

Segundo a fonte, a princesa moura teria ouvido sobre a fama de D. Alfonso como conquistador e cavaleiro corajoso e se apaixonado por ele. Mandou então seus mensageiros o procurarem, dizendo que gostaria de se casar com ele e entregar-lhe todos os seus castelos como dote. O rei recebeu as notícias e ficou muito feliz, indo encontrar-se com ela em um de seus castelos. Em sua presença, o rei acabou também se apaixonando e decidiram se casar. Alfonso, contudo, levantou uma condição: Zayda precisaria se converter ao cristianismo, o que ela teria feito de bom grado, adotando o nome de batismo de Leonor. D. Alfonso se aconselhou com seus condes e *omnes buenos* e todos concordaram que o casamento seria muito proveitoso.³⁵⁷

O casamento foi realizado, os castelos passaram para D. Alfonso, que teve um filho chamado Sancho Alfonso com sua nova esposa. D. Alfonso teria então se aproximado muito de seu sogro, formando uma boa amizade. Os dois teriam percebido que eram os reis mais poderosos da Espanha e, juntos, teriam decidido que submeteriam todos os outros senhores mouros da península sob seu serviço. Assim, al-Mu'tamid teria aconselhado D. Alfonso a convocar os mouros de além-mar, os *alárabes*, a melhor cavalaria muçulmana que havia, para submeter os outros senhores. O rei do Marrocos, Yusuf ibn Tashfin, dito senhor dos senhores, teria aceitado o chamado de D. Alfonso e enviado um gigantesco exército sob o comando de seu alguazil, Aly Ben Axa. Lá chegando, contudo, os mouros teriam alçado o alguazil a posição de rei, chamando-o de Myramolín (Amir al-Mu'minin) - ou senhor dos senhores - a semelhança de ibn Tashfin, e unificando os mouros da África e da Espanha sob seu comando.³⁵⁸ Esses mouros esqueceram, a partir de então, sua lealdade devida a D. Alfonso e se lançaram em guerra contra ele.³⁵⁹

³⁵⁷ CC, fólhos 49 rosto a – 49 rosto b.

³⁵⁸ Aqui o cronista parece confundir os nomes e a sucessão dos senhores almorávidas daquele período. Abu Bakr ibn Umar era o líder oficial dos almorávidas em 1085 e Yusuf ibn Tashfin, seu primo, era em teoria seu subordinado. Yusuf, porém, questionou em diversas ocasiões o comando de seu primo, se declarando Amir al-Mu'minin, que não teve escolha a não ser tolerar suas insubordinações. Com a morte de Abu Bakr, Yusuf é

O destino de al-Mu'tamid, que discordou dos métodos empregados por seus correligionários, teria sido a morte, terminando assassinado por eles, acusado de ser um cripto-cristão e apóstata, devido ao fato de sua filha ter sido batizada e ter se casado com o rei de Castela, assim como pela boa amizade que o rei mouro nutria com seu genro.³⁶⁰

A *Crónica de Castilla* dá um pequeno salto cronológico e se dedica então a narrar as desventuras castelhanas na Batalha de Uclés (1108), quando os castelhanos são duramente derrotados e o filho criança de Alfonso VI e Zayda, Sancho Alfonso, é morto. A narrativa fala sobre o pesar do rei e da fúria com a qual partiu para se vingar dos assassinos de seu filho. Depois a *Crónica* retorna a sua cronologia usual, relatando as derrotas que os almorávidas impuseram aos castelhanos nos anos posteriores a sua chegada na península.

Ora, nos chama muito atenção a maneira peculiar como a *Crónica de Castilla* explica a chegada dos almorávidas. Dentro da narrativa, de certo modo, é por culpa de D. Alfonso que os marroquinos atravessam o estreito. Enquanto a historiografia moderna compreende que a vinda dos almorávidas é suscitada por um apelo conjunto dos reinos taifas de Sevilha, Badajoz e Granada em resposta a conquista de Toledo,³⁶¹ a *Crónica* procura submeter inclusive os maiores desastres militares enfrentados por Castela e Leão entre o final do século XI e o início do século XII à ingerência do monarca. Seguindo o modelo alfonsino, o monarca é tão evidentemente o protagonista da História na *Crónica de Castilla* que são suas ações - e a punição divina pelos pecados de seus súditos³⁶² - que trazem as desgraças narradas com a chegada dos almorávidas. Aos mouros é concedido tão pouco crédito que seus maiores sucessos são causados por más decisões dos governantes cristãos.

Demonstra-se, portanto, que aos mouros é reservada uma posição de *coadjuvante* da História. Some-se a isso as qualidades que lhes são imputadas – fracos, desunidos, mentirosos, traiçoeiros, invejosos, gananciosos, desobedientes e covardes – e o resultado é uma narrativa que representa os mouros como um verdadeiro antípoda daquilo que deveria ser a aristocracia guerreira castelhana, já esmiuçada nas seções anteriores. O comportamento e as ações dos mouros são descritos de modo a se opor diametralmente aos valores que a crônica

alçado ao posto de emir dos almorávidas. Aly Ben Axa parece ser uma corruptela de Ali ibn Yusuf, sucessor de Yusuf ibn Tashfin, líder dos almorávidas entre 1106 e 1143 e protagonista dos eventos que a *Crónica* narra a seguir.

³⁵⁹ CC, fólhos 49 rosto b – 49 verso a.

³⁶⁰ CC, fólho 49 verso a.

³⁶¹ ALBARRÁN, Javier. Op. Cit., p. 4 – 5.

³⁶² *Et los christianos non se ayudaron bien e fueron uençidos malos sus pecados e la su maldad; E sy Dios por nuestros pecados grandes nos dio esta andança mala que nos metió en tan grant vileza e en tan grant daño.* CC, fólhos 49 verso b – 50 rosto b.

busca inspirar, ao passo que contribui no processo de legitimação do projeto de (re)conquista castelhana.

Esse papel de coadjuvante, contudo, não é supérfluo, e muito menos irrelevante. Operada em oposição à representação de monarquia cavaleiresca, a representação dos mouros na *Crónica de Castilla* serve de degrau à ascensão da classe privilegiada castelhana da mesma forma que seus corpos foram forçados à mesma tarefa. A sociedade cristã ibérica medieval se constituiu em função da *diferença* construída entre ela e o *Outro*, que, caso não existisse, negaria também a existência dessa sociedade tal como ela se apresenta.

Essa necessidade de se construir através do contraste violento contra o diferente não acabou em 1492, com a rendição de Granada, sendo importada pelos espanhóis para as Américas, e subsistindo até os dias atuais, sendo novamente reutilizada e reintroduzida no comportamento Ocidental sempre que a busca por um bode expiatório para os problemas se intensifica. As representações pejorativas do *Outro* estão tão vivas no século XXI como sempre estiveram.

5. Considerações finais

Ao cabo das discussões levantadas nesta dissertação, acreditamos ter conseguido demonstrar como a *Crónica de Castilla* constitui uma fonte de grande importância entre o arcabouço documental medieval ibérico, cuja análise se prova deveras profícua para a compreensão dos discursos e das estratégias narrativas mobilizadas pelos ideólogos das chancelarias régias castelhanas. Observamos o desenrolar de um projeto político que se propõe a pacificar as efervescências políticas e os constantes conflitos das facções de nobres do reino, lançando mão de representações identitárias e de alteridade que se prestam a pautar o lugar de diferentes grupos sociais numa monarquia que se pretende cristã, castelhana e harmônica.

Nesta sùmula, convém retornarmos aos questionamentos que nortearam os objetivos deste trabalho, apresentados na introdução e respondê-los de forma sucinta, partindo do que foi concluído ao final da pesquisa.

Perguntamos quais seriam os grupos sociais que, em Castela e Leão, nos séculos XIII e XIV, detinham o poder de construir grandes narrativas históricas como as crônicas e, nestes meios, formular representações sociais sobre indivíduos ou grupos.

Ora, vimos na seção “Historiografia Medieval Castelhana: a legitimação de um projeto político através de narrativas sobre o passado mítico” que apenas os grupos sociais mais poderosos daqueles séculos dispunham de recursos e *know how* adequado à construção de obras de natureza histórica com dimensões monumentais como as crônicas gerais, geralmente se restringindo aos *scriptoria* reais. Observamos o processo de crescimento e complexificação dessas narrativas no passar dos séculos, quando foram sendo refinadas de acordo com as intencionalidades específicas para o período e o lugar no qual foram cunhadas. A historiografia medieval logo tornou-se a forma de discurso político privilegiado em Castela e Leão, sendo empregada para justificar os projetos políticos dos monarcas, seja legitimando a fundação do reino e sua posterior expansão, defendendo um intento de centralização política e homogeneização jurídica, ou celebrando alianças e o apaziguamento de conflitos. Neste aspecto, a *Crónica de Castilla* desponta por seu caráter revolucionário, permitindo que as vozes da pequena nobreza urbana cheguem aos discursos oficiais dos monarcas.

Perguntamos também como, efetivamente, os castelhanos capazes de construir essas narrativas se representaram naquele contexto.

Vimos que as elites guerreiras castelhanas procuraram pintar um retrato lisonjeiro e moralizante de si. Para a monarquia foi preparada a imagem de líderes justos, generosos, piedosos e corajosos, eficientes guerreiros que organizavam a defesa do reino e da fé, e que

também incrementavam os territórios e os bens materiais de seus súditos, guiando-os em incursões de assédio, rapina ou conquista à *Tierra de Moros*, de onde retornavam ricos com ouro, gado e cativos. Nas estratégias discursivas empregadas, observamos a intenção dos cronistas de aproximar a figura dos monarcas aos valores e qualidades estereotípicos da Cavalaria, construindo uma representação de uma *monarquia cavalleiresca*, além de abraçar grupos sociais menos proeminentes e trazê-los aos holofotes de protagonistas da História. Investigamos a identidade destes grupos e os evidenciamos como o das elites urbanas, nobres de linhagens novas e pouco prestígio, mas cujo apoio era essencial para a sustentação da monarquia castelhana à altura da escrita da *Crónica de Castilla*.

Por outro lado, a representação que se constrói da *caballería* procura associá-la principalmente aos valores do serviço de excelência militar e da lealdade inabalável ao suserano. O personagem que melhor encapsula esses valores é Rodrigo Dias de Vivar, cavaleiro cujos são proeminentes na narrativa, lhes sendo concedida a maior do texto. El Cid demonstra sempre seu respeito e deferência aos três monarcas aos quais serviu, jamais deixando a vã glória de seus feitos torná-lo soberbo ou insubordinado. Mesmo quando cai em desgraça e é banido de suas terras, seu objetivo continua sendo o de ajudar o rei castelhano, ao serviço do qual deseja profundamente retornar. Ruy Dias não é apenas o veículo através do qual os escribas reais emitem um modelo de cavalaria a ser seguido pela aristocracia guerreira castelhana, como ele também traz à baila os anseios de um grupo nobre menos poderoso, mas que se encontra em plena ascensão, que apoia uma monarquia fragilizada em busca de maiores privilégios e protagonismo político. De fato, não é a toa que se pode dizer que o protagonista da *Crónica de Castilla* – além dos monarcas – é o Cid, representante das elites urbanas da chamada *nobleza nueva*.

Compreendendo que, em sua formulação, estas representações de identidade clamam por um oposto contra o qual possam se estruturar, num processo dialético entre semelhança e diferença, que torna a construção da identidade intrínseca à construção da alteridade, perguntamos também como os autores castelhanos representaram os “mouros,” seus inimigos, o grande *Outro* histórico contra quem combateram por séculos.

Vimos que historicamente os autores cristãos construíram uma caricatura do Islã que, no mais das vezes, pouco tinha a ver com o que os muçulmanos de fato acreditavam, mas que faziam todo o sentido dentro do universo de representações que esses pensadores dominavam. De forma antiempírica, os escritores cristãos, tanto no Ocidente quanto no Oriente, ficcionalizaram a religiosidade islâmica associando-a com inimigos anteriores já conhecidos, num esforço de *domesticação* do desconhecido, hora a equiparando com a idolatria, hora a

caracterizando como heresia ou falseamento intencional do cristianismo. Nestas narrativas, a figura de Muhammad é apresentada como a de um charlatão traiçoeiro, violento e lascivo, que hipnotizou as massas com uma falsa revelação. Frequentemente lhe é imputada a pecha de Anticristo, ou de precursor deste, muito por uma transposição pouco eloquente do papel de Jesus no cristianismo, espelhada erroneamente no Islã, que ganha tons de “maometismo.” Ora, os cronistas ibéricos descobriram como articular essas representações desde muito cedo, tecendo narrativas que justificavam a agressão e conquista dos mouros – invariavelmente representados como fracos, mentirosos e traiçoeiros, a semelhança de seu Profeta, e meros coadjuvantes *servis* da História – em função de sua “inferioridade religiosa”, e que projetavam para o futuro a hegemonia da monarquia asturiana, leonesa ou castelhana na península, a qual é concedido o status continuadora do legado dos visigodos e dos romanos, como sua única e legítima governante.

Por fim, perguntamos como os discursos cunhados pelos cronistas reais castelhanos suscitaram práticas sociais, em especial a da guerra e da sujeição desse *Outro*. Isto já foi respondido em parte nos parágrafos acima, mas podemos resumir afirmando a da *diferença* fundamental, naturalizada nas crônicas, entre cristãos e mouros tornava a coexistência harmônica entre os dois povos impossível. Muitos cristãos não aceitaram viver sob a liderança muçulmana, tida sempre como ilegítima, usurpadora do reino visigótico. Ideias que se desenvolveram nas Astúrias e em Leão, e refinadas segundo os interesses de expansão territorial destes reinos numa ideologia restaradora. Seria o dever dos castelhanos, como herdeiros dos visigodos, conquistar as terras em posse dos mouros e retorná-las ao cristianismo e ao controle da monarquia cristã. Essa justificação simbólica amparou inúmeras operações militares de assédio e de conquista entre os séculos IX e XV, muitas das quais a *Crónica de Castilla* descreve com detalhes. Ao mouros derrotados, seria reservado o lugar social de subordinados, com status *subalternizado* em relação aos cristãos, lhes sendo impostas várias restrições e obrigações específicas referentes a sua condição.

Ao final de todas estas reflexões, é importante afirmar que as possibilidades de pesquisa contidas na *Crónica de Castilla* estão longe de ser esgotadas. Com mais tempo e mais espaço, esta única obra ainda pode render debates mais sofisticados sobre as representações discutidas nesta dissertação. É possível também realizar trabalhos de comparação direta entre a *Crónica de Castilla* e as outras crônicas do período, uma vez que o arcabouço documental de narrativas históricas medievais em Castela e Leão é verdadeiramente monumental. Em outras oportunidades, pode ser interessante também chocar as representações que os próprios mouros tinham dos cristãos com as expostas nessas

crônicas, num esforço de compreender melhor as duas vias deste embate simbólico que seguia de mãos dadas com os conflitos armados. É muito relevante também, fazer uma análise comparativa das representações daquele período em relação às representações modernas, em especial às veiculadas em meios digitais.

Neste mesmo caminho, cabe ainda a estas últimas considerações realizar reflexões a respeito do nosso presente, pois, como já propunha Marc Bloch e toda uma tradição de historiadores depois dele, a História deve ser pesquisada partindo das inquietações do presente, e foi isto que nos incentivou a procurar entender as representações de identidade e alteridade no contexto da “Reconquista”.

Comprendemos perfeitamente o problema de julgar os atos e os acontecimentos do passado através dos valores atuais: isso é anacronismo. Todavia, o caminho inverso, de tomar o passado exclusivamente para si, também deve ser evitado. O deslumbramento com outras realidades do passado – sobretudo os contextos medievais, apontados por muitos como lugar de surgimento das nações europeias – jamais deve servir de motivação ou justificativa para crimes no presente.

Assim sendo, em sociedades pretensamente embasadas na igualdade e na liberdade, como é o caso das democracias ocidentais, a desculpa do combate ao terrorismo – algo que, diga-se de passagem, é uma invenção recente, e com certeza não é exclusivo aos fundamentalistas muçulmanos – não deveria levar à segregação, a perseguição ou a demonização do Islã ou dos árabes em geral, em semelhança ao período estudado, como temos observado frente às recentes crises de refugiados dos últimos anos. O discurso xenofóbico da direita ultranacionalista que cresce de maneira assustadora em vários países da Europa, e também em alguns países nas Américas, recorre incessantemente a representações de identidade e alteridade produzidas no contexto da “Reconquista” e das Cruzadas, reciclando-as no intuito de difamar e desqualificar as ondas de refugiados, assim como os habitantes de seus países de origem e justificar a interferência do Ocidente nos assuntos particulares do mundo árabe. As discussões de Said sobre o Orientalismo certamente continuam em voga.

Ainda pior é o hábito que se tem construído nas redes sociais de enaltecer um período como o das cruzadas e de incentivar a revivescência de seus símbolos. A intolerância do passado não deve jamais justificar a intolerância do presente. Pelo contrário, deveria nos fazer abrir os olhos para nossos erros atuais, numa real expectativa de superá-los. Numa sociedade onde supostamente a racionalidade e o diálogo têm papel preponderante, definitivamente não convém rememorar com carinho a irracionalidade e brutalidade de outros tempos, e sim usá-

las como exemplo daquilo que não queremos que nossa sociedade se torne, garantindo espaço e respeito a todas as crenças e descrenças.

Nosso objetivo não foi, sob hipótese alguma, dizer que os cristãos eram “os vilões”, ou que os muçulmanos em “bonzinhos”, que não agiram também, diversas vezes, com violência. Na verdade, esperamos ter demonstrado nas seções anteriores como são complexas e até perversas as estratégias discursivas que compõem um projeto político que preconiza a primazia de um modelo de sociedade em detrimento de outra.

Estes discursos que separam o “nós”, grupo seletivo de eleitos, mais fortes e justos, do “eles”, fracos, inferiores ou menos capazes, têm um potencial considerável de tornar um povo especialmente intolerante e belicoso. Estes mesmos processos devemos tentar desvelar também em nossa sociedade atual: entender como são formuladas novas representações que desqualificam e desumanizam outros grupos, e como elas nos levam a praticar a intolerância em nosso cotidiano. Se esta dissertação contribuir de alguma forma na compreensão e problematização de tais fenômenos, certamente terá atingido seu grande objetivo.

REFERÊNCIAS

Fonte:

Crónica de Castilla. Editada por ROCHWERT-ZUILI, Patricia. Paris: Les Livres d'e-Spania, 2010. Disponível em < <https://books.openedition.org/esb/63>>

BIBLIOGRAFIA

ALVARO, Bruno Gonçalves e PRATA, Rafael Costa. Guerras rendilhadas da erudição: um breve panorama dos combates e debates em torno do conceito de reconquista. **SIGNUM-Revista da ABREM**, v. 15, n. 2, p. 104-126, 2014.

AURELL, Jaume. **La historiografía medieval: entre la historia y la literatura.** Universitat de València, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Difel: Lisboa, 1989.

BARROS, José D.'Assunção. Teoria da História, volume II. **Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo**, v. 1, 2011.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria.** Da Germânia antiga à França do século XII. Trad. Néri de Barros Almeida e Carolina Gual da Silva, Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal.** Edipro, 2016.

_____. **Apologia da história: ou o ofício de historiador.** Zahar, 2002.

BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no Ocidente.** Editorial Presença, 1999.

CHAKRABARTY, Dipesh. **A pós-colonialidade e o artefato da história: quem fala em nome dos passados indianos?** Tradução de Erahsto Felício.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, n. 11, p. 173 – 191, 1991.

_____. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 2002

DA COSTA, Alberto et al. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700.** Editora Nova Fronteira, 2002.

COELHO, Maria Filomena. A jurisdição da aristocracia cristã: monarquia, nobreza e monacato em Portugal (séculos XII-XIII). **Locus: Revista de História**, v. 22, n. 1, 2016.

CONTAMINE, Philippe. **La guerre au moyen âge.** Paris: Presses universitaires de France, 1980.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Forense Universitária, 2011.

- FLORI, Jean. **Guerra Santa**. Formação da ideia de cruzada no Ocidente cristão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Edições Loyola, 1996.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cruzadas**. Editora Brasiliense, 1991.
- GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, v. 6, p. 142 – 215, 2009.
- _____; MONTEIRO, João Gouveia (Org.). **War in the Iberian Peninsula, 700–1600**. Routledge, 2018.
- GIMENEZ, J. C. & ZLATIC, C. E. Entre os ataques nobiliárquicos e a coesão do reino: a atuação de María de Molina nas minoridades régias de Fernando IV e Alfonso XI. In: **Diálogos**, v. 22, nº 2, 2016, p. 82 – 98.
- GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. El perfil político de la reina María de Molina. In: **Espacio, Tiempo y Forma**, Série III, t. 25, 2012, p. 239 – 254.
- _____, Fernando IV de Castilla (1295-1312): Perfil de un reinado. **Espacio Tiempo y Forma. Serie III, Historia Medieval**, n. 17, 2004.
- LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020 (Coleção de bolso).
- MARTIN, Georges (dir.). **La historia alfonsí: el modelo y sus destinos (siglos XIII-XV)**. Nova edição [online]. Madrid: Casa de Velázquez, 2000 (ebook gerado automaticamente em 12 de julho de 2019). Disponível online: <<http://books.openedition.org/cvz/2166>>. ISBN: 9788490961063.
- MATTOSO, José . **Identificação de um país**. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325, vol. I, 2ª ed., Lisboa: 1985;
- _____. A Identidade Nacional, **Cadernos Democráticos**. Gradiva Publicações, 1998;
- MENENDÉZ PIDAL, Ramón. **Los españoles en la História**. Madrid: 1991;
- MÍNGUEZ, José María. **La Reconquista**. Madrid, 1989;
- MELO, Higor Soares de. **Tal como Saulo e Paulo: cristandade, guerra santa e alteridade em: De expugnatione lyxbonensi (século XII)**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2020.
- MONSALVO ANTÓN, José María. **Atlas Histórico de la España Medieval**, Editorial Síntesis, Madrid, 2010.
- NIETO SORIA, J. M. **Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII – XIV)**. Madrid: Eudema, 1988

- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.
- ROCHWERT-ZUILLI, Patricia. Introduction. In: **Crónica de Castilla**. Paris: Les Livres d'Espagne, 2010.
- RODRÍGUEZ-PEÑA SAINZ DE LA MAZA, D. **La imagen regia en la crónica castellana: el caso de Alfonso VIII**. Dissertação de mestrado – Universidad Autónoma de Madrid, 2016.
- RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANJUAN, Alejandro García. **La conquista islámica de la península ibérica y la tergiversación del pasado**. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2013.
- SALVADOR DE MOXÓ. De la nobleza vieja a la nobleza nueva: la transformación nobiliaria castellana en la Baja Edad Media. **Cuadernos de Historia**, n. 3, p. 1-210, 1969.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- TOLAN, John Victor. **Saracens: Islam in the medieval European imagination**. Columbia University Press, 2002
- VELOSO, Maria Teresa Nobre. O Cantar de Mio Cid: evocação histórica no 8º centenário da sua redacção. In: **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v. 7, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, 2007.
- VIGIL, Marcelo; DE AGUILERA, Abilio Barbero. **La formación del feudalismo en la Península Ibérica**. Barcelona: Editorial Crítica, 1978;
- _____, **Sobre los Orígenes sociales de la Reconquista**. Editorial Ariel: Barcelona, 1984.

